

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E
DOCUMENTO
LINHA DE PESQUISA MEMÓRIA E ESPAÇO

**MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA: da cidade de Iona
ao assentamento São Domingos, RJ**

LIZA UEMA

Rio de Janeiro
Fevereiro/2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E
DOCUMENTO
LINHA DE PESQUISA MEMÓRIA E ESPAÇO

**MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA: da cidade de Iona
ao assentamento São Domingos, RJ**

LIZA UEMA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Memória Social da Universidade do Rio de Janeiro, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Documento.

Aprovação da Banca Examinadora:

Professora Doutora Leonilde Sérvolo de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Professora Doutora Icléia Thiesen Magalhães Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Professor Doutor Marco Aurélio Santana (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Rio de Janeiro
Fevereiro/2005

Uema, Liza.

Memórias de Trabalhadores em Luta: da cidade de Iona ao assentamento São Domingos, RJ. /

Liza Uema. – Rio de Janeiro: UNIRIO, PPGMSD, 2005.

xi, 136 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana

Dissertação (Mestrado) – UNIRIO/ PPGMSD/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 132-135.

1. Memória Social. 2. Assentamentos rurais. 3. Reforma Agrária.
4. História Oral. 5. Memória e Espaço. –I. Santana, Marco Aurélio.
II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento. III. Título.

*Para meus avós paternos, Seifuku e Ushi
Uema, e maternos, Takemassa e Matsu
Gushiken (in memorian), que buscaram,
em terras brasileiras, a continuação de
um caminho de esperanças e
prosperidades...*

*Para meus pais, pelo estímulo e força
permanentes.*

*Para todas as trabalhadoras e
trabalhadores, fazedores de histórias por
suas lutas incansáveis.*

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Luiza e Luiz, minha avó Kame, minha irmã Ana Maria e Marina, minha linda sobrinha, pela força e amor sem medida, que sempre me deram ao longo de minha vida, mesmo longe de mim.

A Bito Mendes, meu querido e amado companheiro, pela cumplicidade e compreensão de minhas ausências e dos “chiliques”, estando sempre ao meu lado nos momentos difíceis, como em tantos outros que permeiam nossa união.

Ao meu orientador, Marco Aurélio, pelo cuidadoso trabalho de acompanhar detalhadamente o desenvolvimento da pesquisa, com suas sugestões e observações enriquecedoras, sem jamais deixar de lado o apoio amigo e o companheirismo, elementos edificantes desse processo de aprendizagem.

Às professoras Icléia Thiesen, Leonilde Medeiros e Neide Esterci, pelas contribuições e comentários valiosos, no exame de qualificação e durante as disciplinas desenvolvidas ao longo do curso, fundamentais para nortear a pesquisa e a dissertação.

A Mário, Neilla, Kenzo, Joana, Giseli e Arthur, pelo carinho acolhedor e pela grande contribuição e apoio, de inúmeras maneiras.

Ao professor John Comerford que, ao ler cuidadosamente o projeto de pesquisa, apontou importantes elementos para a dissertação, orientando também as idas a campo.

Ao grupo do II Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro (1998), que mais do que compartilhar experiências universitárias gerou preciosas amizades.

Ao Centro Comunitário N. S. das Dores, em Anchieta, e a todos os amigos(as) e companheiros(as) dos Pré-Vestibulares Comunitários da Baixada, pela força e compreensão das ausências durante os últimos anos.

A Simonne, pela ajuda incontável, realizada durante todo este processo e principalmente pela sua amizade. Este trabalho é nosso!

A Josué, amigo e companheiro de idas a campo e por todas as suas contribuições importantes.

A João Marcus, Sandro, Marco e Jeanne, pelo apoio administrativo e pela força em geral.

A Rita, bibliotecária do CPDA, pela suntuosa atenção e colaboração na etapa do levantamento bibliográfico.

Ao IDACO que, representado por Marcos Vinícius, concedeu, gentilmente, material necessário para o estudo de São Domingos.

Aos queridos amigos e amigas e àqueles(as) que, de certa forma, me auxiliaram com o apoio, carinho e torcida: Manuela Maia, Vilnia, Clarice, Ana, Aline, Maria Fatima, Cristiane Raquel, Fabíola, Sérgio, Cristina, Alberto, Reni, André Cunha, Patrícia, Marcelo, André Rangel, Caco, Douglas, Juliana Borges, Jocelene, Andréia Paiva, Acácia, Valéria, Vera, Felipe, Alain Kaly, João, Pe. Márcio, Karen, Paulo Henrique, André Yuji, Mestre João Kanoa e Fernandinha.

Às minhas tias Zizi, Tiné, Bebé, Mimi (in memorian), Aiko, Yê e Emília, pela força de todas as formas, ontem, hoje e sempre.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

E, finalmente, às trabalhadoras e trabalhadores de São Domingos, por abrirem as portas de suas casas para todos os meus anseios de investigar suas histórias e sua luta cotidiana. Serei sempre grata pelo carinho e pela atenção atribuídos no caminhar deste trabalho, impossível de se concretizar sem a sua afável acolhida. Muito obrigada!

“Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão, o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais – tanto as suas próprias quanto as da chamada “natureza”? O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade de sua evolução – isto é, a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão previamente estabelecido – um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa – e na época da produção que lhe corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito das forças que lhes são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscarmos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é *vulgar e mesquinho*”.

(Karl Marx)

RESUMO

O presente trabalho procura analisar as formas pelas quais a memória da constituição de um assentamento rural, no estado do Rio de Janeiro, é construída e organizada por seus trabalhadores. Seu ponto de partida é a ocupação de terras realizada por centenas de famílias em Itaguaí, na Baixada Fluminense, o que resultou no seu deslocamento para que estas pudessem assim assentar-se em uma fazenda estadual no município de Conceição de Macabu, na região norte-fluminense. São Domingos foi constituído em 1987 e por se tratar de um caso em que houve processo de deslocamento espacial, beneficiando tanto as famílias provenientes de Itaguaí como outras próprias do município onde o assentamento foi criado, buscaremos abordar como os assentados constroem suas memórias e identidades em torno dessas transformações. Para tanto, o trabalho se apóia na metodologia da História Oral, de forma que esta nos permite enfatizar em que medida elementos como o rural e o urbano, as identidades sociais, o significado da terra e as formas de reprodução do grupo estão presentes nos relatos e de que forma balizam suas lembranças, organizando assim a sua memória.

Palavras-chave: memória social – assentamento rural – história oral – trabalhadores rurais – reforma agrária.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze how the memory of a rural settlement is built and organized by its workers during the constitution of a rural settlement in the state of Rio de Janeiro. Its starting point is the land occupation carried out by hundreds of families in Itaguaí, Baixada Fluminense, which resulted in a dislocation of these families to be settled in a farm in the county of Conceição de Macabu, in the North of the state. São Domingos was constituted in 1987 and it was one of the cases in which a spacial shifting occurred, benefiting both families from Itaguaí and others from the county where the settlement was built. We shall try to approach how the settled people construct and organize their memories and identities upon these transformations. For that matter, the methodology used was Oral History, for it allows us to emphasize up to which point elements such as the rural and urban, the social identities, the meaning of land and the ways of reproduction of the group are observable in the reports. How settled people delimit their remembrances, organizing in this way their memory will also be a matter of study.

Keywords: social memory – rural settlements – oral history – rural workers – land reform.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- CAF** – Comissão de Assuntos Fundiários
- CEASA** – Centrais de Abastecimento SA
- CERJ** – Companhia Elétrica do Rio de Janeiro
- CIDE** - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
- CIEP** – Centro Integrado de Educação Pública
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CPDA** – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER** – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Rural
- FALERJ** – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
- FAMERJ** – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
- FCOF** – Federação dos Círculos Operários Fluminenses
- FEEM** – Fundação Estadual de Educação do Menor do Estado do Rio de Janeiro
- FIA** – Fundação da Infância e da Adolescência
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** – Impostos sobre Circulação de Mercadorias
- IDACO** – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IQM** – Índice de Qualidade Municipal
- ITERJ** – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
- MIRAD** – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
- MMSD** – Mestrado em Memória Social e Documento
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NAF** – Núcleo de Agricultores Fluminenses
- ONG** – Organização Não Governamental
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPAA – Plano Piloto de Ação Agrária

PPGMSD – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento

Pró-Alcool – Programa Nacional do Alcool

PT – Partido dos Trabalhadores

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

TCE/RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Caracterização do município de Conceição de Macabu	6
Aspectos Históricos	9
Percepções Gerais do Assentamento São Domingos	13
CAPÍTULO I – Abordagem Teórico- Metodológica.....	17
1.1. Os conceitos de Espaço e de Tempo na análise da Memória.....	17
1.2. Memória e Identidade.....	20
1.3. A História Oral como ponte entre Teoria e prática.....	23
1.4. Observação Participante: repensando a relação sujeito-objeto.....	26
1.5. Os assentamentos rurais como lugares antropológicos.....	27
1.6. Escutas e partilhas: o desafio do campo	30
CAPÍTULO II – A luta pela terra na Baixada Fluminense: uma memória de conflito.....	37
2.1. A Luta pela Terra no pré-64.....	37
2.2. O Golpe de 64, a modernização da agricultura e seus reflexos no estado do Rio de Janeiro.....	40
2.3. Abertura Política: emergência de novos atores e especificidades na questão agrária.....	42
2.4. A internalização da luta pela terra pelo Primeiro Governo Brizola.....	44
2.5. A “relativa volta ao campo”: perfil e objetivos dos atores envolvidos.....	51
2.6. O assentamento rural como espaço de reordenamentos.....	54
CAPÍTULO III – Considerações acerca da Memória do Assentamento São Domingos: o passado atualizado por seus protagonistas	56
3.1. O Ponto de Partida: Itaguaí.....	56

3.2. A chegada dos “sem-terra” de Itaguaí: conflito e transformação no espaço da antiga Fazenda São Domingos.....	65
3.3. Aceitação, Entrosamento e Consolidação dos processos organizativo-produtivo.....	71
3.4. A Importância da relação Estado–Assentamento para a permanência e organização dos trabalhadores.....	74
3.5. “Então a luta foi se expandindo...”	77
3.6. Impactos para além do espaço local.....	80
3.7. A Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos.....	82
3.7.1. As origens e os múltiplos sentidos de participação na Associação.....	83
3.7.2. A importância da Associação para a manutenção da memória positiva.....	85
3.8. Os conflitos e as tensões ocultados pelo silêncio: a implementação da Cooperativa.....	87
3.9. As contradições da representação política para a organização da memória.....	93

CAPÍTULO IV – São Domingos como ponto de partida: as especificidades da relação entre o trabalhador assentado e o significado da terra97

4.1. As Trajetórias de vida como referenciais de organização da memória	98
4.2. O grupo de posseiros antigos	101
4.3. “O espírito voltado para a terra”: a importância de nela se permanecer	104
4.4. As formas de reprodução como alternativas de trabalho, sobrevivência e “criatividade social”.....	109
4.5. Os significados da terra: respostas que se tornam perguntas.....	112
4.6. As identidades e as contradições da condição de assentado rural.....	114
4.7. São Domingos ontem, São Domingos hoje. E amanhã?	119

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....127

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....132

ANEXOS.....136

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação não é apenas fruto de um projeto individual de mestrado, e suas raízes originam-se de lugares e de tempos não contínuos em minha trajetória. Como estagiária de um projeto de extensão universitária, vivenciar um assentamento rural resultante dos processos de luta pela terra e de reforma agrária, foi um fato que abriu caminhos sugestivos de voltar atrás e também de seguir em frente.

Atrás, porque, naquele momento, trazia para o presente a minha história familiar, em que a terra é um forte componente no decorrer de processos de “desenraizamentos” e readaptações de modos de vida. A oportunidade de concluir um curso de graduação em Ciências Sociais, com a possibilidade de dar continuidade à vida acadêmica por meio do mestrado, foi a razão de seguir em frente, na medida em que a fé na reforma agrária como resolução dos grandes problemas estruturais do país ia se redefinindo. Daí a importância do desenvolvimento desta pesquisa para relativizar idéias e afirmações diante dessa inquietação que a questão agrária gerava e ainda gera.

Longe de se chegar a um ponto final e exato, o estudo da memória foi essencial no sentido de se poder levantar outras questões para (re)pensar a luta pela terra, os assentamentos rurais e a reforma agrária em geral.

Dessa forma, este trabalho procura analisar as formas pelas quais a memória da constituição de um assentamento rural, no estado do Rio de Janeiro, é construída e organizada por seus trabalhadores. Seu ponto de partida é a ocupação de terras por centenas de famílias em Itaguaí, na Baixada Fluminense, que resultou no seu deslocamento espacial, assentando-se, assim, em uma fazenda estadual, no município de Conceição de Macabu, na região norte fluminense.

São Domingos foi criado em janeiro de 1987, num momento em que os debates sobre a reforma agrária se redefiniam e ocupavam diversos espaços políticos, considerando o período de redemocratização com o fim do regime militar e a revitalização de movimentos sociais em geral. Nesse sentido, a análise em questão se sustenta também sobre essa conjuntura, elemento importante no ato de demarcar e orientar as lembranças pelos protagonistas.

É interessante ressaltar que o assentamento São Domingos caracteriza-se socialmente por grupos heterogêneos, com histórias e trajetórias diferentes em relação ao processo de sua constituição, o que permite afirmar que existem memórias diferenciadas, bem como maneiras diversas de sua apropriação.

Estas, por sua vez, podem auxiliar na preservação dessa lembrança que, mesmo se as transformações do dia-a-dia trouxeram para os trabalhadores novas configurações, esta memória ainda permanece viva nas suas lembranças.

Outra questão relevante desta pesquisa é compreender em que medida a memória do Assentamento São Domingos permite um entendimento da participação política de trabalhadores com origens urbanas nos debates e, efetivamente, nas decisões e acontecimentos concretos relacionados a questões agrárias e políticas, em geral.

Nesse sentido, uma revisão do processo de resistência até a conquista da terra, como também do aprendizado da organização coletiva que não só permitiu essa conquista, mas principalmente propiciou sua manutenção, pode ser útil para a preservação e permanência da organização e da própria continuação da luta pela terra por seus trabalhadores.

Em termos acadêmicos, a análise da memória dos processos de resistência e da constituição do assentamento São Domingos pode contribuir para que essa memória se legitime perante as forças institucionais, na medida em que os procedimentos e a metodologia servem-se de validade científica.

Ao pensar a reforma agrária por meio da perspectiva da memória, podemos levantar questões importantes contidas nos processos de transformação social que muitas vezes não são possíveis de serem identificadas no âmbito sociológico, político, econômico ou mesmo histórico. Diante disso, a análise da memória pode servir como um elemento que se soma às contribuições atuais, não só em termos acadêmicos, mas também no sentido de auxiliar a luta dos trabalhadores rurais.

O Assentamento São Domingos conta com algumas contribuições acadêmicas e institucionais a partir de olhares técnicos, geográficos, antropológicos, sociológicos e históricos da questão

agrária fluminense. Os diversos trabalhos encontrados, no entanto, deixam uma lacuna no que se refere à análise da memória de sua luta por meio das percepções dos próprios assentados. As formas pelas quais esta memória se organiza contribuem para uma perspectiva específica e implicam um elemento auxiliar para construção dessa luta, por meio da sistematização das informações oferecidas pelos próprios protagonistas.

Nesse sentido, apesar deste assentamento ser objeto de estudos recentes, pela sua capacidade de organização ser considerada uma referência no estado do Rio de Janeiro, provocando impactos sociais, políticos e econômicos para além do espaço local, buscamos abordar como os assentados constroem e organizam suas memórias e identidades em torno dessas transformações, bem como as perspectivas e os projetos futuros por meio da relação estabelecida entre passado e presente.

Para tanto, a utilização da História Oral, como eixo norteador dos procedimentos metodológicos, permite complementar os estudos já realizados, contribuindo também para levantar outras questões que permitam pensar a luta pela terra sob a ótica da memória social.

Ao trazerem sua história para o presente, os trabalhadores realizavam uma reinterpretação do passado a fim de dar continuidade a todo o processo de resistência que aprenderam a construir coletivamente, visto que a memória do assentamento São Domingos, como uma referência para outras lutas e outros assentamentos no estado do Rio de Janeiro é, sem dúvida, um elemento vivo e presente nas falas de seus protagonistas.

É necessário ressaltar que, mesmo os relatos orais serem a principal referência de análise, não há como explicitar no papel as circunstâncias em que os depoentes vão expondo suas percepções, fato que certamente influencia a forma pela qual a memória é atualizada.

Nesse sentido, os silêncios e esquecimentos também não deixam de estar presentes, traduzindo-se em sentimentos cujas lembranças remetem aos momentos de conflito, medo e tensão nas relações sociais.

Assim, utilizando tanto aquilo que foi possível de registrar nos relatos orais como o que foi silenciado, esperamos, diante de nossos limites, ter alcançado os objetivos desta pesquisa, os quais foram elencados da seguinte maneira:

- **Objetivo Geral:** Analisar as formas pelas quais os trabalhadores rurais de São Domingos constroem diferentes memórias acerca dos processos de luta pela terra e reforma agrária, estando em tela as disputas, as tensões e as aproximações existentes entre as mesmas.

- **Objetivos Específicos:** Verificar em que medida a memória da organização política e das relações sociais construídas pelos trabalhadores podem ou não contribuir para a construção ou reconstrução das relações de trabalho e de produção, bem como das relações sociais em geral; identificar em que medida essas práticas oferecem condições para se (re)construir identidades por meio da memória e da atualização da luta pela terra dos trabalhadores rurais assentados; Perceber de que maneira existem, na memória dos trabalhadores rurais assentados, elementos que possam ser reconstruídos e re-valorizados como formas de resistência e coesão dos trabalhadores no espaço do assentamento; produzir documentação pertinente às memórias dos assentados de São Domingos no sentido de auxiliar em sua organização social, política e econômica e levantar dados que ampliem a reflexão em torno da importância da questão agrária a partir da revisão da história da luta pela terra e pela reforma agrária no estado do Rio de Janeiro no tempo presente.

Dessa forma, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro deles refere-se à abordagem teórico-metodológica, em que os conceitos de memória, tempo, identidade, espaço e a problemática dos assentamentos rurais são teoricamente discutidos, considerando também os procedimentos metodológicos utilizados a partir da História Oral, da observação participante e o desenvolvimento da pesquisa nas idas a campo.

No capítulo II, buscamos realizar um trabalho historiográfico a respeito dos processos de luta pela reforma agrária na baixada fluminense e as políticas públicas que o primeiro governo Brizola aplicou nas resoluções para os movimentos de luta pela terra e os assentamentos

rurais no Rio de Janeiro, enfatizando também o perfil social e os objetivos dos sem-terra engajados na luta durante esse período.

O capítulo III centraliza as principais questões da pesquisa. Trata-se da memória da constituição de São Domingos, passando pelas lembranças da luta pela terra, do processo de distribuição até as percepções atuais de seus protagonistas em relação ao grupo e ao assentamento. A problematização do objeto de estudo e a confirmação de nossas hipóteses também estão neste capítulo, o que certamente colaborou para que este se estendesse além dos demais.

E por fim, o quarto capítulo é uma complementação do terceiro e nele procuramos sistematizar elementos particulares ao mundo dos assentamentos rurais a partir de um percurso geral sobre as trajetórias de vida, as diferentes percepções que o grupo tem em relação ao modo específico de ser e estar na condição de assentado, as formas de reprodução encontradas, as identidades sociais, bem como o significado que a terra assume diante dessa condição. Concluindo, este capítulo também traça as perspectivas e projetos que os trabalhadores de São Domingos possuem para o tempo futuro.

Apesar desta dissertação ter sido executada por meio de um exame cuidadoso e do desafio de um trabalho árduo, o que não podia deixar de ser, é importante enfatizar que, como toda pesquisa, esta também se deparou diante de dilemas e indagações que muitas vezes trouxeram limitações.

Nesse sentido, a totalidade da memória de um assentamento rural certamente não pode ocupar o espaço de uma dissertação, o que exige efetuar grandes recortes a fim de se chegar nos objetivos propostos. Assim, deixamos claro que esta pesquisa não está isenta das dificuldades existentes em todo trabalho científico e, com isso, propõe centralizar as análises naquilo que achamos ser mais relevante para o tema escolhido.

Caracterização do Município de Conceição de Macabu

O município de Conceição de Macabu localiza-se na região de transição entre a Serra do Mar e as planícies dos Goytacazes, com características bem diversificadas, as quais encontram-se desde montanhas e encostas, localizadas na posição leste, parte da Serra do Mar, a uma outra área de relevo plano, próxima às planícies litorâneas (vide mapas dos Anexos IV e V).

Sua área total é de 348,5 km² o que corresponde a aproximadamente 4% da área da Região Norte Fluminense. Atualmente, sua população é composta de 18.782 habitantes (o que corresponde a 0,13% do total do estado), sendo que 16.542 pessoas residem na área denominada urbana e apenas 2.240 pessoas residem na área denominada rural (Cide, 2002).

De acordo com o IBGE, houve um aumento considerável de sua população nos últimos 40 anos, visto que em 1960, sua população era composta de 9730 habitantes (IBGE, 2000). No entanto, se analisarmos a evolução demográfica da estrutura agrária, veremos que houve um intenso processo de êxodo rural ocorrido no município, na medida em que em 1960, aproximadamente 60% de sua população encontrava-se em áreas denominadas rurais e no ano de 2000, a população rural estava reduzida a quase 12%.

O município é composto por dois distritos: Conceição de Macabu e Macabuzinho. A distribuição da população entre esses distritos implica, respectivamente, em 17.818 habitantes e 964 habitantes. A população urbana do distrito de Conceição de Macabu corresponde a 16.360 habitantes e de Macabuzinho corresponde a 182 habitantes. Com relação à população rural dos respectivos distritos, os dados indicam 1.458 habitantes no primeiro contra 782 no segundo.

Sua densidade demográfica é de 47,1 hab/km², contra 71,5 hab/km² referentes à Região Norte Fluminense e 328,1 hab/km² do estado do Rio de Janeiro. Sua taxa média de crescimento anual é de 1,14% entre o período de 1991 a 2000, contra 1,49% na região e 1,30% no Estado. A taxa de urbanização corresponde a 81,1% da população enquanto na região implica em 85,1% e no estado em 96,0% (Cide, 2002).

A BR-101 tangencia o município a leste de seu território, acessando os municípios de Macaé ao sul e Quissamã/Campos ao norte. Ela é interligada à sede municipal pela RJ-182, que alcança o município de Carapebus a leste e Santa Maria Madalena a oeste (TCE/RJ, 2002).

Conceição de Macabu dispõe de 4.057 domicílios, dois hospitais (um municipal e outro considerado filantrópico), uma agência bancária, duas agências de correios, 952 terminais telefônicos, um teatro convencional e duas bibliotecas (Cide, 2002). Além disso, também possui 4 estabelecimentos hoteleiros (TCE/RJ, 2002).

Existem 80 estabelecimentos comerciais e 48 estabelecimentos de serviços. Seus estabelecimentos industriais eram compostos, no ano de 2000, em 2 indústrias de extrativa mineral, 11 indústrias de transformação, um serviço industrial de utilidade pública e 5 indústrias de construção civil (Cide, 2002).

Com relação aos aspectos econômicos, podemos afirmar que Conceição de Macabu é um município extremamente pobre da Região Norte Fluminense, por ter sido um dos 38 municípios do estado do Rio de Janeiro incluídos no Programa Comunidade Solidária entre os anos de 1999 e 2001. No ano de 2001, 6.648 famílias foram atendidas com distribuição de cestas de alimentos (Cide, 2002). Esse município foi o primeiro da região Sudeste a integrar o Programa, sendo que, em 1997, aproximadamente 30% da população total do município participava do programa, o que indica o grau de miséria da população macabuense (Medeiros e Leite, 2002).

De acordo com os censos de 1970, 1980 e 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi evoluindo, respectivamente, em 0,644 / 0,595 / 0,612. Esses índices se classificam dentro do IDH dos países com médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) (TCE/RJ, 2002).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro, no ano 2000, era de 11.052,00, e o da região Norte Fluminense era de R\$ 4.809,00. O município de Conceição de Macabu tinha, no mesmo ano, um PIB per capita de R\$ 2.460,00, quase cinco vezes inferior ao estadual e aproximadamente duas vezes menor que o regional. A arrecadação de Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em 2001 atingia R\$ 325.000,00 em 1999, tendo

caído em 2000 para R\$ 296.000,00 e elevando-se novamente em 2001 para R\$ 457.000,00, representando apenas 0,32% da arrecadação da Região Norte Fluminense e 0,005% da estadual (Cide, 2002).

O PIB (Produto Interno Bruto), em seu valor absoluto, do Estado do Rio de Janeiro, no ano 2000, era de 147 bilhões de reais, e o do município de Conceição de Macabu era de 52.309 mil reais, o que representa cerca de 0,35% do PIB total do estado (TCE/RJ, 2002).

No ano de 2002, o Índice de Qualidade Municipal (IQM) de Conceição de Macabu era de 0,1824, atingindo o quinquagésimo oitavo colocado dos municípios do Rio de Janeiro. Com relação à Região Norte Fluminense, o IQM de Conceição de Macabu estava em quarto lugar.¹

Em relação às fontes que dizem respeito à educação, em 2001 existiam 28 estabelecimentos de ensino em atividade, sendo que 10 estabelecimentos eram de dependência administrativa estadual, 15 de dependência municipal e 3 estabelecimentos privados. Havia 119 salas de aulas, das quais 107 estavam sendo utilizadas, e o número total de professores em exercício era de 229 (Cide, 2002).

Uma outra fonte indica que no ano de 2000 existiam 28 estabelecimentos de ensino fundamental, dos quais 10 estabelecimentos eram de dependência administrativa estadual, 16 de dependência municipal e 2 estabelecimentos privados. Havia 3 estabelecimentos de ensino médio e todos eles de dependência administrativa estadual. Dos 23 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 4 eram escolas públicas estaduais, 17 municipais e 2 eram escolas particulares (IBGE, 2000).

A taxa total de alfabetização da população com 5 anos ou mais de idade do município implicava, no ano de 2000, em 84,8%. Com relação à população urbana, a taxa era de 86,5%, e a população rural estava alfabetizada em 72,3%. A população do Estado do Rio de Janeiro

¹ De acordo com a Fundação Cide, o IQM é um índice que classifica os 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro de acordo com os seguintes indicadores, que contêm pesos diferentes: Dinamismo, Riqueza e potencial de consumo, Centralidade e vantagens locais, Qualificação da mão-de-obra, Facilidade para negócios, Infra-estrutura para grandes empreendimentos e Cidadania. A publicação analisa cada município individualmente, sempre tendo como parâmetro o 1º colocado – município do Rio de Janeiro, que leva nota 1,0 (Fundação Cide, 2002).

estava alfabetizada num total de 90,7% e a população regional em 86,3% (IBGE, 2000 e Cide, 2002).

Ao chegar na cidade de Conceição de Macabu, percebemos a presença de uma rica história por meio de algumas ruas de paralelepípedos, do estilo de algumas casas e da desativada estação de trem. É uma cidade pequena, com a presença de comércio ao redor da praça principal, onde se encontra também a Igreja N.S. da Conceição (vide ilustrações 20 a 24, no Anexo III).

Nas duas últimas décadas, a economia do município não apresentou crescimento e era fortemente ligada à do município de Macaé, pelo fato de neste último ter sido instalada a base de operação para exploração de petróleo. Atualmente, Macaé apresenta um importante papel no mercado de trabalho da região, e esse rápido crescimento atraiu para o local trabalhadores macabuenses que não encontravam emprego em seu município. Além disso, os serviços e o comércio de Macaé são bastante utilizados por Conceição de Macabu e tal fato contribui bastante para impedir que um maior desenvolvimento se realize na economia do município (Linhares et al., 2002).

A periferia da cidade é composta por pobres vilarejos num cenário indefinido entre o campo e a pequena e incipiente urbanização. Nos últimos anos, Conceição de Macabu vem passando por transformações, visto que novos moradores passaram a habitar a cidade para trabalhar em Macaé devido à proximidade entre os dois municípios. Esse fato gerou um aumento no preço da terra, da habitação e do aluguel, fazendo com que a população de baixa renda se deslocasse para bairros, como Calçadinha e Rhodia, com precárias condições de infra-estrutura e serviços urbanos e que apresentavam elevados índices de violência (Linhares et al., 2002).

Aspectos Históricos

Antes da invasão portuguesa no Brasil, em 1500, a Região Norte Fluminense era ocupada por populações indígenas, e por volta de 1600 chegaram nessa região missionários jesuítas. No século seguinte, ocorreu a chegada de colonos europeus que, desembarcando no Brasil com vistas à exploração da terra, introduziram na região a criação de gado. A exploração de

madeira das florestas ali existentes também ocasionou na vinda dos chamados *tropeiros*. Com o sucesso da produção de açúcar no período colonial, a cana-de-açúcar também foi introduzida, fazendo surgir naquelas terras engenhos e núcleos coloniais de jesuítas.

Ao longo desses séculos, diversos conflitos ocorreram entre índios, escravos, pecuaristas, colonos e jesuítas, o que revela a presença de quilombos e de seus remanescentes na região. Com isso, podemos afirmar que a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro tem seu início a partir do momento em que esses conflitos começam a surgir.

No início do século XIX, uma intensa plantação de café começou a ser introduzida na região serrana do estado do Rio, e em Conceição de Macabu esta cultura foi introduzida por volta de 1850, nas grandes propriedades das áreas formadas por montanhas e encostas da Serra do Mar. O Rio Macabu foi o principal canal de escoamento da região que ligava Cantagalo ao porto de Macaé, e dessa forma, muitos povoados surgiram ao longo de suas margens.²

De acordo com estudo sócio-econômico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) sobre o município em questão, em 1814, os índios sucurus, já catequizados, voltaram às suas terras de origem e fundaram o povoado de Macabu, elevado a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu, em 1855. Já em 1891, devido à instituição do antigo município de Macabu, a freguesia foi elevada à categoria de vila e sede municipal, sendo que, em 1892, aquele município foi extinto e incorporado ao município de Macaé, sob a denominação de Macabu.

O povoamento e o desenvolvimento do município aumentaram ainda mais em virtude da expansão da cultura canavieira e com expansão nas grandes propriedades da região, ocupando as áreas que possuíam relevo plano. Essa expansão econômica fez com que se desenvolvessem rodovias e trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, que liga a capital ao norte do Estado, e vai até o Espírito Santo.

² Os aspectos históricos do município de Conceição de Macabu que foram abordados até aqui baseiam-se nos estudos produzidos por Linhares et al. (2002), que elaboraram um levantamento histórico de alguns assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, incluindo o assentamento Capelinha, localizado em Macabu.

Em 1952, quando os distritos de Macabu e Macabuzinho foram desanexados do município de Macaé, a região se tornou, finalmente, no município de Conceição de Macabu, tendo o seu centro urbano sido formado à margem direita do Rio Macabu.

Ao longo do século XX, a substituição dos engenhos pelas usinas ocasionou numa intensa concentração fundiária colaborando para que houvesse um processo de expulsão e de subordinação do pequeno trabalhador rural (ou posseiro) ao grande capital industrial e financeiro, principalmente no período do chamado “milagre econômico”, ocorrido durante a ditadura militar (Medeiros e Leite, 2002).

Assim, neste século, verificou-se uma visível mudança na produção agrícola daquela região. Em sua primeira metade, o cultivo de café entrou em decadência e nas últimas décadas, a produção açucareira também entrou em declínio. Com o declínio do café e da cana-de-açúcar, a pecuária se desenvolveu e se tornou a principal atividade econômica da região.

Com a crise do setor sucroalcooleiro, e também com a falência do Pró-Alcool³, ocorreram transformações na região Norte-Fluminense. Dessa forma, muitas fábricas tiveram que ser desativadas, e novos padrões de produção foram introduzidos na região. Esses padrões estavam cada vez mais vinculados à lógica da produção agroindustrial, em que além da mecanização, eram também utilizadas a adubação química e a biotecnologia no controle de produção.

No entanto, se a cana era a principal atividade econômica daquela região, o município de Conceição de Macabu sempre teve uma participação reduzida no total da área plantada, nunca ultrapassando 3% da área total e fazendo desse município uma área periférica do complexo

³ Designação do Programa Nacional do Alcool, criado em 1975 pelo presidente Ernesto Antônio Geisel. Esse programa visava reduzir a importação do petróleo, com o objetivo de produzir 3 bilhões de litros de álcool em 1980. Cerca de 90% do álcool deveria ser extraído da cana-de-açúcar, 8% de mandioca e 1% de óleo vegetal de babaçu, para iniciar a substituição de óleo diesel. Em 1979 o objetivo de 3 bilhões de litros era alcançado. Foi implantado um sistema de apoio à conversão dos veículos a gasolina para álcool, por meio da rede de Centros de Apoio Tecnológicos (CAT), coordenados pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. As conversões eram feitas por ocasião da retífica completa do motor, o que reduzia seu custo, e abrangeram, de início, as frotas cativas de entidades públicas. Logo depois, vencida a etapa de demonstração e ante a expansão do sistema de abastecimento de álcool, os fabricantes de veículos começaram a produzir os primeiros automóveis de série a álcool (1980). Graças aos incentivos, principalmente creditícios, e redução de taxas e impostos sobre veículos, o Pro-Álcool poderia tornar-se a primeira experiência mundial de achar um energético renovável para substituir o petróleo. A partir de 1988, começou a diminuir a participação percentual dos veículos a álcool, que caiu de 53,3% naquele ano para 9,1% em 1990 (Larousse Cultural Brasil A/Z, s/d).

sucroalcooleiro. Diante disso, os autores ressaltam que as áreas periféricas foram aquelas que primeiro sentiram os efeitos da crise no setor suroalcooleiro, e na medida em que as exigências tecnológicas se ampliavam, as usinas locais faliam e o cultivo de cana pelos produtores independentes era cada vez mais abandonado.

Em Conceição de Macabu, a pesquisa realizada verificou que esse processo desencadeou no fechamento da única usina do município no ano de 1993, a Usina Vitor Sense, havendo então uma queda brutal da área de plantação de cana, que reduziu de 4000 ha no princípio da década de 80 para cerca de 600 ha em meados da década de 90. Como consequência, a partir dos anos 90, o município passou a ter como base de sua economia a pecuária leiteira.⁴

É válido ressaltar que todas essas transformações ocorreram sem que houvesse, entretanto, quaisquer mudanças na estrutura fundiária, ou seja, a terra não deixou, em nenhum momento, de estar concentrada nas mãos de poucos proprietários. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 1995, cerca de 75% da área agrícola do município de Conceição de Macabu pertenciam a apenas 60 proprietários, fazendo com que, ao longo das últimas décadas, parte considerável da população do município deixasse o campo e migrasse para municípios vizinhos (Linhares et al., 2002).

Podemos perceber que o processo de migração e deslocamento diário em Conceição de Macabu é cada vez mais intensificado, principalmente pelo fato da cidade vizinha de Macaé ser um centro urbano em constante crescimento econômico e que vem gerando uma demanda cada vez maior de serviços e empregos.

Dessa forma, os recursos humanos e os serviços locais da cidade de Macabu vêm sendo cada vez mais deslocados em face dessa transformação, e os dois assentamentos existentes no município não estão isentos de sofrer transformações nas formas de trabalho e reprodução social e econômica.⁵

⁴ Esta atividade é considerada pelos autores como uma atividade tradicional, visto que desde 1942 funciona a Cooperativa de Laticínios de Conceição de Macabu (CLCM), filiada à Central de Cooperativas Produtoras do Leite (CCPL) desde 1974, produtora de leite tipo C, queijo, manteiga e doces (Medeiros e Leite, 2002).

⁵ As saídas de ônibus de Conceição de Macabu para Macaé, nos dias de semana, realizam-se de 30 em 30 minutos, não diferindo do sentido contrário (Macaé-Macabu).

Mesmo se os assentamentos Capelinha e São Domingos representarem a tentativa de efetivação de reforma agrária e de buscar alternativas de trabalho e produção que fogem aos princípios de deslocamento do campo para a cidade, veremos que estes não estão livres das transformações que o crescimento do capital exige.

Os impactos provocados pela dinâmica regional petrolífera marcam profundamente a configuração social e econômica dos municípios vizinhos. Frente a esse fenômeno, vale averiguar as maneiras pelas quais os assentados de São Domingos canalizam as formas de trabalho e produção.⁶

Percepções Gerais do Assentamento São Domingos

A Fazenda São Domingos apresenta uma paisagem de serras e montanhas, cercado ainda pela presença da mata atlântica nos vales e encostas de suas serras. As informações a seguir referem-se a estudos recentes realizados em São Domingos por duas instituições: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que procurou abordar, a partir da constituição de assentamentos rurais em algumas localidades do estado do Rio de Janeiro, os impactos econômicos, sociais e políticos causados nestas localidades, tendo em vista que São Domingos foi um dos assentamentos pesquisados; e o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), organização não-governamental que realiza projetos de apoio técnico em alguns assentamentos rurais e em comunidades urbanas de baixa renda, sendo São Domingos um dos assentamentos assistidos.

Quando foi criado pelo governo estadual em 1987, São Domingos possuía uma área para cultivo de 590 hectares, divididos em 130 lotes, nos quais um seria para uso comunitário e os demais destinados às 129 famílias que compunham a sua população. O tamanho dos lotes variava entre 3 ha e 12 ha, de acordo com as diferentes topografias. De um lado, existem estreitas áreas de várzea e, de outro, trechos de acentuada declividade. Uma constatação

⁶ Segundo Linhares et al. (2002), a criação de São Domingos, em 1987 e de Capelinha, em 1996, não conseguiu alterar essa tendência de êxodo rural, mas que, no entanto, é provável que a constituição desses assentamentos tenha contribuído em muito para que o percentual da população rural do município não fosse ainda menor que a registrada no Censo de 2000.

interessante diz respeito ao fato de que em 1998, aproximadamente 40% da população rural de Macabu estavam no assentamento São Domingos (Medeiros e Leite, 2002).⁷

Infra-Estrutura

Segundo relatório produzido pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), 131 famílias residiam em São Domingos em julho de 2003. O assentamento dispõe de estradas de terra e de transporte coletivo municipal, com circulação de ônibus em sete (7) horários diários. Além disso, conta também com energia elétrica, um posto de saúde e uma escola técnica agrícola estadual. Essa escola funciona sob dois regimes, sendo um turno para alunos do Ensino Fundamental até a 5ª série e um período integral para os demais alunos, atendendo cerca de 100 jovens do assentamento e de outras partes do município (IDACO, 2003) (vide ilustração 16, no Anexo III).

Trabalho, Renda e Produção

Como observaram Medeiros e Leite (2002), em 1998, todas as famílias moravam no assentamento, sendo que metade delas morava integralmente no assentamento e a outra residia apenas em parte. A maior parte das famílias não vivia exclusivamente da produção de seus lotes e a renda total referia-se à combinação de outros tipos de renda com a produção agro-pecuária.

Essa pesquisa verificou também uma reduzida evasão nos lotes desse assentamento, com uma amostra de 80% de permanência há mais de dez anos e 70% de permanência desde a constituição do assentamento.

O mesmo relatório indica que havia uma importante tendência à diversificação das atividades produtivas como forma de elevação de renda, tais como agricultura, criação de animais, artesanato, beneficiamento da produção, assalariamento, “bicos”, etc. Ainda assim, as principais atividades agrícolas eram a olericultura e a fruticultura, com produção destinada basicamente à comercialização (Medeiros e Leite, 2002).

⁷ Medeiros e Leite (2002) também ressaltam a importância desse fato para afirmar que a criação de outros assentamentos poderá reverter a tendência de esvaziamento do campo macabuense.

De acordo com recente levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitário (IDACO), alguns dos produtos comercializados referem-se a banana, coco, jiló, aipim e quiabo. Além disso, a produção de peixe vem sendo utilizada por alguns agricultores. Esses produtos são comercializados na Ceasa, em Conceição de Macabu ou diretamente a atravessadores (IDACO, 2003).

Primeiras Impressões

Logo na entrada do assentamento São Domingos, encontra-se a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos, onde, visivelmente, máquinas, tratores e um caminhão são guardados. Na faixa frontal da Associação, existe uma bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pintada à tinta, indicando a presença de uma organização social e política naquele espaço (vide ilustração 51, no Anexo III).

A Associação possui dois andares e uma cozinha na parte térrea, dispondo de banheiros nos dois andares e uma garagem com capacidade para guardar os caminhões e tratores. No andar de cima, há um salão com quadro negro, algumas cadeiras universitárias e banheiros. Esse estabelecimento também dispõe de computador e de algumas máquinas de costura, que foram utilizadas em cursos de corte-e-costura realizados há alguns anos. Fogões industriais para fabricação de doces caseiros foram oferecidos por uma Organização Não Governamental (ONG), mas também se encontram desativados. Um curso de alfabetização de jovens e adultos realizado com o apoio do MST também chegou a ser realizado na sede e, segundo assentados, não funciona há cerca de quatro anos.

Na mesma área, há uma pequena escola pintada de azul e branco que, no momento, não funciona, servindo de local de moradia. Ali também havia um armazém que vendia pequenos insumos para a produção agrícola e alguns produtos do assentamento (vide ilustração 28, no Anexo III). De acordo com um ex-presidente da Associação, o prédio dispõe de aproximadamente 230m² e a área total de obras realizadas equivale a aproximadamente 600m² (entrevista realizada pela pesquisadora em agosto de 2003).

Ao caminhar pelo assentamento, verifica-se a presença de vários sítios e do cultivo de algumas culturas, como aipim, coco, banana, tangerina e outras frutas. Percebe-se que houve

uma grande mudança naquela paisagem com a constituição do assentamento, na medida em que as plantações se estendem até mesmo no alto dos morros e nas várzeas (ide ilustração 44, no Anexo III). Alguns sítios possuem antenas parabólicas e praticamente todas as casas são de alvenaria. É interessante também ressaltar o cuidado de alguns assentados com seus jardins, ao plantar em frente de suas casas flores e pés de frutas.

O espaço onde está a sede da Fundação da Infância e Adolescência (FIA) consiste no “centro” do assentamento e também local de origem do nome do assentamento. Alguns chamam esse espaço de FEEM (Fundação Estadual de Educação do Menor do Estado do Rio de Janeiro), ou mesmo de São Domingos. Além do espaço onde são abrigados os rapazes atendidos por esta instituição, existem casas construídas no início do século XX, pertencentes ao governo do estado nas quais hoje habitam antigos funcionários do estado, que não são propriamente assentados. É um espaço utilizado para moradia e não direcionado para o trabalho agrícola. Há uma pequena praça e, perto desta, encontra-se a Capela São Domingos, onde, anualmente, é realizada no mês de agosto, a festa do padroeiro do assentamento (vide ilustrações 17 a 19 e 32 a 34, no Anexo III).⁸

De certa forma, o assentamento São Domingos é extenso, se estendendo para o alto de morros por mais de 6 km de sua entrada. A linha de ônibus que transita diariamente não chega a percorrer todo o assentamento, o que faz com que muitos assentados tenham que andar alguns trechos a pé.

Não há asfalto pelo interior do assentamento e os transportes mais utilizados pelos moradores são a bicicleta e a motocicleta. Alguns preferem andar a cavalo e também é notável a presença de alguns carros.

⁸ Todos os rapazes atendidos pela FIA possuem algum tipo de deficiência mental. Além do espaço da sede, habitam algumas casas espalhadas, percorrendo livremente esses espaços no cotidiano no assentamento.

CAPÍTULO I

Abordagem Teórico-Methodológica

1.1. Os conceitos de espaço e de tempo na análise da memória

Tomando como ponto de partida a análise da memória da constituição de São Domingos contada por seus protagonistas, cabe aqui acrescentar algumas observações complementares a esta análise.

As diferentes trajetórias e percepções individuais dos trabalhadores assentados servirão de pano de fundo para a análise da memória coletiva de um mesmo lugar em comum, bem como das formas de organização e reprodução que o grupo constituiu. Nesse sentido, maneiras diferenciadas de construção dessa memória convergirão no mesmo lugar: São Domingos.

Ao contrapor o *lugar* e o *não-lugar*, Augé (2001) argumenta que este último não pode ser definido como identitário, relacional e histórico. O não-lugar seria produzido pelo advento da supermodernidade, constituindo-se assim em *espaços funcionais*.

Nesses espaços dos não-lugares, as identidades só existem na medida em que os indivíduos estão inseridos no mundo dos cartões de crédito, das contas bancárias e dos passaportes. Além disso, os não-lugares permitem que as relações sociais que se criem não passem de coexistências de individualidades distintas. Dessa forma, o autor ressalta que o usuário do não-lugar está com este, ou com os poderes que o governam em relação contratual:

A existência desse contrato lhe é lembrada na oportunidade (o modo de uso do não-lugar é um dos elementos do contrato): a passagem que ele comprou, o cartão que deverá apresentar no pedágio, ou mesmo o carrinho que empurra nos corredores do supermercado são a marca mais ou menos forte desse contrato. O contrato sempre tem relação com a identidade individual daquele que o subscreve (Augé, 2001:93-94).

Nesse sentido, os não-lugares impossibilitam a existência de um espaço histórico, um espaço vivido ou um espaço de memória:

No total, tudo se passa como se o espaço fosse retomado pelo tempo, como se não houvesse outra história senão as notícias do dia ou da véspera, como se cada história individual buscasse seus motivos, palavras e imagens no estoque inesgotável de uma inexaurível história do presente. (Augé, 2001:96)

Em contrapartida ao não-lugar, Augé (2001:77) classifica o *lugar* como “lugar de memória” que ocupa um lugar circunscrito e específico. Para o referido autor, *lugar* implica em seu sentido inscrito e simbolizado, no chamado *lugar antropológico*, cuja noção se dá pela “possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele pronunciam e da linguagem que o caracteriza”.

Dotado de simbologias e de linguagem, o lugar antropológico cria assim um *social orgânico* que se completa pela dinâmica das relações simbólicas. O conceito de não-lugar oferecido por Augé permite uma reflexão acerca da transformação dos espaços que a supermodernidade produz, bem como da relação entre memória, identidade e história existente no mundo globalizado atual.

Ao analisar as diversas transformações advindas com a modernidade, Harvey (1993) chama a atenção para o fato de que essas transformações têm íntima relação com concepções espaciais e temporais. Ele afirma que a modernidade impôs a idéia de um sentido único e objetivo de tempo e espaço que seriam – e ainda o são – aplicáveis às diversas concepções e percepções humanas existentes.

Para esse autor, a adequação a um tempo único e universal diz respeito às formas pelas quais o capitalismo precisou impor tais concepções a fim de poder se reproduzir e aumentar o seu domínio sobre o mundo.

Não obstante, o sentido universal das percepções temporais e espaciais não foi construído apenas com o surgimento da modernidade. Harvey (1993) assegura que a concepção iluminista de tempo e espaço tem seus alicerces assentados na Renascença, época em que, com a “descoberta” do novo mundo, a acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e domínio individual dele.

Assim, ele argumenta que a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Ele também afirma que, além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais.

Diante disso, o pensamento de Harvey (1993:189) nos auxilia a reconhecer a multiplicidade de concepções acerca do espaço e do tempo com a qual diversas práticas humanas se relacionam na medida em que “cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço”.

Este autor também sustenta que as regras temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de um interesse de uma intensa luta social. Nesse sentido, podemos utilizar esses conceitos no sentido de nos alertarmos sobre as diversas formas de como os grupos sociais percebem e se apropriam do tempo e do espaço.

Isso posto, na medida em que a presente pesquisa tem como foco de análise a memória de um *espaço* social e politicamente constituído, devemos estar atentos para nos ater às possíveis maneiras pelas quais o grupo social se relaciona entre si e como as percepções temporais e espaciais são experimentadas a partir desse modo de vida peculiar que o assentamento significa.

Da mesma forma que São Domingos se constitui como uma unidade política, econômica e social, na qual existem representações de tempo e espaço únicos referentes a essa organização, é necessário considerar as diferentes representações existentes acerca dessa unidade, na medida em que Harvey (1993:189) aponta que cada relação social contém seu próprio sentido de tempo e espaço:

Considero importante contestar a idéia de um sentido único e objetivo de tempo e espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas. (...) insisto que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção.

É nesse sentido que Bachelet (1998) complementa nossa análise quando sustenta que a organização do espaço pelos diversos grupos sociais é como um caleidoscópio, no qual existem diferenciações e hierarquias. Estas variações são dotadas de elementos simbólicos, os quais implicam em normas e valores que orientam a organização social e espacial dos grupos.

1.2. Memória e Identidade

Tomando como fio condutor desta pesquisa a análise da memória, é necessário enfatizar a importância de Maurice Halbwachs para o estudo da memória como construção social. Segundo Santos (2003), que traz uma rica contribuição acerca das diversas interpretações teóricas da memória social, a análise de Halbwachs tem sido retomada por diversos historiadores, que se afastam do compromisso de narrar eventos sobre o passado segundo uma lógica externa aos processos constitutivos das formações simbólicas e que priorizam o estudo das lógicas internas aos grupos aos quais se associam as diversas representações coletivas. Da mesma forma, ela afirma que o trabalho de Halbwachs representou também uma contribuição importante para todos aqueles que se engajaram no estudo de políticas de identidade.⁹

Para Halbwachs (1990), só há memória coletiva onde existe um pensamento comum a todos os membros de determinados grupos. Tempo e espaço são condições essenciais para a memória coletiva existir. Dessa forma, cada grupo tem a sua própria maneira de representação do tempo, bem como do espaço do qual se considera como membro. Para o autor, a memória traz à tona lembranças do passado que continuam sempre presentes. Esse processo se dá de maneira na qual a memória implicaria em *quadros sociais vivos* do passado que são refeitos no tempo presente.

Essa afirmação oferece uma tentativa de pensar os sujeitos desta pesquisa e a maneira pela qual se vêem representados dentro do espaço por eles conquistado. Ainda assim, Halbwachs (1990:87) afirma que por meio da memória coletiva, “o grupo sente acertadamente que

⁹ A principal crítica ao pensamento de Halbwachs está na afirmação de que tanto a memória quanto o esquecimento só existem a partir de contextos sociais já estabelecidos. De acordo com Santos (2003), esta afirmação não nos leva à conclusão de que outros elementos não possam ser considerados para explicarmos o fenômeno observado. A autora também assegura que as assertivas de Halbwachs nos interessam ainda hoje porque, apesar de atribuir sempre aos quadros sociais o sentido imanente a práticas sociais, ele descreveu com extrema competência o papel desenvolvido pelos quadros sociais nas construções do passado, o que não fora feito até então.

permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade por meio do tempo”. Assim, buscamos compreender se esta identidade é algo que efetivamente predomina ou não nas consciências coletivas dos trabalhadores de São Domingos.

Quando o assentamento é conquistado, as relações sociais criadas durante os processos de vivência coletiva anterior se transformam. No entanto, podemos também afirmar que a partir do momento em que outras identidades são construídas no processo de experiência coletiva, uma memória comum aos trabalhadores é organizada para que se mantenha viva em suas lembranças.

Dessa forma, como aponta Pollak (1992), a memória é um fenômeno construído e organizado, tanto individualmente como coletivamente, constituindo-se em percepções da realidade. Esta afirmação ajuda a compreender que, na medida em que os trabalhadores se afirmam como assentados, ainda permanece no presente a lembrança do sentido dessa conquista como sendo fruto de um processo real de luta e resistência, mesmo tendo a memória, como afirma o autor, características flutuantes e mutáveis.¹⁰

De acordo com o princípio de que a memória é um fenômeno construído socialmente e que existe uma estreita ligação entre memória e identidade, podemos afirmar que a memória dos trabalhadores rurais assentados pode ser construída na medida em que eles têm em comum sentimentos de representatividade e pertencimento ao grupo.

Podemos refletir que a partir do momento no qual um grupo social decide se organizar partindo para ações que visem interesses comuns, sentimentos comuns de pertencimento a uma coletividade passam a existir, a fim de colaborar para a coesão e a permanência desse grupo, consolidando assim sua organização.

Segundo esse autor, existem três elementos essenciais na construção de identidade, que são: a unidade física – o sentimento de ter fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo; a continuidade dentro do tempo, em seu sentido físico ou no sentido moral e psicológico e,

¹⁰ Para Pollak (1992:204), a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. Assim, as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

finalmente, o sentimento de coerência, que faz com que os diferentes elementos que formam os indivíduos sejam efetivamente unificados.

Além disso, argumenta ainda que aquilo que a sociologia chama de identidade coletiva implica todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. Esses investimentos são essenciais no caso de trabalhadores rurais que participaram de numa luta coletiva a fim de alcançar os mesmos objetivos. Assim, as palavras de Pollak (1992:204) melhor definem nossa tentativa de relacionar a memória e identidade como fios condutores teóricos:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si.

Dessa forma, não há como haver memória coletiva de um grupo se neste não existe uma unidade e identificação de seus membros. O mesmo autor (1989:8) afirma que a memória se integra em “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre as coletividades”.

Por outro lado, analisar os processos de construção de identidades obriga-nos a recorrer a visões e conceitos mais flexíveis, considerando a dinâmica das transformações econômicas, sociais e culturais trazidas pela supermodernidade. Veremos que os sentimentos de pertencimento a um grupo homogêneo solidamente constituído são construídos também a partir de momentos situacionais e oportunos. De acordo com Hall (2000), as sociedades modernas estão se transformando a partir de um tipo diferente de mudança estrutural cujas paisagens culturais vêm se fragmentando, o que faz com que a visão do sujeito integrado e unificado se enfraqueça e provoque novas discussões a respeito das identidades.

O estudo atual sobre assentamentos rurais também deve ser realizado sob a ótica dessa dinâmica transformadora, uma vez que ser *assentado* ou ser *sem-terra* denota sentidos que nos parecem únicos e homogêneos. Pelo contrário, essas categorias também não são fixas e nem cristalizadas. Hall (2000:7) enfatiza que “as velhas identidades que por tanto tempo

estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”.

Dessa forma, devemos compreender o processo de “crise de identidades” dentro dessa dinâmica de fragmentação, na qual as estruturas e processos das sociedades modernas estão sendo deslocadas e os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social estão sendo abalados (Hall, 2000).

Nesse sentido, vale questionar em que circunstâncias os sentimentos de continuidade, de pertencimento e fronteiras sociais, propostos por Pollak, permitem reconstruir, ou até mesmo desconstruir a identidade de um trabalhador rural que se encontra na condição de assentado.

1.3. A História Oral como ponte entre teoria e prática

A fim de buscar os devidos procedimentos metodológicos, a pesquisa exigiu um trabalho com a oralidade. O objetivo era entender o processo de constituição do assentamento São Domingos a partir dos relatos e percepções dos próprios protagonistas.

Para tanto, é fundamental focar o trabalho de análise da memória a partir de um conjunto de estudos referentes aos processos de *construção social*. Hobsbawm e Ranger (1984) consideram a memória e as tradições como componentes socialmente construídos ou “inventados” pelos grupos e instituições que visam atingir determinado fim.

Segundo os autores, esta finalidade diz respeito à necessidade de invenção de uma continuidade histórica que, por meio da criação de um passado antigo, a continuidade histórica real venha a ser extrapolada, seja pela lenda, seja pela invenção de símbolos e acessórios novos.

Desse modo, as tentativas de dar continuidade ao passado nos remetem a compreender a memória como algo que é socialmente construído ou mesmo “inventado”. Ainda assim, os autores chamam a atenção para o fato de que esses estudos esclarecem as relações humanas

com o passado, bem como pelo fato de que as invenções são indícios de transições, conflitos e transformações (Hobsbawm e Ranger, 1984).

Diante disso, a utilização da História Oral foi abordada no sentido proposto por Amado e Ferreira (1996:17), como uma *ponte* entre teoria e prática que nortearam este trabalho, ordenando os procedimentos e suscitando questões que, em certa medida, puderam ser respondidas com o apoio da teoria vigente acerca do objeto de estudo escolhido:

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais.

Dessa forma, a opção pela metodologia da História Oral imbrica não só em citar os relatos, mas também em levantar questões que não seriam possíveis de serem percebidas nas entrevistas em gerais, na medida em que a história oral está preocupada com questões de cunho mais específicas.

Thompson (1998) sugere que uma das habilidades e das oportunidades básicas da história oral diz respeito ao pesquisador conseguir ir além das generalizações estereotipadas ou evasivas e, desse modo, chegar a lembranças detalhadas. Para o referido autor, o objetivo de uma entrevista deve ser revelar as fontes do viés, fundamentais para uma compreensão social. Dessa forma, o procedimento das entrevistas deve ser cuidadosamente planejado, com o apoio de um roteiro cuja função é de *mapear* o território a ser percorrido.

O mesmo autor também alerta para que o pesquisador se atente aos possíveis problemas que podem ocorrer, durante o processo de entrevistas, entre o entrevistador e seus informantes. Ressalta que uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Ainda assim, completa que o êxito na atividade de entrevistador depende tanto de cuidados pessoais quase tanto como do conhecimento histórico especializado.

Seguindo esse caminho, Santana (2000:35) complementa que:

a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado é um dos pontos mais ricos na experiência com a história oral. Esta relação, em um contexto de geração de documentos, tem dado sua importante colaboração ao relativizar posturas mais rígidas sobre a separação entre sujeito e objeto no campo da pesquisa.

Além disso, não cabe aqui enfatizar a história oral como uma forma de *dar voz* aos sujeitos desta pesquisa. Esses argumentos podem ser melhor explicados por Meihy (2002:15-20), ao afirmar que:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, ela não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem. (...) A história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente. Sua versão do processo, porém, deve ser um legado de domínio público.

Por sua vez, a história oral nos remete a uma análise específica da memória cujos procedimentos devem ser dotados de cuidados minuciosos, principalmente em relação aos atores sociais desta pesquisa. Meihy (2002) ajuda a melhor compreender essa relação ao enfatizar que no trabalho de história oral, o oralista deve se comportar mais como mediador do que propriamente como o autor convencional de seus projetos.

Assim, é importante que o pesquisador possa conduzir seu trabalho tendo em vista que não é uma espécie de porta-voz do grupo social a ser estudado, mas que sua função é, sobretudo, *ficar calado e escutar* (Thompson, 1998).

Do processo de entrevista ao momento de transcrição das falas colhidas, surgem outras questões que merecem aqui ser tratadas. Concordamos com Meihy (2002) ao afirmar que a transcrição palavra por palavra não corresponde à realidade da narrativa. Não obstante, no presente trabalho, preferimos abordar as falas da maneira mais próxima possível das narrativas, sem cortes ou correções gramaticais, procurando assim evitar que as mesmas se tornem *transcrições*, e não transcrições. As transcrições foram mantidas de acordo com a fala dos entrevistados, tentando respeitar ao máximo a proximidade entre a oralidade e o texto escrito.

Com vistas a preservar o conteúdo oral de nossos entrevistados, seus nomes foram omitidos para que a publicação de suas falas evite possíveis desentendimentos pessoais ou mesmo situações comprometedoras. Contudo, sabemos que é necessário mantermos em mente que “uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo o que se passou na situação de encontro. Além do mais, há as entonações e as palavras de duplo sentido” (Meihy, 2002:172).

1.4. Observação Participante: repensando a relação sujeito-objeto

Inicialmente, este trabalho tinha como proposta analisar a memória de dois assentamentos rurais fluminenses: por um lado, um assentamento do qual sua constituição tivesse contado com a participação e atuação do Movimento Sem Terra (MST) e, por outro, um assentamento do qual sua efetivação antecederia a organização do MST no Rio de Janeiro. No entanto, tendo em vista as limitações que cercam um trabalho de mestrado, preferimos concretizar a pesquisa em apenas um assentamento, optando por realizar um estudo de caso e escolhendo assim um assentamento cuja memória antecede a organização do MST/RJ.

Diante das demandas metodológicas que sugerem esta pesquisa, optamos por desenvolver um trabalho de observação participante, na medida em que no trabalho de campo reside a possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada, significando também um processo de controle dos nossos preconceitos (Da Matta, 1987).

Partindo desse princípio, cabe aqui enfatizar que, durante as idas a campo, tivemos a oportunidade de apresentar os propósitos deste trabalho em assembléia na Associação dos Trabalhadores de São Domingos, a fim de esclarecer a presença da pesquisadora naquele espaço, bem como de “oficializar” coletivamente a pesquisa. Além disso, é válido enfatizar que os ‘objetos’ a serem estudados são de fato ‘sujeitos’ dos quais os relatos são produzidos a partir de seu próprio mundo (Hammersley e Atkinson, 2001).

Nesse sentido, Martins (1989) traz uma rica contribuição ao apontar para uma questão importante nos trabalhos sobre as “classes subalternas”. Para o autor, os problemas não estão nessas classes, mas sim nas interpretações sobre a realidade das mesmas:

É a mudança de perspectivas que permite ver o que até então não se via. Estamos diante de uma crise de interpretação que se manifesta na necessidade histórica dessa mudança de perspectiva. Tal mudança significa reconhecer como sujeitos da história e sujeitos do conhecimento os grupos subalternos (Martins, 1989:119).

Dessa forma, sugere que o intelectual repense o seu papel de acordo com a relação sujeito-objeto, colocando-se também na condição de objeto, reconhecendo assim a dupla condição de sujeito e de objeto de cada um e de todos. Com isso, enfatiza que:

mesmo que eu me ponha no papel de companheiro e igual do outro com quem pesquiso e a quem pesquiso, ainda assim, e por isso mesmo, não superamos juntos o estranhamento que nos vitima a ambos e que nos separa das relações sociais que nos transformam em falsos sujeitos, isto é, em objeto. O avanço da pesquisa participante está no nós que pode ser reconhecido, mas que, no entanto, não pode ser decifrado por meio dela, a não ser parcialmente. É que embora a pesquisa participante seja um dos meios de construir o nós das classes e grupos subalternos e promova o aparecimento de um conhecimento que é história desse nós, ainda não é história para nós, mas apenas possibilidade de história para nós (Martins, 1989:136).

As palavras de Martins podem servir como eixos importantes para a prática da pesquisa participante, que nos serviu para mapear o universo social a ser estudado e principalmente para perceber, em certa medida, os conflitos e contradições existentes em São Domingos.

1.5. Os assentamentos rurais como lugares antropológicos

Sabemos que a luta pela terra e pela reforma agrária vem sendo intensificada nos últimos anos, por debates em que agricultura familiar e os assentamentos rurais estão intensamente presentes. Segundo Medeiros (2002), a demanda por reforma agrária no Brasil é reflexo do crescimento de tensões sociais no campo, da organização e mobilização dos trabalhadores quer no plano local, quer no nacional, e das articulações entre redes de instituições de apoio, que potencializam as demandas.

Diante dessa lógica, esses reflexos apontados fazem do assentamento rural um espaço peculiar, no qual convergem diversos atores, representados tanto pelos movimentos sociais e pelo Estado, como também – e principalmente – aqueles considerados beneficiários dos

programas de reforma agrária, com histórias e trajetórias diferenciadas. Ao serem assentados, se vêem diante dos desafios de pertencer a uma unidade econômica, social e política dotada de múltiplos sentidos, com dinâmica própria e particular.

Os estudos sobre assentamentos rurais no Brasil trazem uma imensa gama de questionamentos e problematizações. Primeiramente porque permitem analisar as formas pelas quais a reforma agrária vem sendo implementada, considerando os agentes que dela participam e as políticas voltadas para as diversas ações que geram a implementação de assentamentos, sobretudo as situações de conflitos. Além disso, estudos recentes apontam para a importância de impactos econômicos, sociais e políticos que a criação de assentamentos rurais é capaz de produzir nos municípios e regiões onde são constituídos. Como afirmam Medeiros e Leite (2004:19):

Os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem e prova de eficácia das pressões intensas, em especial quando as referências são as ocupações de terras e acampamentos; provocam rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade (...); possibilitam a geração de empregos e, de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias assentadas (com reflexo nas economias municipais e regionais); têm potencial para alterar, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

Longe de estarem inseridos na lógica de que a reforma agrária tem conseguido resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira, eliminando assim a propriedade latifundista da terra, os resultados dessas pesquisas, entretanto, apontam para mudanças e transformações ocorridas para além dos espaços onde os assentamentos são criados. Considerando a sua dinâmica interna, é importante ressaltar também as formas pelas quais os beneficiários dos programas de reforma agrária vêm percebendo esses processos.

Martins (2003b) abre caminho para a importância de se compreender o assentado rural como um sujeito que nasce da trama de relações sociais e mediações conflitantes que definem o processo de reforma agrária. Mais que isso, ele é também um sujeito que emerge de uma lógica dialética:

Refiro-me a um sujeito prático que emerge da dialética da circunstância (...). Esse sujeito, sobretudo quando alcançado pelos programas de reforma agrária, devido à diversidade social de suas origens, de sua experiência, de

sua trajetória e de suas aspirações, tem sido sociologicamente, um sujeito ambíguo. Sobretudo dilacerado e desafiado pela contradição entre situação social de trabalhador e situação social de proprietário e titular de renda fundiária, polarizações que marcam profundamente, entre nós, a maioria dos protagonistas da chamada agricultura familiar (Martins, 2003b:11).

Dessa forma, Martins (2003b) chama a atenção para as contradições existentes no enfrentamento cotidiano e no desafio permanente de ser assentado, dadas as condições que a reforma agrária se efetiva. Se, por um lado, ser assentado implica condição social de trabalhador rural, cuja relação com a terra é a de subsistir, por outro, vemos que o sentido de propriedade e principalmente da renda da terra também se faz presente na condição de titular.¹¹

Frente a essa ambigüidade, o autor propõe que tal contradição não seja ignorada e que tanto os agentes de mediação como intelectuais e pesquisadores considerem não apenas a dimensão econômica e político-social, mas também os valores existentes na condição de trabalhador como também na de proprietário. Para tanto, faz-se necessário um exame a respeito da diversidade social e cultural das origens desses protagonistas bem como de suas trajetórias e experiências.

Mesmo sofrendo os processos de “desenraizamento” e a perda de um lugar de referência que a modernização produz, Martins (2003a) afirma que nas motivações e aspirações do sujeito da reforma agrária, ainda que haja outras dimensões, principalmente econômicas, existem principalmente resíduos de valores fundantes da sociedade tradicional e da tradição, como mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar e vicinal.

Dessa forma, ressalta também a importância da memória como experiências passadas numa situação nova – o assentamento rural – em que “essas experiências têm residualmente algum sentido, como contraponto do mercantil que edifica uma identidade e funda uma esperança, a esperança das relações sociais protegidas contra a coisificação do mercado e do dinheiro e seus efeitos desagregadores” (Martins, 2003a:21).

É nesse sentido que a constituição de assentamentos rurais também ganha importância, ao serem pensados como uma tentativa dos trabalhadores de resistir às transformações

¹¹ Sobre esta e outras contradições que permeiam a história da estrutura social no Brasil, ver Martins (1994).

produtoras dos “não-lugares” para fazer dos espaços conquistados “lugares antropológicos”, que se completam pela criação do social orgânico que Augé (2001) propõe. Assim, os assentamentos rurais autorizam a construção de um lugar dotado de simbologias, no qual é possível haver um lugar de memória, história e relações tanto sociais como com o próprio espaço vivido. Complementando essa afirmação, vale citar as palavras de Martins (2003a:28), ao enfatizar que:

(...) o “novo mundo” do assentamento contém um espaço e um tempo para o residual, para revitalização parcial de atividades e relações que podem ter uma complementaridade social importante numa vida agora dominada pelo mercado e pelo dinheiro. Trata-se de considerar que a mercantilização das relações sociais não consegue dominar plenamente a vida e os relacionamentos das pessoas nessa situação singular.

Entretanto, pensar o assentamento rural como “lugar antropológico” não é o mesmo que reproduzir nele um modo de vida camponês tradicional, mas sim edificar estratégias que se caracterizam tanto pelo seu sentido econômico de inserção no mercado de produtos e de trabalho (Medeiros e Leite, 2004) como pelos valores residuais cujas funções sociais podem servir como autoproteção em face de uma sociedade que desenraiza e exclui (Martins, 2003b).

1.6. Escutas e partilhas: o desafio do campo

As idas a campo foram facilitadas por vínculos criados anteriormente entre a pesquisadora e alguns assentados. O que propiciou essa relação foi a minha participação como estagiária no “II Estágio de Vivência em Assentamento Rural no Rio de Janeiro”, projeto de extensão universitária realizado nos meses de outubro e novembro de 1998, pelo departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), nos dois assentamentos existentes do município de Conceição de Macabu, São Domingos e Capelinha.¹²

¹² Os Estágios de Vivência em Assentamentos Rurais consistem em levar o aluno universitário ao campo, com vistas a vivenciar o dia-a-dia de uma família assentada, bem como a práxis dos projetos de reforma agrária, tendo acesso direto aos processos de mudança e transformação social a partir da troca de experiências entre universitários(as) e os atores da luta pela terra. Com isso, buscam sensibilizar os(as) estudantes às questões sociais e mais especificamente, à questão agrária para que, futuramente, essa sensibilização propicie a participação e a atuação dos(as) universitários(as) nas ações referentes a essas questões. Como projeto de extensão universitária, os Estágios de Vivência têm por objetivo fazer valer o papel da Universidade frente à formação e capacitação de seus estudantes para que assumam compromissos sociais e políticos com as demandas da sociedade brasileira.

Apesar de ter sido “adotada” por uma família de Capelinha, foi possível estabelecer relações com assentados de São Domingos, uma vez que o projeto do Estágio de Vivência foi organizado juntamente com a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos. Dessa forma, todas as atividades coletivas desse projeto eram realizadas na sede da Associação, facilitando assim o entrosamento entre os estagiários e os assentados ligados à Associação.

O fato de vivenciar aspectos do cotidiano de uma família assentada, o aprendizado de ouvir a história de lutas e conquistas contada por seus próprios protagonistas, somados à possibilidade de conhecer de perto as mobilizações pela reforma agrária, foram fundamentais para que o interesse sobre a questão agrária se tornasse um ponto bastante importante tanto para minha formação pessoal como acadêmica.

Além disso, cabe aqui destacar que o rural é um componente presente em minha trajetória familiar, sendo o trabalho agrícola uma prática que envolve gerações passadas e também atuais. Esse fato se soma ao interesse de estudar e analisar cientificamente essa temática.

Durante os anos de 2003 e 2004, utilizamos entrevistas exploratórias realizadas em seis idas a campo, juntamente com o apoio de bibliografia levantada durante todo esse período e do diário de campo, importante recurso para registrar aquilo que não foi possível de fazer nas entrevistas gravadas, servindo de “guia” para sistematizar alguns episódios e assuntos relevantes.

No total, foram realizadas doze entrevistas. Em alguns casos, a “ponte” que nos fez chegar até os entrevistados foi os assentados que eu já tinha maior proximidade, ou seja, aqueles que têm maiores vínculos com a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos. Em outros, foram relações de vizinhança, amizade ou parentesco daqueles que a pesquisadora já conhecia que possibilitaram o acesso a outros depoentes.

A rede de entrevistados foi estruturada a partir de questões temáticas. Inicialmente, escolhemos por entrevistar assentados que, nas suas histórias de vida, a participação nos processos de luta pela terra até a concretização do assentamento estivesse presente, ou seja, aqueles que foram deslocados de seus espaços anteriores para serem assentados em São

Domingos. Já nas outras idas a campo, procuramos entrevistar assentados com origens no próprio município de Macabu e que, a partir da implementação do assentamento, passaram a fazer parte da organização social, política e econômica dessa unidade.

Acrescentamos que, de todos os nossos entrevistados, apenas um deles não reside em São Domingos, estabelecendo-se na cidade do Rio de Janeiro. Apesar do assentamento ser composto por 130 famílias, optamos por entrevistar predominantemente as pessoas que, ainda ali residem desde a sua constituição, considerando que grande parte dos lotes existentes atualmente é de “novos” moradores que trocaram ou compraram parte dessas terras.

Nos trabalhos de campo, a utilização da História Oral gerou ambigüidades. Se por um lado pode ser considerada como um processo trabalhoso e minucioso, devido ao seu caráter ético comprometido pela devolução e autorização das entrevistas, por outro, tem uma função interessante de dar vida às percepções e aos relatos que muitas vezes se reduzem a fragmentos escritos no papel. Na História Oral, as falas são o fio condutor da análise e como aponta Santana (2000), também possibilitam ao pesquisador o acesso a perspectivas e nuances que podem estar fora de seu alcance a partir de outras fontes documentais.

Na medida em que as entrevistas iam sendo realizadas, a sensação de participar, de alguma forma, da reelaboração daquele passado que era lembrado e revivido pelos trabalhadores e trabalhadoras apenas escutando, ia, ao mesmo tempo, dando consistência aos objetivos do trabalho e também abrindo um leque de novos caminhos a serem percorridos.

Talvez o fato das histórias de vida serem consideradas como um dos eixos temáticos tenha colaborado para que alguns episódios fossem fortemente lembrados com toques comoventes. Dessa forma, mesmo consciente do distanciamento exigido pelo papel da pesquisadora, em muitos momentos era difícil controlar as emoções e sentimentos que os relatos despertavam. As falas tomavam conta da relação entre pesquisadora e pesquisado(a), pois na medida em que eram construídas, efetivamente transformavam o passado em um acontecimento vivo e presente, fazendo com que o que era lembrado fosse, de certa forma, compartilhado comigo. Daí a história oral ser um trabalho de caminhos e descaminhos.

Além dos relatos recolhidos durante os trabalhos de campo, utilizamos algumas das oito entrevistas que nos foram gentilmente cedidas pelos professores Leonilde Medeiros e Sérgio Leite, coordenadores da pesquisa “*Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*”, realizada no Rio de Janeiro e na qual São Domingos também foi um dos assentamentos estudados. Realizadas no ano de 1998, as entrevistas concedidas foram importantes para aprofundar o entendimento da dinâmica e das transformações ocorridas nos espaços e nas relações do objeto de estudo, o que certamente ajudou para ampliar ainda mais o leque de possibilidades de “condução” no campo e na própria tarefa de escrever a dissertação.¹³

A faixa etária dos depoentes variou de 40 a 75 anos, tendo sido entrevistados tanto os homens como também as mulheres assentadas. Os jovens e as crianças não foram incluídos devido aos limites desta pesquisa, o que não significa que suas falas não poderiam ter sido úteis a contextos específicos. Estas definições foram traçadas a partir dos trabalhos de campo realizados em 2003, que possibilitaram problematizar tais questões.

Nesse sentido, as idas a campo tiveram grande importância para atingir os objetivos e confirmar as hipóteses de nosso trabalho. Elas serviram para flexibilizar idéias e afirmações que precisavam ser “lapidadas” para melhor nortear a pesquisa e, mais que isso, foram fundamentais para seguirem as sugestões e comentários orientados pela banca examinadora no exame de qualificação que, por sua vez, foram essenciais para organizar e “diluir” a presente dissertação.

A seguir, traçamos um perfil resumido de nossos entrevistados a fim de orientar e complementar a compreensão de suas falas nas circunstâncias em que são citadas. Ressaltamos que, a pedido de alguns, seus nomes foram ocultados e substituídos por códigos, a fim de preservá-los de quaisquer desentendimentos ou de situações constrangedoras.

Sra. “A” – 42 anos, originária do Espírito Santo, tendo migrado para Itaguaí, com participação na luta pela terra. É casada, sem filhos, tem vínculos com a associação e já foi tesoureira da cooperativa. Antes de se assentar, era vendedora de roupas na zona oeste do Rio de Janeiro.

¹³ Gostaríamos de agradecer aos professores Leonilde Medeiros e Sérgio Leite, pela concessão das referidas entrevistas, contribuindo valiosamente para a realização deste trabalho.

Atualmente exerce função de dona de casa e o trabalho no sítio é geralmente executado por seu marido.

Sr. “B” – 55 anos, com origem em Minas Gerais, passando por municípios da Baixada Fluminense, estabeleceu-se em Itaguaí, com participação na luta pela terra. É casado com a assentada A e não tem filhos. No Rio de Janeiro, trabalhava como pedreiro e mesmo com a constituição do assentamento não deixou de exercer sua profissão. É vinculado à associação e fez parte da cooperativa. Devido a problemas de saúde, tanto o trabalho rural como o de pedreiro estão limitados, fazendo com que a maioria de sua renda seja oriunda da previdência social.

Sr. “C” – 51 anos, originário do Espírito Santo, migrando para Itaguaí, com participação na luta pela terra. Casado, pai de dois filhos, liderança expressiva no assentamento e no município de Conceição de Macabu. Com intensa participação política na Associação e na Cooperativa, foi eleito vereador em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e foi membro da coordenação estadual do MST/RJ. Por ser uma liderança, o trabalho rural também não é exercido integralmente, sendo complementado pela militância e articulações políticas a favor do assentamento.

Sr. “D” – aproximadamente 60 a 65 anos, originário de Conceição de Macabu. Casado, três filhos, passou a maior parte de sua vida em Niterói – RJ, optando por voltar a Conceição quando o assentamento já havia sido constituído. Tem participação na associação, e atualmente é presidente do Conselho Fiscal. É aposentado e utiliza o cultivo da roça para subsistência, sem a comercialização de seus produtos.

Sr. “E” – 69 anos, originário de Conceição de Macabu. Casado e com filhos, netos e bisnetos, jamais deixou sua cidade de origem. Foi funcionário da FEEM, tendo se aposentado pela mesma instituição. Com a implementação do assentamento, não deixou de cultivar alguns produtos, como aipim, café, jiló e quiabo. Tem participação na associação e é membro do Conselho Fiscal.

Sra. “F” – 75 anos, originária do Espírito Santo, viúva, mãe, avó e bisavó. Migrou para Itaguaí, ponto de partida para o ingresso na luta pela terra. Mantém vínculos com a

Associação participando ativamente de eventos por ela realizados, sem fazer parte da diretoria. Até outubro de 2004, trabalhava numa fábrica de bolsas na cidade de Macabu. Seu sítio é mantido com a ajuda de familiares.

Sra. “G” – 70 a 75 anos, aproximadamente, com origem em Pernambuco. Casada, mãe, avó e bisavó, migrou para a zona oeste do Rio de Janeiro e se estabeleceu em Itaguaí, onde participou da luta por terra. Dona de casa, não possui vínculos com a associação. O lote é habitado somente por ela e seu marido (Sr. “H”), que cuida do sítio e quase todos os dias faz entrega de frutas e legumes que produz, de bicicleta, na sede municipal. Pela idade avançada, ambos estão querendo passar o lote adiante, alegando que não há nenhum filho que queira dar continuidade ao trabalho rural.

Sr. “H” – 65 a 70 anos, originário de Bom Jesus do Itabapoana, tendo ido para Conceição de Macabu para estudar no colégio interno. Posteriormente virou funcionário da FEEM. Casado, com filhos e netos, tem participação ativa na associação. É aposentado e em seu sítio, onde vive com sua esposa, são cultivadas leguminosas e verduras.

Sra. “I” – 41 anos, procedente do Espírito Santo, migrou para Itaguaí, onde participou da luta pela terra. Separada e mãe de dois filhos, sustenta a família com a renda dos produtos que planta, vendendo-os na feira da cidade semanalmente, além da ajuda de uma pensão da previdência social. Tem participação na associação e é uma dos assentados que eventualmente participa de cursos técnicos realizados por entidades não governamentais ou por movimentos sociais.

Sra. “J” – 70 a 75 anos, originária de Conceição de Macabu. Uma das assentadas mais antigas da Fazenda São Domingos, é viúva, tem filhos e netos. Seu marido era funcionário da FEEM, o que a possibilita de ter direito a uma pensão. Dona de casa, sempre exerceu o trabalho da roça. Por conta da idade avançada e de problemas de saúde, realiza sistemas de parceria no seu lote, no qual vive com uma filha e neta. Eventualmente participa das reuniões que a associação promove.

Sr. “L” – aproximadamente 50 anos, originário de Conceição de Macabu, é casado e tem cinco filhos. Antes de ser assentado, sempre trabalhou para fazendeiros da região. Já esteve

bastante ligado à associação e foi presidente da cooperativa. Atualmente não mantêm mais vínculos com a primeira. Não possui outra fonte de renda como aposentadoria ou pensão, o que faz com que se veja na necessidade de prestar serviços para fazendeiros.

Sr. “M” – aproximadamente 45 a 50 anos, originário do Rio de Janeiro, é casado e tem filhos. Participou intensamente da luta pela terra em Itaguaí, conjuntura em que já era uma liderança e militante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi integrante da Comissão dos Assentados e teve participação em outros movimentos de luta por terra no estado do Rio de Janeiro. Após sete anos da constituição do assentamento, onde também foi beneficiário, passou o lote para um cunhado e voltou para a capital fluminense, onde mora atualmente e mantém vínculos com outros movimentos a favor da reforma agrária.

Gostaríamos de ressaltar que, as longas horas de entrevistas, recheadas pelos inúmeros copos de café, que jamais podem deixar de faltar em São Domingos, pelos passeios aos sítios e pelas deliciosas refeições, reduziram-se em fragmentos que são os fios condutores deste trabalho. Contudo, é a partir dessa redução e da seleção cuidadosa das falas concedidas que este trabalho procurou sistematizar a memória construída e organizada pelos protagonistas dessa rica história de lutas, perdas e vitórias.

CAPÍTULO II

A luta pela terra na Baixada Fluminense: uma memória de conflitos



Negociação entre o governo do Estado e acampados durante ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.

2.1. A Luta pela Terra no pré-64

A memória da luta pela terra no Rio de Janeiro está diretamente ligada ao avanço da especulação imobiliária, grilagem, êxodo rural e concentração fundiária durante o século XX e vai adquirir intensidade crescente na segunda metade deste século. A Baixada Fluminense é o principal palco de conflitos onde esses movimentos de luta emergiram e tiveram continuidade até a segunda metade dos anos 80.

A opção desenvolvimentista urbano-industrial dos anos 30, fez com que iniciasse no Rio de Janeiro um intenso processo de urbanização que, somando-se à crise do café, resultaram em problemas de desabastecimento alimentar no estado. Com a decadência dos ciclos econômicos gerados pelos sistemas de monocultura (cana, café e laranja) acrescida da malária que assolava aquela região, houve um esvaziamento da Baixada da Guanabara, o que gerou sucessivas crises de abastecimento durante e logo após a Segunda Guerra.

Assim, o Governo Vargas, com vistas a resolver o problema do abandono da agricultura fluminense, visou a criação de um “cinturão verde” produtor de alimentos para abastecer a capital brasileira. Em julho de 1933, Vargas criou a Comissão de Saneamento da Baixada

Fluminense a fim de propor um plano geral de recuperação da região no qual incluía também o fomento da colonização. O desconhecimento da União de seu patrimônio na Baixada levou o governo a instalar a Primeira Comissão Revisora de Títulos da Terra em 1938, o que possibilitou a União apropriar-se de grandes extensões de terra e implantar sete Núcleos Coloniais, sendo seis na Baixada Fluminense, favorecendo 3.012 famílias de produtores rurais numa área total de 49.678 hectares (Novicki, 1992).

Inicialmente, os investimentos públicos na infraestrutura e colonização tiveram êxito para o abastecimento alimentar no Rio de Janeiro. Entretanto, ainda na década de 1940, a erradicação dos laranjais, as obras de drenagem realizadas e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro em direção a essa região deram origem a um intenso movimento de grilagem das terras para a execução de loteamentos urbanos, com crescente especulação imobiliária, transformando aquelas áreas em “cinturões especulativos”. Dessa forma, as áreas que inicialmente foram destinadas para uso agrícola passaram por um processo de descaracterização, e essa urbanização contribuiu também para a expulsão de posseiros que ocupavam essas terras.

A legitimidade da propriedade começou a ser questionada pelos trabalhadores rurais e estes, juntamente com a atuação de grupos mobilizadores, passaram a se organizar contra os efeitos causados devido às especulações e grilagens que ocorriam naquela região.

Mario Grynspan (1998), que realizou um estudo sobre as mobilizações camponesas no estado do Rio de Janeiro no período de 1950 a 1964, ressalta que esses movimentos ocorreram na região da Baixada Fluminense, por meio das ações organizadas pela Associação de Lavradores Fluminenses, da atuação política do Partido Comunista e da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).¹⁴

Ao trazer ao presente o movimento de luta pela terra pré-64 por meio de suas lembranças sobre a participação ativa nesses episódios, Pureza (1982) lembra que a luta pela terra inicia a partir de ações de despejos realizadas por grileiros na localidade de Xerém. Esta tensão fez

¹⁴ Grynspan (1987) utiliza o termo Baixada para designar as áreas das cercanias do Rio de Janeiro que, em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade. Seu critério é pautado basicamente nas relações sociais, agrupando municípios com estas características comuns julgadas por ele relevantes para o entendimento dos movimentos sociais no campo. Esses municípios seriam Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraá e Cachoeiras de Macacu (citado por Menezes, 1991).

com que os trabalhadores se organizassem em comissões de defesas que iriam além dos trabalhadores assalariados, defendendo as demais categorias de trabalhadores rurais (meeiros, posseiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos, etc.).¹⁵

Dessa forma, Pureza afirma que a primeira organização camponesa do Estado do Rio de Janeiro registrada como organização civil foi a Associação dos Lavradores Fluminenses, que se estendia por meio da formação de *núcleos* associativos nas diversas localidades. É válido ressaltar que em função das prisões ocorridas durante os despejos, as mulheres fundaram uma Comissão Feminina, ligada à Associação dos Lavradores, cuja função era encaminhar as reivindicações nas assembleias e nas negociações com a polícia.

Como forma de resistência, durante a década de 1950, os trabalhadores realizavam manifestações nas cidades, apelos às autoridades, denúncias em jornais, ações na justiça e até mesmo ações armadas como forma de autodefesa contra a violência dos grileiros. Grynspan (1998) destaca que o que se via era uma situação de conflito que, em intensidade e violência, curiosamente, mesmo em relação aos atores envolvidos, em muito se aproximava à das regiões de fronteira.

No entanto, um novo fenômeno começava a surgir como forma de ação política crescente da luta pela terra: as ocupações. Naquela conjuntura, as ocupações de terra eram vistas como parte de um movimento que se nacionalizava em torno da luta pela realização de uma ampla reforma agrária no país.

Já nos anos 60, a política de ocupações teve como frente de organização a FALERJ, e os ocupantes provinham, além do estado do Rio de Janeiro, também de outros estados. Mais uma vez, a Baixada Fluminense se tornou palco de mobilizações e as primeiras ocupações foram realizadas em municípios como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Itaguaí.

Durante esta mesma década, diversos conflitos puderam ser identificados no Rio de Janeiro. Em abril de 1963 aconteceu uma das ações mais ousadas dos trabalhadores fluminenses. A

¹⁵ Como entidade representativa dos trabalhadores rurais, havia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos que, no entanto, só atendia às reivindicações dos assalariados da cana.

ocupação das terras do Imbé, no município de Campos e liderada por José Pureza mobilizou cerca de 200 trabalhadores desempregados da cana do norte fluminense (Medeiros, 1989).

Essas ações causaram um intenso debate sobre a questão agrária no estado do Rio de Janeiro e sua politização gerou uma disputa de entidades pela luta particularmente por meio das ocupações. Além das Associações e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), houve também participação da Igreja, por meio da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) e até mesmo políticos conservadores começaram a fazer parte do debate (Grynspan, 1998).

Essas disputas contribuíram para alimentar e intensificar as mobilizações de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro e geraram uma grande projeção política desse assunto a nível nacional. Dessa forma, os governos estadual e federal passaram a intervir na questão, e esta intervenção suscitou uma série de desapropriações de terras.

Grynspan (1998) observa que das 15 fazendas desapropriadas pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA), órgão criado por João Goulart em fins de 1962, sete localizavam-se no Rio de Janeiro e concentravam-se na Baixada Fluminense. Segundo o autor, esta forte incidência de desapropriações, confluía também para afirmar a percepção do campo fluminense como área marcada por fortes problemas sociais, demandando a intervenção do poder público.

2.2. O Golpe de 64, a modernização da agricultura e seus reflexos no estado do Rio de Janeiro

Com o golpe militar de 1964, as mobilizações no Rio de Janeiro – e também no resto do país – foram interrompidas, e os sindicatos e associações foram obrigados a fechar suas portas.¹⁶ Vale destacar que o mais importante movimento camponês dessa época, as Ligas Camponesas, também foi interrompido. Muitos sindicalistas e lideranças foram presos e perseguidos, ou passaram a viver na clandestinidade e quando não desapareceram, foram mortos pela ditadura militar. Concomitantemente, as áreas que anteriormente tinham sido desapropriadas foram devolvidas aos antigos “donos” ou grileiros. No entanto, na década de

¹⁶ Sobre os sindicatos e a ditadura militar no Brasil, ver Santana (2001).

70, a luta pela permanência e resistência nessas terras persistiu, mesmo com a intensa repressão e perseguição às lideranças camponesas no estado.

As mobilizações ocorridas no período pré-64 não puderam manter seu nível de organização que tinham até então, e durante a ditadura militar, as ações de resistência no campo resumiam-se em reações individuais ou em revoltas de trabalhadores contra a intensificação da exploração. No entanto, Grynspan observou que mesmo com o efeito desmobilizador provocado pelo Golpe de 64, a situação de tensão permaneceu no estado do Rio de Janeiro e os governos militares reconheceram a necessidade de implementação de políticas para fins de distribuição de terras.¹⁷

Os grandes projetos e as “obras faraônicas” dos governos militares na década de 70 causaram grande impacto na questão agrária, e a construção da Rodovia Rio-Santos e da Ponte Rio-Niterói ocasionaram numa série de conflitos nas regiões da Baía da Ilha Grande e dos Lagos. Novicki (1992) e Alentejano (1998) argumentam que estas áreas começaram a adquirir um grande valor especulativo, facilitando assim a realização de projetos industriais e turísticos em ambas as regiões, o que implicava em um crescente processo de grilagem dessas terras.

Além disso, durante a década de 70, a agricultura brasileira sofreu uma profunda modificação em função dos governos militares. Essa transformação ocorreu a partir da implementação do capitalismo no campo, que se desenvolveu por meio da modernização na agricultura, também chamada de *modernização conservadora* ou *revolução verde*.¹⁸

Esses efeitos contribuíram para intensificar ainda mais a emigração de trabalhadores rurais do campo, o aumento da favelização nos centros urbanos e a desigualdade social no Brasil, em geral. No Rio de Janeiro não foi diferente, e a luta pela terra, até então, confluía para a resistência aos processos de expulsão e descaracterização do espaço agrícola.

¹⁷ Com os Decretos nº 57.081, de 15 de outubro de 1965 e nº 58.717, de 24 de junho de 1966, o general Castello Branco declarou o estado do Rio de Janeiro como área prioritária de emergência para fins de realização da reforma agrária (Grynspan, 1998).

¹⁸ Para melhor compreensão desse assunto, ver Silva (1982).

2.3. Abertura Política: emergência de novos atores e especificidades na questão agrária

Em fins da década de 70 e início da década de 80, diante da profunda crise sócio-econômica, a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro começou a adquirir uma nova configuração. Com a abertura política, a questão agrária retomou espaço nos debates políticos e, com isso, a questão fundiária passou a se intensificar no cenário político nacional, tanto por meio de antigos personagens como também de novos atores e mediadores, recolocando o debate em torno dessa questão e fazendo com que os governos federal e estaduais retomassem o discurso sobre a reforma agrária (Medeiros, 1989).

Foi nesse contexto que o assentamento São Domingos se constituiu, e para que possamos compreender as ligações entre o presente e o passado por meio de seus assentados, um percurso sobre a conjuntura política dessa época se torna imprescindível. Nesse sentido, partimos do princípio de que o período de redemocratização, bem como o período do primeiro governo Brizola, são questões que vêm a repercutir na memória desses atores, trazendo à tona elementos que retratam a luta pela terra nos anos 80 no estado do Rio de Janeiro.

Para melhor compreendermos essa nova configuração da luta pela terra, cabe destacar alguns fatos que marcaram a emergência de novos atores e mediadores tanto no que se refere aos movimentos sociais em geral como à questão agrária, em particular. Entre estes, podemos apontar para o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT); da Comissão Pastoral da Terra (CPT); da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, com isso, o fortalecimento dos sindicatos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Vale ressaltar também que nesse mesmo período a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) realizou o seu primeiro grande congresso a nível nacional.

As propostas governamentais para a questão agrária também tiveram seu espaço na elaboração de políticas e suscitaram a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), sob o comando de pessoas que lutaram pela Reforma Agrária, e a construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a participação de representantes do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e da Comissão Pastoral da Terra (Menezes, 1991).

Dessa forma, a questão agrária ganhou dimensão e intensidade nos espaços políticos nacionais até então “apagados” pela ditadura e esse fato gerou grandes mobilizações por meio da retomada das ocupações de terras. Com isso, o estado do Rio de Janeiro também foi palco desses movimentos e a revitalização da questão agrária trouxe de volta os atores que tinham sido desmobilizados pela ditadura, com o golpe de 1964.

Entretanto, podemos afirmar que a luta pela terra, a partir da década de 1980, se caracterizou por uma peculiaridade na composição social e cultural daqueles que passaram a ingressar na luta pela terra: seu perfil urbano, que iria influenciar nos seus objetivos e nas formas de reprodução encontradas no interior do assentamento.

Novicki (1992:53) explica que, num contexto de aprofundamento dos problemas estruturais, decorrentes da “proletarização passiva” de trabalhadores rurais iniciada no pré-64, “em uma economia decadente, acrescido da existência de terras passíveis de utilização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da emergência de mediadores, no final dos anos 70 e da década de 80, a luta pela terra conjugou a continuidade de antigos conflitos (“posseiros” / “grileiros”) com ocupações de áreas agricultáveis na Região Metropolitana por trabalhadores da periferia urbana, o que deu especificidade ao estado quanto ao perfil e objetivos das famílias que ingressaram nos movimentos de luta por terra.”

Primeiramente, essas ocupações foram acontecendo nas antigas áreas que tinham sido reapropriadas pelos governos militares, e como estas áreas foram reconquistadas pelos antigos trabalhadores rurais, o número de pessoas interessadas em obter um pedaço de terra passou a aumentar, fazendo com que novas ocupações fossem organizadas. Alentejano (1998:6) analisa esse fato afirmando que “isso indica a existência de uma certa continuidade histórica entre os processos, tanto no que se refere à existência de uma memória coletiva acerca dos conflitos ocorridos no passado, quanto no que diz respeito à presença de lideranças comuns entre os dois períodos”.

De acordo com Novicki (1992), a maioria dessas ocupações ocorreu nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, e foram organizadas pela Igreja, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Núcleo de Agricultores Fluminenses (NAF).

Verifica-se que, nos anos 80, a Baixada Fluminense voltou a ser o lugar onde a luta por terra retomou o seu espaço, mas que, com as transformações e descaracterizações entre o rural e o urbano ocorridas na região, esse espaço também se reconfigurou, trazendo para o cenário novos atores com objetivos e interesses atípicos dos movimentos rurais anteriores.

A seguir, iremos conduzir nossa abordagem da luta pela terra no Rio de Janeiro enfatizando a relação entre o Estado e os movimentos de luta durante o primeiro governo Brizola (1982-1986), visto que esse período oferece importantes aspectos para a análise do objeto em questão.

2.4. A internalização da luta pela terra pelo Primeiro Governo Brizola

Na medida em que os movimentos de ocupação aumentavam, a questão agrária ia ganhando uma dimensão cada vez maior, fazendo com que o Estado passasse a participar diretamente desse processo. O primeiro governo Brizola, que inicialmente não tinha nenhuma proposta em relação a essa questão, passou a intervir nas negociações e na organização dos trabalhadores, como veremos a seguir.¹⁹

Vale lembrar que Leonel Brizola foi empossado em meio a dois acontecimentos simultâneos: um grande número de ocupações de áreas urbanas na capital visando terra para moradia e a continuidade dos movimentos de resistência ao despejo judicial e/ou à expulsão violenta desenvolvidos por trabalhadores rurais.

Em janeiro de 1983, foi elaborada a Proposta Preliminar para uma Nova Política Agrícola, na qual se fazia necessária uma “racionalização do uso das terras agrícolas”, o que implicaria numa reorganização da produção com vistas à reversão do processo de migração campo-cidade, ampliar a produção agrícola e a renda no campo. Para tanto, privilegiaram-se os recursos estaduais para a criação de “Unidades Associativas de Produção”, precedidas da elaboração de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, com a finalidade de agregar

¹⁹ De acordo com Novicki (1992), ainda durante a campanha eleitoral, a preocupação pedetista no que se refere à questão fundiária foi urbana, apesar das reivindicações do movimento sindicato rural. Com a eleição de Brizola, o governo pretendia minorar os efeitos do desemprego e da má distribuição de renda por meio do desenvolvimento de programas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana e da expansão e melhoria dos serviços públicos gratuitos.

maior quantidade de valor à produção do setor agrícola. As chamadas “Fazendas Experimentais” foram resultados dessas políticas de reorganização. Ainda nesta Proposta, também foi elencada a intervenção do Estado na questão agrária fluminense como um dos “Programas Prioritários” (Novicki, 1992).²⁰

Na realidade, essa intervenção estatal na questão agrária estava intimamente ligada ao quadro mais geral de luta pela terra quanto aos seus atores e objetivos. O que se via não era um movimento típico e tradicional que lutava por terra, como no pré-64, mas sim um reordenamento dessa luta no qual rural e urbano confundiam-se e redefiniam as relações entre os movimentos e o Estado.

Menezes (1991) aponta que os objetivos daqueles que ocuparam terras na Baixada não se referiam à preocupação com a questão produtiva, mas sim à fuga das mazelas produzidas pelo desenvolvimento urbano, como a busca de melhores condições de vida, dar fim ao pagamento do aluguel e a ascensão social.

Assim, o Estado não pôde submeter os beneficiados – aqueles que reivindicavam terra – a um processo seletivo adequado às normas e critérios vigentes do PNRA, cuja trajetória e experiência com o trabalho agrícola eram as pautas de julgamento principais. O principal critério utilizado pelos órgãos oficiais foi o envolvimento na ocupação de terra, e a capacidade de trabalho no campo se tornou um fator secundário. De certa forma, podemos argumentar que a utilização desse critério pelo Estado está relacionada às formas pelas quais o aparato estatal foi constituído, considerando as relações estabelecidas entre este e os movimentos sociais.

Dessa forma, o governo Brizola procurou, durante toda sua gestão, intervir diretamente nos conflitos agrários que surgiam por meio de uma política marcada pelo envolvimento constante e direto do aparato estatal nas definições e redefinições da luta pela terra fluminense. Segundo Novicki (1992), essa “rotinização dos conflitos” rurais foi decorrente do aprendizado com os movimentos sociais urbanos que, por sua vez, esgotaram-se enquanto movimento de ocupação

²⁰ A Fazenda Experimental Italva é fruto da primeira ocupação de terras no governo Brizola, realizada na localidade de Xerém (Duque de Caxias), em uma área de “interesse” pelo governo federal (Cia América Fabril). Com a intervenção do governo do estado no conflito, este tratou de assentar as famílias no município de Campos (região norte-fluminense), implementando assim a criação dessa fazenda experimental a partir do deslocamento das famílias que ingressaram na luta por terra na Baixada.

às vésperas do início das ocupações de terras e da mesma forma que nas ocupações urbanas, o padrão de conduta seria a presença de autoridades estaduais, por observação local, nos locais de conflitos fundiários.

Com isso, a política do governo do Estado pode ser considerada como uma “política de apagar incêndios”, na medida em que neutralizava as tensões evitando despejos e repressões, criava programas emergenciais nos acampamentos e assentamentos (cestas básicas, assistência técnica, material de construção, aluguel de tratores) e implementava inovações institucionais, como a criação de órgãos específicos para o tratamento da questão fundiária no estado do Rio de Janeiro.

No mês de maio de 1983, foi criado o Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, que teve importância significativa tanto no processo de institucionalização de um órgão de terras estadual – que culminaria na criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (SEAF)²¹, em 1986 – quanto no contexto fluminense, visto que o último aparato estatal para encaminhamento da questão fundiária tinha sido a criação do Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA), no governo de Roberto Silveira / Celso Peçanha (1959-1962) (Novicki, 1992).

Ainda no ano de 1983, foi criada a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), vinculada à Secretaria de Justiça e Interior que, por meio de uma secretaria executiva, tinha por objetivos arrecadar as terras devolutas estaduais, legitimar as posses existentes na área discriminada, assentar trabalhadores rurais nas terras arrecadadas e manter as famílias nas terras, quer as que se destinasse para moradia ou atividade produtiva. Novicki (1992) observa que a criação da CAF foi uma solução pontual e emergencial para o encaminhamento dos conflitos que surgiam, na medida em que, por meio do diálogo e da negociação, o governo estadual era recebido positivamente pelos movimentos sociais e seus representantes, em contrapartida à conjuntura política nacional cujo trato para a questão fundiária se dava por meio de uma política federal de repressão.

Interessa-nos ressaltar que a Secretaria Executiva da CAF foi composta por pessoas que pertenciam à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), entidade que vinha atuando em conjunto com o governo desde o seu início nas

²¹ Atualmente Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

ocupações urbanas. Dessa forma, o perfil de pessoas que compunham este órgão foi fundamental para a compreensão do tipo de política aplicada à questão fundiária e no tipo de relação estabelecida entre o estado e os movimentos de luta pela terra:

Em que se pese uma conjuntura nacional caracterizada pela ânsia de participação política, esses assessores intervíram direta, pessoal e politicamente nas áreas atendidas pelo aparato fundiário participando no processo de organização das famílias envolvidas em conflitos de terras, pois entendiam que eram ‘desorganizadas’; incentivando a criação de associações de produtores, inclusive nas áreas conflagradas atendidas pelo movimento sindical, para ‘facilitar a comunicação entre o Estado e a população daquelas comunidades’; participando e procurando dar direção política nas assembleias de assentados (ocupações) e trabalhadores rurais (resistência ao despejo); apoiando politicamente determinadas lideranças locais e, ‘mobilizando o movimento’ e canalizando esta mobilização para pressionar o governo, visando viabilizar as ‘decisões dos assessores’ e atendimento das reivindicações das famílias em luta por terra (Novicki, 1992:224).

Assim, as lideranças formadas durante o processo de mobilização de ocupações passaram a se relacionar com o governo de forma a assumir posturas proporcionais às suas diretrizes políticas. Segundo Novicki (1994), as negociações realizadas pelos representantes dos movimentos nos gabinetes oficiais foram eficazes na obtenção de recursos para os assentamentos. No entanto, por não se fazerem acompanhar de um trabalho de organização e mobilização, levaram a que não se desse um processo de formação política coletiva dos assentados, tanto para outras conquistas quanto para que os bens comunitários fossem administrados coletivamente, o que veio a reforçar o poder local das lideranças como “chefias” e eficientes intermediários das benesses do governo, fortalecidos pela omissão e acomodação dos assentados.

O autor também afirma que a questão central desse relacionamento residiu menos no “o que” o governo repassava para os assentamentos e mais sobre a “forma” como eram repassados e como foram internalizados pelos assentamentos – conquista ou concessão? Essas práticas contribuíram, dessa forma, para que houvesse uma desmobilização dos trabalhadores em seus movimentos de luta e principalmente para que houvesse uma diminuição dos conflitos fundiários.

Foi nesse período que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) buscou, no estado do Rio de Janeiro, efetuar uma organização e mobilização dos trabalhadores. O papel

da Comissão Pastoral da Terra (CPT/RJ) foi essencial para que o MST pudesse formar alguma base com vistas a dar início à sua organização no estado. Ambas as entidades apoiaram algumas ocupações nos municípios de Nova Iguaçu, Paracambi, Valença e Barra do Pirai. Posteriormente, essas ocupações possibilitaram a realização de assentamentos.

As lideranças dos assentamentos juntamente com dirigentes do Núcleo de Agricultores Fluminenses (NAF) decidiram criar, em fins de 1982, a Comissão Estadual dos Assentados. Ao recolher depoimentos de um assessor político atuante na área e que acompanhou o processo de formação da Comissão, Castro (1995:49) sustenta que esta Comissão representava uma crítica ao sindicalismo rural local como sendo resquício do período da ditadura, e que não participava da organização da luta pela terra. Demarcavam sua atuação também como uma crítica ao MST e sua falta de mobilização no estado.

A principal ação da Comissão dos Assentados foi a pressão junto ao Estado, realizando a interlocução com os órgãos envolvidos na implantação dos assentamentos: SEAF (Secretaria de Assuntos Fundiários), EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Rural) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assim, os trabalhadores voltaram-se para os problemas internos dos assentamentos e abandonaram os outros princípios que levariam a luta adiante.

Além disso, havia uma grande dificuldade de autonomia da organização do MST/RJ na medida em que as mobilizações não foram fruto da organização desse movimento nacional e sim da participação de outras entidades, como a CPT e de representantes do próprio governo do estado. As relações mantidas entre lideranças e governo também contribuíram para uma desmobilização, na medida em que o MST/RJ entendia que o governo “esvaziava e cooptava o movimento”.

Em pesquisa realizada, Novicki (1992) observou que conforme os entrevistados, 90% dos assentados eram “brizolistas”, o que pode ser atribuído à capacidade do governo de eliminar tensões e capitalizá-las positivamente, criando a adesão à forma como intervinha nos conflitos

fundiários. Além disso, afirma que havia, naquele momento, um descompasso entre um “movimento real” e um outro “movimento ideal” proposto nacionalmente.²²

No que se refere ao tipo de relação que se estabeleceu entre Estado e os atores envolvidos na luta pela terra, tanto nos movimentos de ocupação como nos assentamentos deles decorrentes, destacam-se seis fatores principais, segundo Novicki (1992:231): a) as prioridades programáticas e limitações financeiras e constitucionais do governo estadual; b) o perfil dos “sem-terra” fluminenses mobilizados nesse período; c) o tipo de lideranças que emergiram nos assentamentos; d) as diferentes concepções políticas e objetivas do MST a nível estadual e nacional; e) a atuação das entidades de apoio, particularmente da CPT/RJ e f) o perfil militante do pessoal do Estado lotado no aparato fundiário que, semelhante aos assessores das entidades de apoio, confundiram-se com os movimentos de ocupação de terras.

Compreendemos que a análise dessa relação (Estado-Luta pela terra) é fundamental para se pensar na maneira pela qual os assentamentos rurais foram constituídos naquele período, assim como nas políticas aplicadas à questão agrária em geral. Seguindo esse eixo, é possível afirmar que as formas de organização social e política dos grupos envolvidos durante os períodos de resistência (acampamento) e, conseqüentemente, quando da conquista da terra (assentamento), também tiveram suas raízes a partir dessa relação. Dessa forma, o estudo de um assentamento que tem origens na conjuntura que aqui estamos tratando é rico para a compreensão de sua organização interna, bem como das formas pelas quais seus atores se relacionam entre si e com agentes externos.

Com a criação da SEAF em 1986, os assessores que compunham a Secretaria Executiva da CAF permaneceram nos cargos e mantiveram o mesmo tratamento e política dados à questão agrária. Cabe ressaltar que a criação da SEAF foi impulsionada por um conjunto de fatores, entre eles: a conjuntura nacional de intensa politização da questão agrária; a disputa com o governo federal e outras forças políticas por visibilidade do cenário nacional, facilitada pela incipiente atuação do MIRAD e a inconsistência de um aparato fundiário existente até então

²² Alentejano (1997) sustenta que foram três os fatores que contribuíram para que o MST/RJ não pudesse se estabelecer de forma definitiva no estado: (1) a visão “sulista” da questão da terra predominante no MST, que fazia com que o movimento visse a questão agrária como um reflexo da realidade do sul do país – o que dificultava a sua atuação em áreas onde o contexto e a cultura eram bastante diferenciados, como é o caso do Rio de Janeiro, onde o caráter urbano era marcante na luta pela reforma agrária; (2) o confronto entre as antigas e as novas lideranças; (3) a concorrência do aparato estatal.

não solucionada para atender, principalmente, às demandas particulares dos assentamentos rurais (Novicki, 1992).

Ou seja, o primeiro órgão que daria tratamento institucional específico à questão agrária foi criado em uma situação emergencial, justificando-se na necessidade de promover maior grau de descentralização na administração do Estado, com o propósito de ajustá-lo às prioridades do governo.

Com a criação da SEAF, iniciou-se um processo de regulamentação fundiária, do qual destacou-se a formalização do Termo de Concessão de Uso das áreas em vias de regularização. Essa formalização se deu com a participação das Associações de Lavradores, ficando estas obrigadas a respeitar o direito dos ocupantes elencados no cadastro sócio-econômico realizado pela SEAF, e que também assinaram o Termo, sendo que todos tiveram por finalidade a implantação de um projeto experimental, com o objetivo de ser um pólo gerador de tecnologia.²³

Nesse sentido, concordamos com o autor na afirmação de que, ao criar um aparato fundiário com a criação da SEAF, o governo Brizola internalizou a questão agrária na ossatura material do Estado e longe de se restringir a uma medida de cunho administrativo, trouxe a questão da luta pela terra para a órbita da gestão do Estado, no sentido proposto por Offe (1984), de utilizar mecanismos de seletividade estrutural do Estado. Assim, a questão agrária passou a ser reconhecida como algo pensável politicamente.

Enfatizando o perfil e a identidade social do público envolvido na luta pela terra na mesma conjuntura, Menezes (1991) sustenta que a reforma agrária na Baixada Fluminense não pôde ser planejada pelo Estado e coube aos próprios trabalhadores e seus representantes planejá-la e executá-la. Dessa forma, o Estado teve que se submeter ao modelo de reforma agrária que lhe foi imposto pelos movimentos sociais que, de fato, criaram uma realidade específica de reforma agrária:

²³ Conforme certidão fornecida pelo Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, Novicki (1992) verificou que, no ano de 1987, foram lavrados em livros Termos de Cessão de Uso firmados entre o Estado e sete entidades de uso rural, sendo uma delas a Associação dos Trabalhadores da Fazenda São Domingos, em Conceição de Macabu.

O ideal traçado de reforma agrária foi subvertido. Um grupo social idealmente excluído das possibilidades de participação na luta pela terra assumiu uma prática criadora de uma realidade própria, através da apropriação de meios políticos, instituições, discursos e uma lógica, previamente construídas para o público ideal, advindo da atuação da CPT, do MST, dos MSTR e, por outro lado, do INCRA, da EMATER, ou seja, os trabalhadores sem-terra, os camponeses, os trabalhadores rurais e os pequenos produtores. (Menezes, 1991:23)

Não incluídos como público-meta de acordo com as propostas governamentais e as entidades de apoio, este grupo tratou de se articular por meio de estratégias que o legitimasse como beneficiário da reforma agrária. Os vínculos estabelecidos anteriormente entre o Estado e os movimentos por moradia na cidade foram fundamentais para o impulsionamento da luta por terra na Baixada, visto que a composição social e cultural de ambos os movimentos tinha a mesma característica: o seu perfil urbano.

Nesse sentido, se até agora o nosso debate tratou a relação entre o Estado e os movimentos de luta pela terra, bem como as especificidades desse relacionamento, partiremos para outro que nos conduzirá a um dos propósitos de nosso trabalho, que é o perfil social e cultural daqueles que ingressaram nos movimentos de luta pela terra nos anos 80. Sendo assim, em que medida esse grupo conseguiu “subverter” o modelo de reforma agrária, proposto nacionalmente, e de que forma pôde se apropriar de categorias e discursos para alcançar determinados objetivos, ao ingressar na luta por terra? Com o acesso à terra, de quais maneiras ocorreram as diferentes formas de reprodução dentro dos assentamentos, considerando a não experiência com o trabalho agrícola, os valores urbanos, e as demais mudanças ocorridas com esse esteriótipo do grupo envolvido?

2.5. A “relativa volta ao campo”: perfil e objetivos dos atores envolvidos

Pensar a questão agrária considerando espaços onde urbano e rural estão bastante entrelaçados, tanto em seus sentidos físico e geográfico como naqueles que tecem elementos culturais, sociais e políticos, nos remete a trazer para essa discussão questões que envolvem as formas de sociabilidade, os valores e as tensões das grandes cidades. De uma forma geral, a reforma agrária em si abrange diretamente problemáticas de cunho urbano, cujos estudos e pesquisas enumeram-se cada vez mais. No entanto, não nos cabe aqui prolongar essa discussão, visto que o fio condutor deste capítulo é a luta pela terra na Baixada Fluminense.

Na conjuntura a que estamos nos referindo, para a efetivação de uma reforma agrária nos moldes dos propósitos do PNRA no Rio de Janeiro, essa dualidade (rural-urbano) não era considerada como um dos fatores relevantes tanto para a atuação do aparato estatal vigente como dos mediadores (igreja e movimentos sociais), e o perfil do público envolvido não estava de acordo com o público-meta idealizado por estes.

Até então, esse tipo de público não era reconhecido pelos agentes envolvidos na questão agrária na Baixada, gerando até mesmo um mal estar entre estes que, muitas vezes, negavam em seus discursos a existência desse tipo de base social, seja por idealização de um grupo diferente deste ou por temor das implicações políticas que sua existência podia acarretar (Menezes, 1991).

Na busca de um reconhecimento, esses atores muniram-se de diversas estratégias, tanto no que se refere a apropriações de discursos e categorias identitárias utilizadas pelos mediadores, como nas formas de atualização de uma memória que estava, de certa forma, apagada durante longo período de suas trajetórias.

Como vimos, com a política de “apagar incêndios” aplicada pelo Estado, a integração econômica dos atores envolvidos não foi considerada uma meta, e a assistência a um tipo de população que buscava, por meio do engajamento na luta pela terra, romper com a exclusão social, tornou-se o principal meio de ação implementada pelo governo.

As estratégias utilizadas tanto por aqueles que ingressaram no movimento de luta por terra como pelo governo formaram um quadro peculiar de relações sociais, culturais e políticas, ficando os conflitos, em certa medida, apaziguados.²⁴

Se nos anos 50 e 60 o objetivo da luta pela terra na Baixada era a permanência na terra pela resistência aos processos de grilagem e especulação, e os conflitos eram percebidos de maneira nítida, nos anos 80, a motivação para ingressar na luta foi muito diferente. Menezes (1991:164) ressalta que “as pessoas não estavam sendo expulsas da terra e sim ocupando-as. (...) A luta agora é para mudar de condição, para melhorar a situação, e não para mantê-la,

²⁴ Menezes (1991) assegura que a idéia da terra como dádiva do governo também estava presente nas expectativas, e podemos afirmar que esse fato também contribuiu para dirimir conflitos.

como ocorria quando houve a expulsão e o estímulo da luta pelo desejo de voltar à situação anterior”.

A busca de um passado vivido somada às apropriações de determinados discursos e à incorporação de identidades variadas tiveram função significativa para aqueles que, na procura de melhor qualidade de vida e mobilidade social, iriam compor a população dos assentamentos rurais oriundos da luta pela terra na Baixada Fluminense durante a década de 1980.

Nos estudos realizados sobre esse período, verifica-se que os atores tinham, em suas trajetórias, um passado rural, mas que fora interrompido pelas transformações e migrações ocorridas com os processos de urbanização em grande parte do país. Percebe-se que passaram grande parte de suas vidas nas cidades, e ao ingressarem no movimento, despertaram para fins que poderiam ser encontrados por meio da luta por terra.²⁵

Dessa forma, o argumento da “volta ao campo” teve um grande peso para legitimar as reivindicações por terra. A memória de um passado rural fora apropriada no presente para atingir determinados objetivos. Entretanto, Menezes (1991:137) destaca que:

Os atores do movimento de ocupação de terras na Baixada buscaram negar o urbano naquilo que lhes é desfavorável ou desagradável e explorá-lo no que lhes interessassem diretamente. Criaram, por isso, um interessante jogo dialético de idéias, valores e atitudes, conforme o que lhes fosse conveniente, conquistando o campo e a cidade através da luta por terra perto da cidade. (...) A busca da terra em local bastante próximo à cidade pode caracterizar o uso de estratégias de sobrevivência próprias dos trabalhadores urbanos, acostumados a criar formas flexíveis de viver e sobreviver.

Por essas razões é que a autora citada chamou esse processo de uma *relativa volta ao campo*, na medida em que isso representa um movimento específico no qual a terra almejada significava mais do que a “recordação do passado”, a “idealização de uma vida mais tranqüila” e a “busca da liberdade”. Esses elementos seriam o tripé do objetivo maior: a ascensão social (Menezes, 1991).

²⁵ Os autores com os quais nossa pesquisa contou são Menezes (1991), Novicki (1992) e Castro (1996).

Desse modo, algumas formas de reprodução que eram desenvolvidas na cidade foram mantidas no campo e também na constituição de um novo modo de vida particular, que é o assentamento rural.

2.6. O assentamento rural como espaço de reordenamentos

Após a constituição dos assentamentos resultantes dos movimentos de ocupação, os trabalhos de Menezes (1991) e Castro (1996) apontam para a dificuldade de organização social dos trabalhadores pautada pelo trabalho coletivo e comunitário, na medida em que elementos urbanos nas suas trajetórias seriam significativos nesse processo pós-luta pela terra.

A primeira autora explica a negação do coletivo a partir da influência de uma cultura essencialmente individualista proveniente da cidade e, dessa forma, da falta de experiência do grupo com atividades comunitárias, onde o trabalho comum era utilizado para atender objetivos também comuns. Neste caso, os interesses se conjugariam por meio da busca de resultados imediatos, tais como o fim do pagamento do aluguel, a melhoria da qualidade de vida, etc. (Menezes, 1991).

Castro (1996:6) pontualiza dois momentos importantes no processo de reforma agrária: a luta pela terra e a implementação do assentamento na medida em que os objetivos, interesses e as relações sociais construídas iam se transformando de acordo com este movimento:

Uma vez conquistada a terra e assentado o grupo, começam a aflorar novos interesses, a surgir forças individualizantes, a serem postas em práticas estratégias individuais de reprodução familiar e fala-se muito de ‘desunião’, ‘brigas’ e ‘individualismos’.

Os momentos de união, de solidariedade e do ideal de coletivo fizeram parte de um passado vivido durante o processo de luta, não se fazendo mais existirem no presente e no cotidiano do assentamento. Com a constituição do assentamento, esse coletivo desapareceu e cada indivíduo passou a se deparar com responsabilidades próprias, tendo que construir um novo tipo de coletivo a partir de condições e objetivos diferenciados.

A memória da experiência comunitária fez com que o coletivo aprendido com a luta desejasse ser mantido após esse estágio, mas a partir dos reordenamentos sociais que a constituição do assentamento demandava, este ideal comunitário não conseguiu ser recuperado, acarretando, muitas vezes, em frustrações.²⁶

Castro (1996) conclui que com a conquista da terra, veio o processo de individualização, mas o desejo da comunidade permaneceu e os meios é que passam por questionamentos, fazendo com que a forma como esta nova realidade estava sendo construída entrasse em confronto com os problemas práticos do dia-a-dia. Assim, percebemos que o assentamento não é o resultado final da luta, mas sim um espaço no qual convergem experiências vividas por meio da relação que os assentados estabelecem entre o presente e o passado. Essa memória tem suma importância para a organização social do grupo, bem como para as relações sociais estabelecidas a partir da conquista da terra.

A luta pela terra na Baixada Fluminense nos faz pensar na dinâmica da constituição dos assentamentos de diversas maneiras, possibilitando-nos levantar questões que perpassam a relação entre urbano e rural, individual e coletivo, Estado e movimentos sociais. A análise de um assentamento rural constituído na década de oitenta certamente traz as peculiaridades dos processos relativos à questão fundiária por meio de múltiplas dimensões. O percurso historiográfico sobre esses movimentos, não lineares, irregulares, em que presente e passado estão constantemente interligados, é fundamental para pensá-los pelo estudo da memória.

Nesse sentido, podemos nos indagar: em que medida esse percurso pode nos aproximar e/ou distanciar da memória do nosso objeto de análise em questão? Os fenômenos apontados neste capítulo influenciam ou não essa memória que estamos a buscar? O perfil dos assentamentos fluminenses se caracteriza analogamente em seus processos de constituição e organização pós-luta?

Essas questões também servirão como fios condutores para a análise da memória do assentamento São Domingos, por meio da percepção de seus protagonistas, e nos remeterão a outras que, certamente, contribuirão para o estudo da luta pela terra na Baixada Fluminense, como no estado do Rio de Janeiro em geral.

²⁶ Essa experiência com o coletivo não precede o movimento de ocupação, mas vai tomando forma à medida que a ocupação se realiza, dando procedimento à organização da luta.

CAPÍTULO III

Considerações acerca da Memória do Assentamento São Domingos: o passado atualizado por seus protagonistas



Casal de Assentados em São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.

3.1. O Ponto de Partida: Itaguaí

Se a gente for tá contando aqui pra você a história desse assentamento, eu te garanto que a gente vai levar dezessete ano pra tá falando de tudo isso.

Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003.

O assentamento São Domingos foi constituído em janeiro de 1987. Sua origem está na realização de uma ocupação de famílias sem-terra, em outubro de 1986, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades, em uma área da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada então no município de Itaguaí (atualmente Seropédica), no ano anterior.

Como toda a Baixada Fluminense, Itaguaí também foi marcado por conflitos fundiários durante sua história. De acordo com Castro (1996), até meados do século XVII, a riqueza da região esteve ligada à produção de açúcar do Engenho de Itaguaí, passando ao cultivo de café, no século XIX. Este município foi fundado por jesuítas provenientes da vizinha localidade de

Santa Cruz e aproveitando-se de sua posição de confluência das áreas de produção cafeeira do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Itaguaí se transformou num centro com certa importância comercial.

Entretanto, com a transferência das áreas cafeeiras para São Paulo e a construção da ferrovia Rio-São Paulo em 1875, a produção do Vale do Paraíba, que antes confluía para Itaguaí, foi desviada para o próprio estado de São Paulo. Além disso, a construção da ferrovia de Mangaratiba não conseguiu segurar o progressivo abandono da região, que trouxe de volta pântanos e malária à área rural (Castro, 1996).

Como vimos anteriormente, na década de 1940, o governo federal idealizou a realização de um cinturão verde na região da Baixada Fluminense para o abastecimento de uma população urbana em rápido crescimento. Itaguaí não foi excluída deste processo, e nos anos 50, iniciaram obras de recuperação de terrenos com fortes incentivos para a transformação de pastagens e culturas por meio de núcleos de produtores que foram assentados neste município.

Este processo, associado à intensa e rápida expansão urbana, reduziu bastante a disponibilidade de terra e aumentou substancialmente a pressão social dos produtores sobre esse bem. Castro (1996) observou que, de acordo com o Atlas Fundiário da SEAF, até 1990, eclodiram quatro conflitos por terra no município, sendo dois nos anos de 1950 e dois nos anos 80. Um quinto conflito surgiu nos anos 90, em Seropédica. Todos esses conflitos deram origem a assentamentos rurais.

Nesse sentido, o assentamento São Domingos também é proveniente de um conflito ocorrido na região da Baixada, em um momento em que a questão agrária estava em pleno vigor não só pela conjuntura de abertura política da época, como pelo tipo específico de política atribuída por parte do governo do Estado a esta questão.

A seguir, buscaremos abordar, a partir de relatos de alguns assentados originários de Itaguaí, como eles percebem os processos iniciais de ocupação e conflito que resultaram na constituição do assentamento São Domingos.

Em todos os depoimentos recolhidos a “entrada” na luta pela terra se deu por meio de relações de vizinhança, amizade e/ou parentesco. Nem todos estiveram desde a primeira ação de ocupação e a maioria dos entrevistados ingressou no movimento quando um grupo inicial já estava acampado na área da Universidade Rural. Foi justamente a notícia de que havia um grupo acampado na Rural, somada ao boato de que Brizola estaria “dando” terras, que levou grande parte de nossos depoentes a entrar na luta.

Como foi visto no capítulo 2, o principal critério de reconhecimento adotado em relação ao ingresso de trabalhadores na luta pela terra na baixada fluminense foi, tanto pelos mediadores como pelo aparato estatal, o envolvimento nos processos de ocupação e acampamento. De acordo com um assentado, por ter chegado depois do ato de ocupação inicial, este teve sua participação na luta negada pelas lideranças e, com muita insistência, acabou conseguindo ser cadastrado para ser beneficiado pelo processo de reforma agrária. Segundo o seu relato:

(...) veio a notícia que tinha um pessoal acampado na Rural pra, pegar terra pra trabalhar. Eu, toda a vida, sempre pensava em ter um pedacinho de terra, né? Aí eu resolvi participar. Inclusive, *fulano* me chamou, que ele tava lá. Mas só que quando eu comecei a participar, o pessoal, que tavam na Rural, já tavam em torno de 400 família, então eles já não tavam inscrevendo mais as família. Aí eu fiquei sempre por ali, aí foi aonde veio o despejo. Na época, o governo, é, a justiça, mandou despejar o pessoal lá da área da, da Universidade Rural, em Itaguaí. (...) E eu fui insistindo ali, mas só que **eu não tava enquadrado na luta**, com eles, tava ali de, de, como se eu fosse um intruso ali, né, teimoso. Aí fui ficando, ficando, ficando... Aí na época já tinha, (...) o povo já tinha reduzido já pela metade. Aí tinha, acho que não chegava a nem duzentas famílias mais, que muitas famílias foram cansando, foram desistindo. Aí fizeram uma reunião e concordaram que a gente ficasse lá, eu e mais duas pessoas. (...) Aí consegui fazer o cadastro (Sra. “B”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Para aqueles que vivenciaram diretamente os momentos iniciais do ato de ocupação, a luta e o sofrimento são fortemente apontados nessa lembrança. O aumento de participantes na luta é fundamental para a sua solidificação. A fala abaixo comprova que as relações de vizinhança em muito contribuíram para a consolidação dessa resistência:

(...) os presidente mesmo já era os meu vizinho. Mas aí nisso os primeiro que entrou a polícia tirou, foram pra delegacia (...) Chegamo lá e eles ficou lá, detido lá. Aí quando liberou, voltou, aí já tinha um grupo forte, grande, e aí nós fomo lutando, lutando, foi pegando gente, gente, mais um, mais dois, mais três e ali nós foi ficando, né? (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Durante o processo de acampamento, notamos que essas famílias não deixaram suas ocupações de trabalho. Como verificaram Menezes (1991) e Castro (1996), muitos daqueles que ocuparam terras na Baixada Fluminense já tinham casa própria e outras fontes de renda. A partir dos depoimentos abaixo, a afirmação de que o ingresso na luta pela terra implica largar tudo por não “ter nada a perder” é refutada.

O primeiro depoimento registra que:

uma hora saía um grupo pra trabalhar e um grupo ficava, né pra, eles não ia deixar as mulher sozinha, né? Aquele grupo que trabalhava hoje, amanhã ficava e o outro saía. (...) E eu também saía pra fazer faxina, que a *fulana*²⁷ com as criança pequena, né? Eu saía pra fazer faxina e aquele dinheiro que eu arrecadava pra mantimento eu trazia (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Já o segundo relata que:

dentro de casa tinha dificuldade, não podia nem fazer compra direito, comprava um quilo de feijão, aí dividia, deixava meio quilo em casa e fazia meio quilo pra comer na barraca. (...) Era só o feche-claire e era um perigo, menina! (...) ficar só no acampamento, mas eu vinha em casa buscar alguma coisa pra comer (Sra. “G”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Percebemos que as formas de organização do acampamento para sua manutenção e resistência se alicerçavam na permanência das famílias nas barracas, utilizando-se até mesmo de meios de coerção por meio de regras consideradas duras e rígidas. Para a mesma depoente:

Era assim, muita luta, muito sofrimento! Olha, eu passei, só vendo! Aí deixava a cidade de lona, né? (...) Levantou assim, os nome daquelas, das pessoa, assim, mais antiga, né, fazia aqueles panelão de comida, aquelas sopa, né, e dividia, cada um chegava na hora, já tava tudo morto de fome, porque não podia mais sair (...) não pode mais em casa buscar, então eu tinha que matar a minha fome, sabe, e tinha que trazer comida daquela sopa, né, e tinha, as pessoa que levantava, os ficais, ficava ajudando a <incompreensível> lugar de guarda (Sra. “G”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

O período de acampamento é marcado por códigos de luta utilizados para dar consistência à permanência dos agentes no processo de resistência. Essas regras podem ser vistas como estratégias que os mediadores e lideranças utilizavam como uma forma de preparo para possíveis momentos de conflito.

²⁷ Neste caso, a depoente está se referindo à sua filha.

O fato que mais baliza a memória da ocupação é o momento da realização da ação de despejo pelo governo federal, marcando intensamente a lembrança de um processo permeado por medo e agonia que colabora até mesmo para a recriação desse passado vivido. Uma entrevista lembra que:

Quando o Sarney mandou o despejo, aí o *fulano*, não *cicrano*, era pequenininho, o *fulano* menorzinho, aí chegou a polícia, polícia, polícia, meu Deus do céu! Aí quando, assim que a polícia chegou já veio derrubando tudo, nas casa, nas barraca... cê olhava assim, ó, os avião, só descendo de pára-queda, as polícia descendo de pára-queda e aquela agonia. E aí a gente pegava e, quem era católico rezava, quem era crente cantava hino e ali a gente lutando, eles veio três de, mandou três de... tanque de guerra, né, também foi e desceu, enfileiro assim, ó (...) (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Outro relato, por sua vez, assinala que:

Deu polícia, minha filha! No acampamento foi um sofrimento muito grande porque nós tinha que dormi naquela cidade de lona, o exército, né, quando foram botar abaixo que não tinha mais, quando chegou a polícia, botaram tudo pra fora de novo, mas, foi muita perturbação (Sra. “G”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

É interessante perceber como a atualização do passado permite que este seja reproduzido de forma a reforçar os momentos de tensão extrapolando até mesmos fatos reais.²⁸ A memória recria esses momentos fazendo com que situações e acontecimentos sejam exaltados com a intensidade do momento vivido. Isso explica o quanto esta lembrança permanece fortemente ligada à história de luta e sofrimento do grupo.

Por outro lado, mesmo não tendo participado do ato inicial de ocupação e do despejo realizado pelo governo federal, o relato de um assentado indicado a seguir não deixa de considerar o último como um fato que baliza sua memória e a do grupo como um todo. Percebe-se que, neste caso, o passado não vivido diretamente pode ser projetado na lembrança e transferido para o presente, como propõe Pollak (1992):

²⁸ Na chegada da polícia federal não foram utilizados pára-quedas e sim helicópteros.

(...) na hora de despejo, aí veio os aluno, os estudante da universidade, ajudar o povo que tava acampado, né? Aí foi aonde o governo do estado, na época, que era Brizola, aí mandou o secretário, não me lembro bem qual... Aí, depois, pra resolver o problema do povo, então, ali ele negociou com a justiça e cedeu ônibus, caminhões pra retirar o pessoal, levando lá pra uma área que – ainda tinha uma área que era do Estado – levando pra Chaperó (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

No momento em que o assentado realizava seu depoimento acima, sua esposa interferiu, argumentando que:

Nós não estávamos, isso a gente soube por boca dos outros, que nós não conseguimos ficar lá, entendeu? (...) Mas lá não acampamo, nós não assistimo esse ato, a gente sabe que os companheiro do início, né? (...) Ô *fulano*, que senão dá a entender que a gente tava no despejo, nós não, nós não sofremo isso, né? Que os companheiro ali sofreu, naquela dor, ali tudo, né, derrubando barraco... (Sra. “A”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A partir desta fala percebemos nitidamente o ato de despejo como um fato que, mesmo sem ter sido vivido concretamente por todos, é um acontecimento bastante vivo nessa memória a qual implica em processos de luta e de resistência. Dessa forma, ao haver uma transferência desse acontecimento vivido “por tabela”, a memória de fazer parte desse grupo que sofreu com o despejo se transforma praticamente em sentimento de pertencimento (Pollak, 1992).

O apoio dos estudantes da Universidade Rural também é um fato de extrema importância na lembrança do despejo. Significa também sentimentos de solidariedade e de legitimação da luta pela terra frente aos organismos de repressão:

Deus ajudou e os estudante ali da universidade, né, ai, meu Deus, Deus que abençoe todos eles, que maravilha aqueles estudante! (...) Aí eu sei que naqueles mato assim, ó, cê só via sair um estudante, cada um com uma folha, com uma flor que veio trazendo. Eles chegou assim, eles que fez aquele cordão assim que sumiu, de mãos dada, botavam a mão no ombro do outro e começavam... a polícia naquele maior nervoso e eles começaram a cantar o hino nacional, e eles tudo parado. Aí os estudante falava, dá a flor, eles tavam dando as flor pra polícia (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Esse momento de tensão foi apaziguado pelo governo do estado que “comprou a briga” dos acampados com o governo federal. A seguir, gostaríamos de apontar a memória vivida por duas protagonistas de uma ação típica que o governo Brizola realizava: a intervenção direta nos momentos de conflito, com o objetivo de “apagar incêndios”, como vimos anteriormente.

Vale enfatizar o quanto essa política ainda está presente nas lembranças desses atores que vivenciaram o tipo de relação estabelecida entre o governo e os movimentos sociais naquela conjuntura.²⁹

Nesse sentido, o primeiro governo Brizola e as suas formas de atuação na questão agrária ainda têm extrema influência na memória da constituição do assentamento e, por causa disso, a imagem de Brizola, até hoje, é apreciada de maneira muito positiva por grande parte dos assentados.³⁰

Dessa forma, este relato lembra a intervenção de Brizola da seguinte forma:

Aí chamaram, na época era o Brizola que tava como governador aqui, aí o Brizola mandou o assessor dele, aí quando nós vimos o helicóptero chegou. Foi, o Brizola veio, impediu na hora, “não, não, pode embora, deixa os acampado!” (Sra. “G”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Já no próximo depoimento, os momentos de negociação também são fortemente lembrados:

Aí, alguém foi lá e telefonou pro Brizola, (...) Aí telefonou, aí de repente chegou Brizola mandou... um outro que é igual a ele, não é o presidente, o secretário. Mandou logo, o avião desceu, o helicóptero. Aí chegou, ele começaram a negociar, né? Aí foi, eles deram 24 horas pra gente sair. Aí na mesma hora, depois que negociou, (...) que as polícia foi embora, e aí ficou, eles ficava sempre com um camburão ali, quando saía um, o outro encostava. Encostava um e saía, não deixou a gente só mais lá, né? (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Ressaltamos que, na época em que aconteceu a ocupação, a gestão do governador Brizola já se encontrava perto de seu término, e o momento era de intensa campanha política para as novas eleições. A ocupação da Universidade Rural foi a última a se realizar em seu mandato e, com isso, podemos afirmar que, naquele momento, o governo já tinha adquirido experiência

²⁹ Vide matérias de jornais da época no Anexo IV.

³⁰ Tive a oportunidade de presenciar reações de alguns assentados no período em que Leonel Brizola faleceu, dia 21 de junho de 2004, data da semana em que realizávamos mais um trabalho de campo. O momento do conflito na Universidade Rural e da constituição do assentamento foi fortemente lembrado por todos os assentados com os quais estivemos presentes. Frases como “Nunca mais vai ter outro político que nem Brizola”; “Brizola foi quem nos deu tudo isso aqui” ou “Brizola remarca a nossa história” foram registradas no diário de campo e refletem bem o teor carismático da memória desse político e seu papel para a reconstrução da história do grupo e do assentamento.

suficiente para resolver conflitos e então dirimi-los. Assim, as famílias despejadas, com o apoio do governo estadual, foram transferidas para uma área estadual, na beira do asfalto, na localidade de Chaperó, no mesmo município de Itaguaí.

Dessa forma, a intervenção no conflito de Itaguaí foi muito bem sucedida, o que provavelmente contribuiu para que a figura carismática de Leonel Brizola permanecesse e fosse reforçada até hoje no assentamento São Domingos. Nesse sentido, podemos contextualizar este fato a partir da fala de uma liderança formada no processo de acampamento:

(...) então o governo do estado, ele comprou assim parcialmente a nossa briga, né, e colocou sete fazenda à nossa disposição pra gente tá escolhendo aqui, mas agradava a nós pra ele fazer um assentamento quanto governo do estado, né, porque (...) nós tava numa área do governo federal e o governo federal naquela época não queria mesmo mexer com reforma agrária, né, e aí... era o governo Sarney, e aí o governo do Estado pegou esta briga, que era o governo Brizola, e ofereceu essa área de terra (Sr. “C”, entrevista realizada em agosto de 2003).

A situação de conflito da ocupação da Universidade Rural fez com que o governo estadual oferecesse aos trabalhadores a opção de transferência para uma das sete fazendas escolhidas que pertenciam ao Estado, localizadas em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro. Diante disso, os trabalhadores, representados por uma comissão de treze acampados, ao verificar as áreas oferecidas, optaram pela Fazenda São Domingos, em Conceição de Macabu e depois de ficarem cerca de três meses acampados em Chaperó, conseguiram se assentar em terras da região norte-fluminense.

Do momento inicial da ocupação nas terras da Universidade Rural, passando pelo despejo, pela transferência para Chaperó e finalmente para o ponto final, em Conceição de Macabu, o número de famílias dispostas a conseguir um pedaço de terra reduziu bastante. Os números encontrados nos relatos disponíveis não são compatíveis entre si, o que nos permite citar duas falas concedidas em tempos distintos, permitindo estabelecer, também, uma ponte para apontar os critérios de seleção das famílias estabelecidos pelos movimentos sociais e o governo.

O primeiro depoimento refere-se à opinião do então Secretário de Assuntos Fundiários da época, o qual sustenta que:

não era um movimento legítimo porque, quando fizemos o cadastramento para ver quem queria ir para o interior para produzir mesmo, e que foram, nós assentamos numa fazenda do Estado, em Conceição de Macabu, das cento e vinte famílias sobraram trinta e seis famílias. (dados de entrevista realizada por Novicki, 1992).

Já os próximos relatos são de uma liderança que participou ativamente do processo de luta pela terra não só no caso de São Domingos, mas também em grande parte do movimento de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. No momento em que Brizola entrevistou no despejo e iniciou a transferência das famílias para a área estadual de Chaperó, ele assegura que:

Aí o pessoal saiu pacificamente, saímos de lá pacificamente, sem ser despejado de dentro da fazenda, entramos nos ônibus, que o governo arranhou os ônibus e colocou, e fomos lá pra Chaperó. Chaperó é um cantão que tem em Itaguaí, lá num buraco escondido, onde ele já construiu CIEP, aí (...) o caminhão da defesa civil ficou o dia todo lá pra quem quisesse montar a barraca da defesa civil, montar a barraca dentro do acampamento. Das quatrocentas e três famílias, oitenta e seis montaram barracas, oitenta e seis famílias apenas, quer dizer, reduziu o número de quatrocentos e três pra oitenta e seis (Sr. “M”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Depois de seis meses de acampamento em Chaperó, no momento da ida para Conceição de Macabu, o número de famílias foi reduzido novamente. De acordo com o mesmo depoente, foram adotados critérios de seleção para aqueles que efetivamente seriam beneficiados da reforma agrária. Ele lembra que:

Aí nesse período a gente já tinha feito, já tínhamos feito o levantamento da vida de cada um, aí no meio desse pessoal aqui, tinha gente que tinha casa alugada, tinha gente que tinha açougue, tinha gente que tinha, tinha a sua vidinha mais ou menos organizada que não precisava tanto, né, de ajuda do governo, de questão da reforma agrária e antigamente a gente tinha outra visão também, que a reforma agrária ia resolver o problema do pobre e não é, a visão hoje é outra, a reforma agrária, ela vai resolver o problema é do Brasil e não resolver o problema do pobre. Então a gente tinha isso, que só pobre é que podia ganhar terreno do governo. Então fizeram uma comissão, foram de casa em casa e então diminuiu mais da metade. (...) O critério foi o seguinte: que só ia pra Conceição de Macabu as pessoas que não tivesse propriedade, (...) e que já tivesse trabalhado na terra algum tempo, que quem não tinha experiência e tal (...) solteiro também não ia ter vez, então, **pegaram os critérios do INCRA, os critérios do Estado e eles criaram outros critério pra tentar reduzir o número.** E aí chegamos à conclusão

que só quarenta e duas famílias iria pra Conceição de Macabu. Então o acampamento se reduziu a quarenta e duas famílias (Sr. “M”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Apesar dos números não estarem de acordo entre si, interessa-nos conduzir a análise de volta ao capítulo anterior que, como vimos, buscou investigar a internalização da luta pela terra pelo primeiro governo Brizola. A fala do representante do Estado deixa claro que a situação existente naquele momento não era compatível com os critérios institucionais do INCRA ou da EMATER, o que deslegitimava o grupo como beneficiários da reforma agrária.

No entanto, nas falas concedidas pelo representante do movimento de luta pela terra da época, é válido ressaltar o processo de seletividade criada aproximando-nos das análises de Menezes (1991), em que os critérios estabelecidos pelo movimento social, por meio da apropriação de meios políticos, instituições e discursos construídos pelos mediadores, possibilitaram a criação de uma realidade própria com vistas a legitimar sua condição e o direito de ser um beneficiário.

Assim, essa contradição reforça a afirmação de que foi o Estado que teve que se submeter o modelo de reforma agrária imposto pelos movimentos sociais e não o contrário. Podemos afirmar que o caso de São Domingos não se isentou de estar dentro desse processo, na medida em que se tornaria, posteriormente, uma referência de organização, principalmente naquilo que diz respeito à relação Estado – assentamento (movimento social), como veremos nas próximas páginas.

3.2. A chegada dos “sem-terra” de Itaguaí: conflito e transformação no espaço da antiga Fazenda São Domingos

Pra mim, o assentamento foi uma benção que chegou nesse lugar!

Sra. “J”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004

A chegada do grupo oriundo de Itaguaí na fazenda São Domingos ocorreu em janeiro de 1987 e também foi marcada por momentos de tensão, por meio de um movimento de oposição à

constituição do assentamento. A prefeitura de Conceição de Macabu foi contra o processo de transferência realizado pelo governo do Estado e estava a favor de priorizar o assentamento para os trabalhadores de Conceição de Macabu e não para os “sem-terra” vindos de fora. Segundo estes, foram taxados de “bandidos”, “vagabundos” e “prostitutas” pelo governo municipal e muito discriminados pela população. Este movimento de oposição pode ser compreendido a partir dos argumentos de alguns assentados provenientes de Itaguaí. O primeiro ressalta que:

E aí chegamo aqui e esbarramo já com a política contrária aqui, né, que o prefeito daqui, da época, uma autoridade daqui, queria que a fazenda fosse ocupada pelo pessoal daqui, e não pelo pessoal que vinha de fora, e ficou naquela. Aí teve uma reunião, no Clube do Bosque, e lá a briga foi, quase que saíram no pau lá, porque foi o negócio lá esquentou mesmo porque o pessoal daqui se sentiu apoiado pela autoridade, né, (...) Aí foi aonde entrou as dezessete família daqui de Macabu (Sr. “B”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A segunda fala retrata o processo de negociação entre lideranças do movimento e demais entidades diante da dupla dificuldade de, por um lado, organizar a transferência das famílias para a Fazenda São Domingos e, por outro, estabelecer estratégias para amenizar a situação constrangedora causada pelo prefeito de Conceição de Macabu:

O prefeito de Conceição tinha distribuído panfleto, tinha jogado panfleto de avião por cima da cidade dizendo que o Brizola tava levando os vagabundo do Rio de Janeiro pra lá, jogou toda população contra a gente. E aí nós fomos negociar em Conceição, a nossa ida pra lá, né, que o Brizola já tinha feito um assentamento em Italva, desse jeito, levando um pessoal de Paracambi, da região pra lá e deu um problema sério, o pessoal lá rejeitaram, né, a transferência de pessoas daqui pra lá. E a mesma coisa aconteceu em Conceição. Aí nós tivemos um problema de agilizar, agilizar a questão do governo pra transferir as pessoas de Chaperó pra Conceição e outro problema lá pra convencer a população que nós não éramos vagabundo e sim trabalhadores e o que nós queríamos era conviver com eles lá. E aí nós fomos reunir com o prefeito, eu e mais as associações lá organizada, né, e fomos reunir também Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era pelego, era capanga lá do dono da usina e aí tivemos um embate muito grande e finalmente nós conseguimos convencer os trabalhadores, não a cúpula da cidade, mas grande parte dos trabalhadores, que a gente ia dividir a fazenda meia a meia, metade seria pra Conceição de Macabu, pros moradores de lá e metade seria pro pessoal que vinha aqui do Rio (Sr. “M”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Outro relato representa a situação constrangedora sofrida pelo grupo de Itaguaí frente à posição do prefeito daquela época:

Pois é, e antes da resistência do prefeito, a gente não pode nem falar população, era o prefeito, era o representante do poder é que disse que nós éramos bandido. Então o povo resistiu, né, contra nós. Então as coisas ficou muito difícil, pra vocês terem uma idéia as porta das casa era aberta assim só meia pra tá vendo a gente passar, era muito difícil (Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Por sua vez, o próximo relato também reforça essa dificuldade vivida:

Quando nós chegamo aqui nós fomo muito discriminado, né, é, só mesmo pelo prefeito, o prefeito não deu apoio nenhum à gente. Nenhum, nenhum, nenhum. (...) Ele veio dizer que as mulheres era tudo piranhas e os homem era tudo bandido, né? E foi muito triste a gente não ter uma comida na mesa e ter uma comida pra buscar e ele negar um caminhão pra buscar a nossa comida. Ele falava que a gente tinha que comer capim, tá? E isso foi muito triste pra nós, pra todos, né, tinha muita criança pequena. (...) nós num viemo aqui tomar terra de ninguém porque ninguém é dono de nada, sabe? (Sra. “I”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

A lembrança da recusa de apoiar os futuros assentados de Itaguaí é um elemento que marca fortemente a memória de todos os depoimentos recolhidos. Sentimentos de sofrimento, dificuldade e estigma são reforçados e atualizados quando os trabalhadores reconstroem este fato.

Já na fala do ex-prefeito, há a argumentação de que seu posicionamento deveu-se à idéia de uma descentralização do processo de reforma agrária, na qual cada município deveria se responsabilizar pelos seus próprios conflitos e problemas fundiários. Como vemos, ele argumenta que:

eu fui o grande contra a Reforma Agrária na época. Pô, o cara foi contra, não ajudou, então eles ficaram contra e quase todos são contra até hoje. Quando eu bato na política são contra: “Ah, mandou a gente comer capim”, aí vêm as fofocas né. Porque eu fui contra mesmo, no palanque, imprensa e sou contra até hoje. Acho que cada município tem que fazer o seu, ou com raras exceções, quando o município não tem mesmo, mas são pouquíssimos os municípios que não têm. O Rio de Janeiro tem. O Rio de Janeiro daquele tamanho tem. Tem terra a vontade. Sou contra jogar recurso de qualquer maneira (entrevistas realizadas em 1998, cedidas por Leonilde Sérvo de Medeiros e Sérgio Leite, coordenadores da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada

pela Finep (CONVÊNIO FINEP/CPDA/UFRRJ N. 41 96 0844.00) e Pronex, 2002).

Um outro fato que fez com que também houvesse esse movimento contrário à constituição do assentamento com famílias deslocadas a partir de Itaguaí foi o de que, naquela época, havia um embate político partidário entre o governo municipal de Conceição de Macabu e o governo do Estado. De acordo com o relato de outro ex-prefeito, que naquela conjuntura se opunha ao da época da criação do assentamento, há a seguinte argumentação:

A comunidade criou uma opinião em função do que o prefeito pregava. Não vou citar o prefeito, mas o que o regime, o grupo político da época pregava. Primeiro o da vontade interna... já eu ia dar pra esse pessoal então pode dar pro pessoal de Conceição também. E segundo que o que vinha de lá pra cá eram bandidos da baixada. A comunidade criou uma opinião, pelo menos uma grande parte da comunidade, uma opinião de que realmente os bandidos estavam... que o Brizola estaria... e nessa época, o prefeito, o grupo político dominante era tenazmente contra o Brizola. Então eu acho que o fato político, o fato que eles aproveitaram para criar essa resistência onde de repente os posseiros seriam o meio pra eles atingirem o Governador... (entrevistas realizadas em 1998, cedidas por Leonilde Sérvo de Medeiros e Sérgio Leite, coordenadores da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep (CONVÊNIO FINEP/CPDA/UFRRJ N. 41 96 0844.00) e Pronex, 2002).

Como podemos perceber, a constituição do assentamento São Domingos representou um divisor de águas para a sociedade macabuense e principalmente para as instâncias políticas locais. Além disso, se por um lado a realização do assentamento se deve ao fato político de uma ocupação de terras em outra região do estado do Rio de Janeiro, por outro, vale ressaltar que as terras da Fazenda São Domingos já constituíam um espaço que também era utilizado por outros trabalhadores rurais.

Essas terras eram utilizadas por ex-funcionários da antiga Fundação Estadual de Educação do Menor do Estado do Rio de Janeiro (FEEM) para o cultivo de produtos agropecuários por meio de sistemas como a *terça* ou a *meia*, com produção direcionada para comercialização em outro município:

(...) nós tinha caminhão, saía caminhão daqui pra vender verdura em Campos, entendeu, vender verdura, tomate, maxixe, pepino, jiló, quiabo, e repolho, couve, alface, tudo saía, toda sexta, todo sábado, de manhã cedo saía um caminhão pra vender isso no mercado (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Nesse sentido, cabe aqui apontar a percepção de um outro trabalhador que nasceu e foi criado na Fazenda. Ele lembra de forma positiva o tempo em que essas terras produziam toda alimentação necessária para abastecer os moradores e trabalhadores:

(...) o colégio, entendeu, era mantido com essa agricultura, não vinha nada de fora, entendeu? O arroz era colhido aqui, o feijão era colhido aqui, a farinha era colhida aqui, a carne era daqui, o leite era daqui, entendeu? Quer dizer, então não vinha... igual hoje, quer dizer, se o caminhão não chegar, o menor que tá internado morre de fome. (...) Mas de primeiro era, de primeiro aqui tinha a galinha, aqui tinha o frango, aqui tinha o porco, aqui tinha vaca, aqui tinha o boi pra matar, entendeu, todo final de semana matava boi aqui pros internado, entendeu? É... matava porco, matava galinha, tinha ovo, muita coisa, quer dizer, tinha uma horta que abastecia, o colégio aqui abastecia Conceição e inda ia pra Macaé, entendeu, inda ia pra Macaé pra vender (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

O mesmo depoente nos conta o processo de decadência da fazenda a partir da implementação de leis para o funcionamento do colégio interno:

aí a fazenda foi se desmontando, né, a agricultura foi acabando, foi cabando... foi cabando aquele modelo de agricultura, foi cabando, daí já veio assistente social, já veio um monte de lei, os menino não podia trabalhar, entendeu, não podia fazer isso, não podia fazer isso, se fosse lá no morro trabalhar a cobra pegava, se fosse trabalhar em lugar que machucava, que não sei o quê, que não podia, porque ia pro juizado de menor, então o colégio foi acabando. Cabou, cabou a agricultura da fazenda, foi cabando, cabando, cabando e se tornou numa fazenda improdutiva, entendeu? Aí foi aonde veio parar no assentamento (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

A chegada dos “sem-terra” da periferia do Rio de Janeiro somada ao movimento de oposição política criado pela prefeitura foram vistas como uma grande ameaça àqueles trabalhadores que ocupavam e utilizavam a área que, posteriormente, viria a ser um assentamento rural. Como afirma um ex-funcionário da FEEM, hoje assentado:

Aí passado tempo, que nós tava, aí houve, houve um negócio dizendo que Brizola tinha, tinha adoado a fazenda para esse pessoal de Itaguaí, entendeu, e tinha essa gente que já trabalhava aí, era eu que tinha uns pedaço de terra pra trabalhar, outros também tinha seu pedacinho de terra pra trabalhar. (...) a gente ficou nervoso, mas a gente ficou nervoso porque (...), vir gente de Itaguaí vir pro nosso lugar e vai tomar a nossa frente aí e tal, tal, etc., e todo mundo ficou meio nervoso (...) (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Mediante a atuação de forças distintas, foram assentados três grupos na Fazenda São Domingos: as famílias de Itaguaí, oriundas da ocupação das terras da Universidade Rural; os “posseiros antigos”, ex-funcionários da FEEM; e um grupo apoiado pelo prefeito da época, que pleiteava o assentamento para famílias do município.

Segundo o assentado que é “posseiro antigo”, o fato do grupo de funcionários da FEEM utilizar aquela área para o cultivo agrícola foi um critério considerado pelo governo do Estado e fez com que esses trabalhadores também pudessem ter acesso a um lote do assentamento ³¹:

Mas como nós também gostava de trabalhar e fazer roça, aí foi que (...) eles doaram a fazenda toda, sabe, mais lá com o governador, o Brizola, sei lá mais quem foi. Sei que doaram a fazenda toda pra uns de nós também ter partilha ali (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Ele relata que a partir do momento em que as famílias de Conceição de Macabu também teriam acesso à terra, um grupo de representantes:

(...) dividiu a turma pra trabalhar pra dividir terra pra, em duas frentes sabe, pra poder dividir a terra com nós também. Senão nós num ia ter a terra, (...) aí foi que dividiu a terra pra nós também e nós tivemos direito à terra também, cada um tem o seu pedaço (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

A medição dos lotes foi realizada pelos próprios trabalhadores que, representados pela comissão de acampados, mediram cada lote da antiga fazenda utilizando-se de cordas como instrumento de medida.

Com a realização do assentamento, originaram-se duas associações de trabalhadores: a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, constituída pelos trabalhadores de Itaguaí e a Associação dos Moradores e Amigos da Fazenda São Domingos, composta pelas famílias do município, cuja fundação se realizou com o incentivo do prefeito.³²

³¹ Quando o governo estadual iniciou o processo de assentamento, apenas uma parte da Fazenda São Domingos seria dividida para fins de reforma agrária. Com as tensões causadas entre os diversos grupos sociais, foi necessário ampliar as demarcações dos lotes para que os trabalhadores de Macabu pudessem também se assentar (entrevistas realizadas pela autora em agosto e outubro de 2003).

³² Podemos perceber as diferentes categorias utilizadas nas próprias denominações das duas associações. A primeira enfatiza a identidade de trabalhador rural, mais ligada à utilização dos sindicatos e movimentos sociais, como MST. Já a segunda, está relacionada à identidade utilizada pelas associações de moradores de comunidades urbanas.

Como veremos mais adiante, a associação do grupo de Itaguaí conseguiu se estruturar melhor que a de Macabu e com o tempo, foi agregando trabalhadores que anteriormente faziam parte da outra associação. O aprendizado da organização coletiva adquirido ao longo do processo de luta pela terra somado à necessidade de se constituir mecanismos de defesa frente ao movimento de oposição da prefeitura fizeram com que o grupo de Itaguaí se institucionalizasse por meio da associação criada por eles, legitimando assim o seu poder de organização e mobilização.

3.3. Aceitação, Entrosamento e Consolidação dos processos organizativo-produtivo

A luta pela aceitação dos novos moradores pela comunidade local partiu de um longo esforço dos trabalhadores de Itaguaí que, ao chegarem em Macabu, instalaram-se alguns meses em barracas de lona e ainda se viam bastante discriminados pela população macabuense. Nesse período, para garantir sua sobrevivência, alguns trabalhadores tiveram que cortar cana nas áreas da Usina Victor Sense ou empregar-se em terras de outros fazendeiros.

Diante da discriminação social sofrida pela sociedade e da política de oposição do governo municipal, os trabalhadores de Itaguaí tiveram que utilizar estratégias capazes de desmistificar o estigma de serem vistos como “bandidos favelados”. De acordo com o relato abaixo, um assentado considera que:

(...) a gente fez um coletivo e prantamos doze quilômetro de área de coletivo, quiabo, jiló, aipim, milho, feijão, o que produzia, né, prantamos em toda a margem da estrada isso aí, né, de... pegando da Vila São José lá nos Piaba, pra tá mostrando pra sociedade que passava, né, de carro, ou de ônibus, que nós não éramos esses bandidos que (...) o sistema político pregava. (Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A situação de conflito entre “os de Itaguaí” e “os de Conceição” é percebida nitidamente quando desse momento inicial. Entretanto, considerando a dinâmica de formação dos assentamentos como um processo de reconfigurações (espacial, social, econômica e política), com a realização de São Domingos, novas formas de sociabilidade surgiram – não só entre aqueles que já vieram do processo de acampamento como também entre estes e os que já

utilizavam as terras devolutas –, transformando e reordenando seus espaços em múltiplos sentidos.

A partir da prática organizativa dos sem-terra de Itaguaí proveniente dos momentos de ocupação e acampamento, os trabalhadores de Conceição de Macabu foram dando passos iniciais nesse processo de aprendizagem e consolidação das novas relações sociais:

Ah, a notícia foi que ia dividir as terra, que vinha lá, um cara, um engenheiro medir a terra, entendeu, logo veio um engenheiro medir a terra pra poder dá a partilha. Primeiro veio um engenheiro civil, mas eles fizeram um barraco, fizeram um barraco grande, entendeu, ficaram lá em reunião naquele barraco grande e **toda tarde, toda tarde fazia reunião naquele barraco** (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Essa forma de organização inicial também marca a memória daqueles que, mesmo sem terem participado dos atos de ocupação e do acampamento, consideram-na como um marco referencial. As reuniões são, talvez, aquilo que mais baliza essa memória. Nesse sentido, a constituição do assentamento em questão trouxe novos aspectos que confirmam interesses despertados a partir do próprio processo de reforma agrária naquele espaço.

Por exemplo, de acordo com um assentado que tem origens na Fazenda São Domingos, mas que posteriormente migrou para Niterói, passando a maior parte de sua vida na cidade, ao saber da realização de um assentamento, se interessou por retornar a Conceição de Macabu como uma forma positiva e oportuna de voltar ao local onde nasceu:

Então foi na época do assentamento que veio a idéia de voltar pra cá, entendeu? Já que tinha sido feito aqui um assentamento, eu falei, então tá na hora de eu voltar pra minha terra. (...) Mas eu como era filho daqui, criado aqui, eu me achei com o direito de voltar, entendeu? Se alguém tinha direito a um pedaço de terra aqui eu seria a pessoa indicada, porque eu fui criado aqui, entendeu? (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

De acordo com a fala acima, podemos perceber como o local de origem é utilizado para justificar a volta ao campo e a condição de assentado, dado o conflito inicial ocorrido com a chegada do grupo de Itaguaí. Neste relato, é possível identificar que, mesmo não tendo permanecido no lugar de origem durante sua trajetória, a notícia da constituição de um assentamento neste espaço despertou interesses que até então não existiam. Dessa forma,

podemos afirmar que a realização do assentamento legitima situações anteriores (Bruno e Medeiros, 1998).

Além disso, a condição de assentado se traduz não só na aquisição de benefícios provenientes da reforma agrária, tais como créditos e demais apoios institucionais, mas também de novas formas de saberes e aprendizados que o próprio processo de assentamento vai demandando de acordo com o tempo.

Assim, o entrosamento entre o grupo de Itaguaí e o de Conceição de Macabu significou mais do que novas formas de sociabilidade. A própria estrutura organizativa criada no período do acampamento foi se consolidando e ganhando novos adeptos. Como vemos, os relatos abaixo reproduzem essa consolidação organizacional de forma nítida. O primeiro ressalta que:

(...) logo que entrei incorporei logo ao grupo, faço parte da diretoria há dezesseis anos, já fui presidente quatro vezes, né? E até hoje continuo sendo diretor da Associação e faço parte daquele grupo que quer conservar isso aqui (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Já o segundo, argumenta o seguinte:

quando eles chegaram aí, a estrutura política do município na época não aceitou muito bem a vinda deles aí, a chegada deles. Aí criaram assim um clima político que os prejudicavam. Eu não aceitei muito bem essa história porque eu acho que eles eram um grupo de trabalhadores com mulheres, filhos, gente séria, quer dizer, era um povo que precisava mesmo de um lugar pra ficar. Então eu entendia assim. Aí comecei dando aquele apoiozinho muito pequeno, que eu pudesse dar apenas como simpático ao que eles fazia. E aí a história foi crescendo. Foi crescendo, eu comecei fazendo parte dos trabalhos que eles montaram, e assim tô até hoje, sabe? (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

A experiência adquirida no processo de luta pela terra serviu de exemplo para aqueles que, se por um lado tinham as raízes na Fazenda São Domingos, por outro, também estavam diante de uma nova vida: a de assentado. Assim, o entrosamento e as formas de sociabilidade surgidas foram importantes para dar viabilidade às novas condições sociais geradas pela constituição do assentamento.

3.4. A Importância da relação Estado–Assentamento para a permanência e organização dos trabalhadores

De acordo com os depoimentos colhidos, verifica-se que o apoio de instâncias governamentais é fundamental e extremamente necessário para dar viabilidade às formas de reprodução do grupo dentro do assentamento, bem como para ter acesso a políticas públicas. Como vimos, nas percepções dos trabalhadores, o embate ocorrido quando da vinda de sem-terras de Itaguaí se traduz em momentos de muita dificuldade e sofrimento. Já a política estadual de Leonel Brizola é percebida como algo justo e coerente, o que os remete para uma lembrança positiva.

As eleições municipais de 1988 trouxeram novas configurações para São Domingos. Juntamente com os votos dos novos “moradores” do assentamento criado no município, os eleitores de Conceição de Macabu elegeram um candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para prefeito, oposição ao prefeito que, naquele momento, tinha sido contra a realização do assentamento. Este fato é compreendido de maneira muito positiva pelos assentados, considerando sua simpatia pelo PDT e mais especificamente, por Leonel Brizola.

O novo prefeito eleito, ao contrário do anterior, possibilitou algumas realizações a favor dos assentados, como a construção de uma escola dentro do assentamento, investimento na melhoria e conservação das estradas, bem como o apoio à comercialização para os produtos do assentamento, criando uma *feira do produtor* e um *sacolão volante*. Sem contar com um posto de saúde, havia atendimento médico às famílias, realizado pelo vice-prefeito na sede da Associação dos Trabalhadores Rurais e também nas residências. Hoje, ainda há atendimento médico e odontológico na sede.

A introdução de novas culturas agrícolas na região, como o quiabo, e a viabilização de produção e de comercialização dos trabalhadores fizeram com que conseguissem realizar algo que até então era inédito naquele município: o direcionamento da produção para a comercialização no CEASA de Irajá, na capital do estado (Medeiros e Leite, 2002).

Além disso, os trabalhadores também conquistaram espaços nos meios de comunicação que iam para além da localidade do assentamento, com a criação do Programa *Gente Rural*, na

Rádio Popular Fluminense, vinculada à Diocese de Nova Friburgo. Era um programa semanal dirigido por lideranças do assentamento no qual discutiam-se questões relativas à produção, ao assentamento, à conscientização ecológica e à reforma agrária, e que ficou no ar durante três anos. De acordo com um assentado que participava da realização desse programa:

O programa da rádio era o Programa Gente Rural, era um programa que nós tínhamos uma vez por semana, todas as sextas-feiras. E era onde a gente falávamos, o programa era feito por nós mesmos, a gente que produzia, fazia reportagem e entrevista. (...) Era um programa bom, realmente. Falava das coisas do trabalhador, falava das coisas do assentado, dava notícia da Associação. Agora, tivemos que acabar por falta de patrocínio, porque a rádio cobrava, entendeu? (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Como vimos, a capacidade de organização e produção daqueles que antes eram taxados de “bandidos” fez com que os “posseiros antigos” se integrassem ao grupo de Itaguaí aumentando assim o número de associados à Associação de Trabalhadores Rurais de São Domingos.³³

O apoio do prefeito do PDT teve suma importância para que os trabalhadores estivessem presentes nas decisões políticas, pressionando o Estado a efetivar implementação de infraestrutura em São Domingos. Essa relação dos assentados, por meio de suas lideranças, com o governo municipal trouxe configurações significativas que foram frutos de real participação dos assentados nas implementações de políticas para o assentamento.³⁴

Uma conquista que reflete nitidamente essa força e atuação diz respeito à instalação da rede de energia elétrica, que só foi ocorrer após oito anos de assentamento. Em outubro de 1994, 203 pessoas realizaram uma ocupação na sede da Companhia Elétrica do Rio de Janeiro

³³ A Associação dos Moradores e Amigos da Fazenda São Domingos extinguiu-se alguns anos após a sua constituição. Segundo entrevista realizada com um vereador em 1998, ele ressalta que “na realidade, essa associação nunca existiu” e foi criada para fins de embate político entre o prefeito e o grupo de Itaguaí. (entrevistas realizadas em 1998, cedidas por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite, coordenadores da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep (CONVÊNIO FINEP/CPDA/UFRRJ N. 41 96 0844.00) e Pronex, 2002.)

³⁴ Na eleição seguinte, em 1992, o prefeito que foi contra a implementação do assentamento se elegeu novamente, reproduzindo então relações tensas e conflituosas com os assentados de São Domingos e nas eleições de outubro de 2004 tentou outra eleição, não conseguindo se eleger. Com isso, percebe-se que a lembrança dos momentos de dificuldade também volta à tona, fazendo com que muitos assentados ficassem temerosos e preocupados com a sua candidatura – o que gerou novamente um clima de conflito.

(CERJ), em Macaé, reivindicando a instalação de energia elétrica em São Domingos. Este ato contou com a participação de mulheres e crianças:

Tenho honra de dizer que participei dessa ocupação, né, na hora teve um rapaz daqui, né, que, hoje em dia nem tá mais aqui, já foi e vendeu o sítio, né, aí ele queria se acovardar, né, “ah, vamos tirar as mulheres”, né, e as crianças e ficar só os homens, aí eu peguei a palavra e falei: nós não vamos sair, não se acovardamos e não é agora que não vamos, né, ser covarde! (Sra. “A”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Três meses após a ocupação na sede da CERJ, o assentamento já estava provido de rede elétrica e os assentados puderam contar com mais um recurso positivo para sua comunidade, seu trabalho e também para a sua produção.

Podemos analisar estes fatos com base naquilo que já foi visto no capítulo anterior, como o tipo peculiar de relação que foi construída entre o Estado e os movimentos de ocupação de terras durante o primeiro governo Brizola. O saber adquirido a partir dessa relação pode ser encarado como produto das práticas apreendidas nos processos de luta e resistência. Dessa forma, também estão em tela a aplicação desse aprendizado nas formas de reivindicação por infra-estrutura e outras demandas que o assentamento passa a necessitar com a institucionalização da luta pela terra.³⁵

Além disso, verificou-se que este assentamento também suscitou impactos político-representativos em termos municipais, visto que uma liderança chegou a ser eleito vereador, cumprindo mandato na gestão 1996-2000, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).³⁶

Nesse sentido, a partir da mobilização e organização desses trabalhadores, podemos avaliar em que medida este assentamento provocou mudanças no quadro político local e trouxe novas configurações para a questão agrária fluminense em geral.

Conforme as análises de Medeiros e Leite (2002) sobre os impactos regionais dos assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, conclui-se que houve significativas

³⁵ Cabe aqui enfatizar que o assentamento rural não significa o fim da luta, mas sim o início de muitas outras, como infra-estrutura, crédito agrícola, apoio técnico, etc.

³⁶ Essa liderança também se candidatou nas eleições de 2000, mas não conseguiu se reeleger e recentemente, em 2004, também foi candidato a vereador, não sendo eleito pela diferença de apenas quatro votos na legenda do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

evidências da importância política, social e econômica da constituição do Assentamento São Domingos para a dinâmica municipal. A relação estabelecida entre assentados e Estado é vista como um elemento de suma importância para a construção da memória de um passado que, ao ser enquadrada quando da chegada dos sem-terra de Itaguaí no assentamento, é tida como um momento de discriminação e estigma.

Dessa forma, a participação desses trabalhadores na política local é algo significativo para assegurar melhorias ao assentamento e aos trabalhadores. No relato abaixo, podemos verificar o quão importante é para o grupo eleger um representante que apóie o assentamento e atenda às suas reivindicações:

(...) nós sempre também temos uma determinação aqui, né, **fecha mais ou menos em quem nós vamos apoiar...** não todos, né, apóia, mas, tem aquele grupo fiel, né, nós não podemos recramar hoje da prefeitura que nós temos, né, na mão... Por isso também ajuda muito, né, a avançar na luta, né? (...) até porque quando nós chegamos aqui, né, **ai voltando lá**, né, não tivemos uma prefeitura do nosso lado, né, fomos maltratado, né, fomos taxado como bandidos, né, muito discriminado... Mas, no entanto nós vencemo, né, então isso tudo foi difícil, né? Então nós independente disso, mas você tendo quem né, a liderança do município, né, apoiando a luta, é muito melhor, né? (Sra. “A”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A partir da fala acima, podemos perceber que a memória sofre flutuações no sentido de passado e presente estarem ligados não somente por meio de processos contínuos, mas numa dinâmica que vai se transformando o tempo inteiro. O passado de sofrimento e discriminação ainda é muito marcante neste processo eleitoral, o que faz com que este seja constantemente relacionado com presente e também com o futuro. Além disso, a vitória mencionada pode ser compreendida como uma forma de reforçar a dificuldade que foi superada mesmo sem o apoio inicial, dando uma certa continuidade à luta.

3.5. “Então a luta foi se expandindo...”

A realização do assentamento também foi importante para a dimensão das formas de organização social, principalmente por ele ter sido uma base referencial e espacial para o impulsionamento da luta pela terra naquela região e no estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 90.

Podemos ratificar este argumento na medida em que alguns assentamentos rurais fluminenses e um loteamento urbano próximo ao assentamento são frutos da organização e do apoio dos trabalhadores de São Domingos, representados pela Associação dos Trabalhadores, à luta pela terra e reforma agrária. O loteamento urbano de Vila Esperança, nas proximidades do assentamento, foi uma conquista que partiu dos próprios assentados. Este lugar pertencia à Associação, mas que, no entanto, seria reapropriado pelo Estado (vide ilustração 30, no Anexo III). Diante disso, os trabalhadores se mobilizaram e montaram um acampamento, fazendo com que o espaço fosse utilizado para a realização de um loteamento urbano de famílias “sem-teto”.³⁷

Outras ocupações também se realizaram tomando como base de organização o Assentamento São Domingos, e muitas delas resultaram em assentamentos rurais. A ocupação da Fazenda Severina, em 1992, no município de Macaé resultou na instalação de 138 famílias no assentamento Cambucaes, em Silva Jardim; neste mesmo município ocorreu a ocupação de Poço das Antas e na divisa deste município com Casimiro de Abreu, encontra-se o acampamento em vias de regularização Sebastião Lan; a ocupação em várias fazendas de Cantagalo resultou no assentamento Cantagalo, no mesmo município; a ocupação da fazenda Capelinha, em 1996, resultou no assentamento de mesmo nome, em Conceição de Macabu; o município de Campos dos Goytacazes também foi alvo de várias ocupações, tendo o assentamento Zumbi dos Palmares sido fruto de uma ocupação no ano de 1997 (Medeiros e Leite, 2002).³⁸

Como afirma uma assentada de São Domingos, que teve participação ativa neste processo de expansão da luta pela terra:

Então a luta foi se expandindo, né, porque o nosso compromisso é, né, é... a gente conquistar a terra, lutar por ela, né, mas não se acomodar, né, tá ajudando o outro, né? Tá, se... **fortalecendo as outras lutas**, né, os outros que vier surgindo. Quer dizer, até nisso nós fomos infelizes porque não tivemos apoio, né (risos)? (Sra. “A”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

³⁷ Vila Esperança é constantemente chamada de “caçulinha” ou “filhote” por alguns assentados.

³⁸ Essas informações também foram obtidas por meio de entrevistas realizadas pela autora em agosto de 2003.

Percebe-se, novamente, que a memória de um apoio que não foi concedido nos momentos de fragilidade e tensão durante o processo de luta é ressaltada como um meio de reforçar ainda mais as ações de solidariedade e fortalecimento de outras experiências semelhantes.

Diante disso, cabe destacar as formas pelas quais São Domingos se tornou um assentamento referencial para as análises acerca da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro a partir da década de 90 na medida em que este é também uma referência para a análise da rearticulação do MST/RJ.

A informação acerca do sucesso alcançado nos assentamentos do MST e as dificuldades de produção e comercialização dos trabalhadores levaram os assentados a se aproximarem do Movimento. Apesar de São Domingos não ter contado com a participação do MST no início de sua história, a partir da década de 90, passou a abrir as portas para que o Movimento pudesse nele se organizar e, com isso, fazer com que este assentamento servisse de apoio para fincar suas raízes definitivamente no estado do Rio de Janeiro.

Segundo uma liderança do assentamento que chegou a fazer parte da coordenação estadual do MST/RJ, os primeiros contatos deste assentamento com o MST partiram da demanda organizativa dos trabalhadores de São Domingos no momento em que as novas ocupações iam aumentando:

(...) nós somos mais velho que o movimento sem terra, né, e o movimento sem terra surgiu aqui em noventa e três, é... nós, diante da demanda, porque aí a demanda não ficou só de São Domingos, a demanda ficou do estado todo, né, e a gente precisava de, do movimento até porque o movimento sem terra ele é conhecido a nível nacional (...) foi em noventa e três, a gente teve a necessidade de estar convidando o movimento sem terra pra tá mandando alguém, aí o movimento sem terra mandou, né, um companheiro pra cá pra criar o movimento sem terra no estado do Rio de Janeiro. E por sorte minha, é... eu fui, né, indicado pela, pela associação pra participar, né, da coordenação do movimento sem-terra no Rio e aí sim nós tivemos uma, um grande encontro pra ter essa eleição e eu fui escolhido e fiquei no movimento sem terra, é, alguns anos, né? (Sr. "C", entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Dessa forma, o Assentamento São Domingos foi uma das bases organizativas do MST/RJ para a sua atuação em outros municípios do estado. Esse fato foi fundamental para dar continuidade e uma nova configuração da luta pela terra no Rio de Janeiro, agora com intensa

participação do MST por meio de suas ocupações nas antigas usinas canavieiras no norte do estado.

No relatório final de pesquisa realizada por Medeiros e Leite (2002:215-217), o assentamento São Domingos é visto como “modelo de organização e luta para outros assentamentos” e a construção de sua cooperativa, em 1996, foi considerada como uma inovação por ser a primeira cooperativa criada, no estado do Rio de Janeiro, nos moldes das cooperativas do MST.

Ainda neste período, um programa de alfabetização de jovens e adultos começou a funcionar no prédio da Cooperativa, contando com a participação de 25 alunos. Este programa foi desenvolvido a partir da participação de uma assentada em encontros nacionais e estaduais de educadores promovidos pelo MST. Além disso, o relatório revelou que em 1998, 20% dos assentados de São Domingos eram ligados ao MST.

Havia ainda, alguns projetos direcionados para os jovens do assentamento, como círculo bíblico, capoeira e futebol feminino. Outros projetos como teatro e a criação de uma biblioteca também chegaram a ser cogitados, mas não foram concretizados.³⁹

3.6. Impactos para além do espaço local

Os impactos gerados a partir da constituição de São Domingos ultrapassaram até mesmo os espaços físico e geográfico do assentamento. A pesquisa produzida por Medeiros e Leite (2002) nos servirá como um fio condutor para apontar algumas informações importantes sobre as múltiplas transformações acarretadas com realização do assentamento.

No que se refere a questões econômicas, o relatório sustenta que São Domingos também foi imprescindível para que houvesse mudanças na região, visto que foram inseridos, na produção local, produtos que até então eram inéditos. A direção da produção para o CEASA do Rio de Janeiro também foi uma inovação no processo de comercialização, e também foi importante

³⁹ Dados obtidos em entrevistas realizadas em 1998, cedidas por Leonilde Sérvolo de Medeiros e Sérgio Leite, coordenadores da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep (CONVÊNIO FINEP/CPDA/UFRRJ N. 41 96 0844.00) e Pronex.

para o desenvolvimento econômico tanto do assentamento quanto do município. Além disso, a criação da primeira cooperativa nos moldes do MST também representou uma inovação.

Do ponto de vista político, constatou-se que, a partir do momento em que o assentamento São Domingos foi criado, a questão agrária não deixou mais de ser abordada tanto nos debates eleitorais como no cotidiano da política macabuense. Além disso, com seu poder de mobilização, os assentados sempre se fizeram presentes na política local, seja indicando candidatos a vereador e apoiando candidatos a prefeito, seja promovendo manifestações que se tornaram referência para a população local e atuando na formação de outras comunidades rurais e urbanas. Podemos resumir a conclusão da pesquisa sobre estes impactos com a citação abaixo:

De qualquer forma, o exemplo pioneiro de São Domingos firmou-se como parte da influência que a história deste assentamento teve sobre o passado recente dos conflitos fundiários e das formas de organização dos assentados do Rio de Janeiro. A contribuição direta dos assentados de São Domingos para as ocupações de terras realizadas nas regiões Norte e das Baixadas Litorâneas nos últimos anos foram a face mais visível disto, mas iniciativas como o pioneirismo na implantação da alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e de formação de professores e organização curricular conforme a proposta do MST, em que pesem as dificuldades para manter vivas tais propostas, são também exemplos disto. Observa-se assim, que os impactos do assentamento São Domingos extrapolaram, inclusive os limites municipais, seja no que se refere às redes de comercialização, seja no que diz respeito à ação política de apoio a ocupações de terras em outros municípios do estado (Medeiros e Leite, 2002:216).

Por meio dessa capacidade de organização, cujos impactos perpassam os limites do município onde foi criado, São Domingos tornou-se uma referência para os assentamentos do estado do Rio de Janeiro na medida em que, primeiramente, conseguiu desmistificar, de forma prática, o mito de que assentamentos criados com a participação de atores urbanos na luta pela terra resultariam em problemas em sua organização e continuidade, fazendo permanecer relações individualistas provenientes da cultura urbana.⁴⁰

Nesse sentido, concordamos com Castro (1996), ao sugerir que a origem rural ou urbana dos assentados não é inteiramente determinante para o seu desempenho. O que deve ser considerado são as diferentes formas de sociabilidade originadas a partir das dimensões

⁴⁰ Ver Menezes (1991)

culturais desses atores, visto que o assentamento pode ser percebido como um espaço de reordenamentos sociais.

Assim, as conquistas apontadas refletem uma intensa organização e coerência nas ações dos trabalhadores de São Domingos que, em sua grande parte, sendo oriundos do meio urbano, revelaram que é possível trabalhar com a produção agrícola positivamente, mesmo esta não sendo a sua única e exclusiva fonte de renda.⁴¹

3.7. A Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos

No Capítulo II, vimos que o primeiro governo Brizola canalizou sua política de regularização fundiária por meio de decretos adequados à nova estrutura institucional do Estado, representada pela criação da SEAF. Nesse sentido, uma das soluções encontradas para dar permanência às famílias assentadas pelo governo do Estado era a criação de Fazendas Experimentais, cujo objetivo seria viabilizar o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos com uma dinâmica padronizada de relacionamento entre as lideranças/movimentos e o Estado.

Para tanto, a formalização desses decretos foi realizada por meio dos “Termos de Concessão de Uso” com vistas a ser um instrumento legal para o Estado imitar oficialmente as famílias envolvidas na posse daquelas áreas. Essa formalização se deu com as Associações dos Trabalhadores, ficando estas obrigadas a respeitar o direito dos ocupantes elencados no cadastro sócio-econômico realizado pela SEAF, e que também assinaram o Termo, sendo que todas tiveram por finalidade a implantação de um projeto experimental, com o objetivo de ser um pólo gerador de tecnologia.

Com isso, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos não foi excluída desse processo, dada a conjuntura política da época, firmando contrato com o Estado por meio do Termo em questão antes mesmo da legalização da Concessão do Direito Real de Uso.⁴²

⁴¹ Alentejano (1997) observou que a *pluriatividade* nos assentamentos fluminenses pode ser um fator positivo para a organização econômica dos assentados, assim como para a efetivação da reforma agrária em espaços onde o rural e o urbano estão intimamente entrelaçados.

⁴² Ver Novicki (1992).

3.7.1. As origens e os múltiplos sentidos de participação na Associação

Segundo uma liderança do assentamento, a Associação de São Domingos tem suas origens na própria necessidade de organização dos trabalhadores para dar viabilidade ao processo de assentamento face às inúmeras dificuldades encontradas no percurso de luta e resistência, de Itaguaí a Conceição de Macabu.

A prática das reuniões é, de fato, algo que os trabalhadores de São Domingos consideram como principal referência de união e mobilização. É a memória da luta pela terra e da resistência traduzidas num momento simbólico que reproduz e procura manter essa forma de organização criada a partir dessa prática.

Ao estudar as reuniões e seus significados no âmbito de organizações que trabalham junto ao campo, Comerford (1996:13) realizou sua pesquisa de mestrado analisando a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos por ser esta “uma das mais organizadas do Estado do Rio de Janeiro, segundo técnicos do Estado, políticos do município e agentes da CPT, com reuniões semanais, cursos e encontros”.

A partir desse estudo, fez uma interessante análise acerca das múltiplas dimensões que as reuniões podem atingir, possibilitando assim ir além do sentido instrumental de espaços de discussões e de tomada de decisões. Mais do que isso, elas são abordadas por ele como momentos de produção simbólica e cristalização de relações sociais, que podem ser representadas pelo relato de uma assentada:

Então tem coisa que passa lá e eu não sei, não tenho acesso a nada, né, não faz, não tem ninguém que vem contar alguma coisa, não tenho, assim, um acesso mesmo, um jornal, né? Uma coisa direita, que lá você fica sabendo, né, assim, num modo popular (risos), as fofoca boa e as ruim, as necessidade de cada um... (Sra. “J”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Nesse sentido, Comerford (1996) enfatiza que as reuniões acabam se colocando como uma maneira de orquestrar a união das unidades analiticamente identificáveis que constituem o grupo – no caso o grupo dos trabalhadores rurais da Fazenda São Domingos – e de auferir o lucro simbólico que o fato de orquestrar a união produz.

Considerando este aspecto de “união” do grupo, ao estabelecerem ligações entre passado e presente, a prática das reuniões, construída diante da necessidade de coesão e manutenção, são utilizadas como ponte pelos assentados. Da mesma forma, as reuniões também são uma referência para o futuro e os projetos do assentamento, como veremos adiante.

O relato abaixo ilustra a importância da memória do processo de aprendizagem adquirido a partir da trajetória de resistência coletiva que a luta pela terra demandava:

E aí a gente foi (...) vivendo uma vida que antes a gente não vivia, uma vida em comunidade, né? Eu não sabia o que que era uma associação, o que que era uma comunidade, uma reunião. Aí veio também a minha conversão, né, sobre a igreja, né, quer dizer, tudo surgiu aqui em Macabu, né? Quer dizer, aí com o passar do tempo, né, (...) hoje não pretendo sair daqui nunca, né? (Sra. “A”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Nesse sentido, Comerford (1996:54) aponta o relato de uma liderança a respeito da importância da prática das reuniões para a organização social e política do grupo, quando ela assegura que “foi ali em seis meses de acampamento que o nosso povo aprendeu a reunir, a discutir, e todo mundo a participar”.

Assim, há dezoito anos, todas às sextas-feiras realizam-se, na sede da Associação, reuniões (ou assembléias) onde são discutidos os problemas e demais questões relativas ao assentamento. Impreterivelmente, antes do debate proposto pela pauta de discussão, as reuniões são sempre iniciadas com um momento de reflexão espiritual e religiosidade, um espaço de tempo místico e ritualizado onde, por exemplo, a memória da luta pela terra, do sofrimento e das dificuldades são exaltadas por meio de referências religiosas e sagradas, como as histórias encontradas na Bíblia.⁴³

Podemos afirmar que a prática de reunir e a importância do momento místico para a mesma pode ser considerada como uma tradição inventada por parte desse grupo de trabalhadores rurais, no sentido proposto por Hobsbawn e Ranger (1984). Segundo esses autores, uma

⁴³ Em uma das assembléias que participei, o Livro de Jó foi utilizado para lembrar a sua perseverança de lutar e não desistir mesmo estando na prisão. Essa referência foi exaltada para que o grupo também pudesse refletir e agir da mesma forma diante das dificuldades existentes na vida do trabalhador rural e de sua coletividade. Essa é uma prática muito comum nos trabalhos da igreja católica progressista, como a Comissão Pastoral da Terra, e também do MST que, por meio da mística, tem como objetivo obter unidade entre as pessoas e aplicação dos princípios organizativos do movimento (Stédile e Fernandes, 2001).

tradição inventada se caracteriza por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas. Estas práticas, de natureza ritual ou simbólica, visariam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implicaria, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Dessa forma, a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.⁴⁴

Assim, essa “tradição inventada” faz com que os momentos de união e coesão social da época da constituição do assentamento possam ser atualizados e identificados com a memória presente na liturgia, podendo trazer para o grupo novas configurações, visando consolidar as formas de organização dos trabalhadores, agora na condição de assentados.

3.7.2. A importância da Associação para a manutenção da memória positiva

Como vimos, com a situação de conflito iniciada pela chegada de sem-terras de Itaguaí, foram constituídas duas associações de trabalhadores. No entanto, a maior capacidade de organização, por meio da experiência adquirida com as reuniões e saberes construídos pelo grupo dos “sem-terra” fez com que os “posseiros antigos” de Macabu aderissem à entidade representativa de Itaguaí, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos.

O relato abaixo é de um trabalhador que fazia parte da Associação dos Moradores, ou Associação de Conceição de Macabu que se viu na necessidade de mudar de associação pelo fato da primeira ter “quebrado”:

Aí eu pulei pra lá e fiquei lá com eles, né, mas antes eu era de Macabu (...) e aí entremo prantando, né? Cada um plantava uma coisa, e... e vou dizer, e na época que eles entraram, eles também produzia bastante, nós produzimo bastante. Não produzimo agora que tão esses produzindo não. Produzimo bastante mesmo. Caminhão saia toda, era terça, pra Ceasa, e quinta pra Ceasa (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2004).

⁴⁴ De acordo com Hobsbawn e Ranger (1984), as tradições inventadas classificam-se em três categorias superpostas: 1) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; 2) aquelas que estabelece ou legitima instituições, status ou relações de autoridade e 3) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. De acordo com as categoria mencionadas, podemos afirmar que no caso da Associação dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, todas elas são aplicáveis e justificam o ritual das reuniões.

O próximo relato justifica a escolha do assentado com origem em Conceição de Macabu de fazer parte da associação de Itaguaí:

Dei sorte, que eu poderia ter ido pra outra, porque eles diziam que era o pessoa de Conceição que tava na outra. Só que eu achava que a certa era essa do pessoal de Itaguaí. (...) Porque achava mais jeito, achava inclusive o pessoal mais organizado, entendeu, as pessoas que estavam aqui na época, fulano, cicrano, essa turma toda que a gente tá aí hoje. (...) Tinham aquele interesse que isso aqui progredisse, e eu também vendo isso e foi ali mesmo que eu fiquei, entendeu? (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

A adesão de novos trabalhadores à Associação de Itaguaí consolidou ainda mais a capacidade dos assentados de organizar a produção agrícola, participar das decisões políticas locais por meio de sua relação com o Estado e movimentos sociais e assim fazer de São Domingos uma referência, contribuindo também para o impulsionamento da luta pela terra na região norte-fluminense.

Essas mobilizações são marcos importantes para a organização da memória dos trabalhadores de São Domingos. Para eles, é quase impossível não associar esses fatos com os papéis desempenhados pela Associação como agente representativo e mobilizador da unidade do assentamento.

Nesse sentido, é possível perceber que a Associação constitui um eixo central que baliza as formas pelas quais o grupo social organiza sua memória e suas identidades. Esta afirmação reside no fato de que, no sentido proposto por Halbwachs (1990), a Associação agrega elementos cujas lembranças do passado formam “quadros sociais vivos” no presente.

Dessa forma, podemos identificar esses elementos a partir de três perspectivas: as formas de mobilização criadas antes do assentamento, como os processos de ocupação de terra e de acampamento, fundamentais para a organização social e política do grupo; os sentimentos de pertencimento e identidade construídos a partir desse organismo de representação; e a constituição, com a implementação do assentamento, de novas formas de relações de trabalho, produção e de relações sociais em geral.

Assim, partimos do princípio que a Associação tem um papel fundamental para a organização da memória a partir do momento em que permite aos assentados estabelecerem ligações entre o presente e o passado de sua história, assim como relacionarem os processos de continuidade à organização social do grupo e do assentamento em geral. É, portanto, a grande referência dos momentos de luta, união e conquistas realizadas.

3.8. Os conflitos e as tensões ocultados pelo silêncio: a implementação da Cooperativa

O sucesso alcançado pelos trabalhadores, representados pela Associação, somado às articulações junto ao MST, na década de 90, fizeram com que toda uma conjuntura se mostrasse favorável para a fundação de uma cooperativa agrícola, em junho de 1996.

Essa iniciativa foi realizada juntamente com o MST, que organizou a metodologia de implementação da cooperativa por meio do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).⁴⁵ Os patrimônios que antes pertenciam à Associação passaram para a Cooperativa, que foi munida de estatuto e documentação necessária para o seu funcionamento. No entanto, veremos que a Associação não deixou de funcionar paralelamente, como afirmam alguns relatos. Como foi visto, essa iniciativa foi uma inovação no estado do Rio de Janeiro, e mais uma vez, São Domingos foi considerado um assentamento exemplar pela sua capacidade de organização do trabalho e produção e mobilização política.

Com a eleição de uma liderança na câmara dos vereadores, um projeto de lei que visava a construção de uma mini-usina de leite foi aprovado e sancionado pelo prefeito, mas, no entanto, não chegou a funcionar. A cooperativa também construiu um mercado de insumos agrícolas e alimentos para facilitar as despesas e gerar renda a seus cooperados e demais assentados (vide ilustração 28, no Anexo III).

⁴⁵ Segundo Fernandes (2000), o SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. Foi construído a partir da lógica da resistência camponesa que está representada pelos princípios e na estrutura organizativa do MST. Dessa forma, o autor argumenta também que esse setor procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas, construindo assim uma nova concepção de cooperação que possa abranger as dimensões da lógica do MST.

Entretanto, se por um lado os momentos de sucesso são atualizados por seus protagonistas por meio de uma memória viva, por outro, o presente é percebido de maneira diferenciada desse passado de união e coesão social. Os dezoito anos de constituição do assentamento São Domingos contam com processos de descontinuidades, de transformações e mudanças no seio da Associação e nas próprias percepções dos assentados sobre a mesma e a memória do assentamento em geral.

Ao nos referir a São Domingos no tempo presente, verificamos que este assentamento vem atravessando um período de crise, tanto no que se refere a questões econômicas como também à organização política e social de seus assentados. Verifica-se a falência da Cooperativa em fins da década de noventa e início do ano 2000 e a ausência da organização do MST naquele espaço. A participação dos assentados nas reuniões da Associação se reduziu, sendo estas praticamente realizadas por membros da diretoria, e muitos lotes já foram passados adiante, como se verá no próximo capítulo.⁴⁶

Algumas falas sugerem que o fracasso da implementação da cooperativa causou impactos negativos para a organização do grupo, e principalmente para a imagem da Associação. Esse ponto focaliza um dos momentos mais apropriados para analisar a memória do grupo em questão, na medida em que, na lembrança da cooperativa, existem conflitos e questões expressos por silêncios que merecem uma maior investigação.

Durante os trabalhos de campo, em grande parte das entrevistas realizadas, quando se mencionava a memória da implementação da cooperativa, um clima de tensão era nitidamente percebido e, dessa forma, havia uma certa cautela dos depoentes para falar acerca desse assunto. Desentendimentos, intrigas, desunião e até mesmo corrupção, como desvio de recursos, eram constantemente mencionados nos momentos informais, sendo silenciados nas “entrelinhas” das falas gravadas.

Nos relatos a seguir, é possível perceber as formas pelas quais a memória de um episódio que fracassou se traduz naquilo que não é dizível. O fato de fazer parte da cooperativa muitas vezes é negado e parece indicar responsabilidades que significam grande peso para a sua

⁴⁶ Essas informações foram colhidas durante trabalhos de campo nos meses de agosto e outubro de 2003.

falência. O primeiro é de uma liderança e ex-vereador que criou e conseguiu aprovar o projeto de lei da mini-usina de leite:

Não, veja só, eu, da cooperativa, eu gosto muito de falar aquilo que eu tenho conhecimento prático. E a cooperativa, ela foi criada num período que, né, estava doente, (...) todo o patrimônio que a gente tinha deixado, esse patrimônio que eu digo, a gente, né, eles passou pra cooperativa, e essa cooperativa, esses colega que eu disse, né, eles conseguiram fundar a cooperativa e uma associação junto, por esse desmazelo. Então (...) **eu prefiro não falar porque eu não tenho conhecimento** (Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A fala abaixo é de um assentado de Conceição de Macabu que, desde a criação do assentamento, sempre esteve presente na organização coletiva do grupo e da Associação:

Eu não tenho muito conhecimento dessa fundação da cooperativa não. Então dessa eu não tenho grandes conhecimento, mas o certo é que tentaram formar e eu não sei por que cargas d’água que ela não existe mais hoje, isso é a cooperativa (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).⁴⁷

Já o próximo depoente deixa clara a abstenção de se responsabilizar por algo que não deu certo, bem como reflete a importância da associação:

Esse foi um episódio triste da nossa existência, sabe? Infelizmente. Eu não cheguei a fazer parte da cooperativa, eu mesmo não fiz parte. Mas ela viveu aí cinco anos e foi uma catástrofe. Porque realmente a cooperativa não deu certo. Não deu certo pelo seguinte, porque as pessoas infelizmente acham que porque é da Associação todo mundo tem direito, entendeu? Quer levar de graça, ou quer levar vantagem... (...) E foi um atraso muito grande pra nossa Associação. Por que na época que foi fundada a cooperativa, a Associação não podia ser dissolvida, mas ficou paralisada as suas atividades. Paralisou as atividades da Associação e deu seguimento às atividades da cooperativa, e a cooperativa começou a caminhar em cima do patrimônio da Associação e atrasou a Associação todinha! Quando nós conseguimos retomar as rédeas da Associação já tava tudo atrasado, conta de luz atrasada e o patrimônio tudo devastado e... foi uma dificuldade terrível pra gente conseguir, entendeu, reerguer a Associação (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

⁴⁷ Após a entrevista, quando o gravador estava desligado, o depoente, dando continuidade ao assunto da cooperativa, disse que “tentaram se apoderar” da cooperativa.

Percebemos que, como propõe Pollak (1989:6) “em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, não seria melhor se abster de falar?” Para nossos assentados, é bem mais conveniente falar sobre aquilo que lhes garante uma imagem de sucesso, de união, conquistas. Neste aspecto, a cooperativa é o tempo todo negada ou silenciada, e a Associação ocupa uma posição de êxito e perseverança na memória do grupo, parecendo haver aí a tentativa de recuperar essa imagem negativa atribuída à primeira em detrimento da segunda.

As falas que se seguem abrem caminho para uma tentativa de compreender algumas questões sugestivas para nossa análise. O seguinte relato lembra alguns dos fatores que motivaram a criação da cooperativa:

(...) a cooperativa dá o direito de financiamento, e na época ainda tinha o PROCERA e como associação não tinha direito da associação pegar o PROCERA, assim, em coletivo, só pegava o associado, né? E aí veio aquela idéia, também, por mais outras razões, também, de criar a cooperativa, mais pra ter, por exemplo, (...) o básico, né? E, só que a proposta da cooperativa, o ideal já era outro, né? Já não tinha mais aquelas reuniões (...) semanal. A diretoria da associação (...) não era uma diretoria que tinha voz ativa, os bens da associação foi passado pra cooperativa, como, é, aluguel, né, pra garantia do pagamento, financiamento, o que não aconteceu, que a cooperativa não pagou, pelo contrário, destruiu foi o que tinha, a associação, e por aí chegou o ponto que chegou, que há dois anos atrás fechou, **ninguém sabe nem o que tá rolando até hoje, na verdade** (Sr. “B”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Na fala acima, encontramos palavras silenciadas em relação ao fracasso da cooperativa e do prejuízo para a associação. O mesmo depoente sinaliza também que:

Então a criação da cooperativa desmobilizou também muito o povo porque as reuniões sempre que tava a casa cheia aqui hoje não acontece mais, o povo ficou assim meio desacreditado, né? E hoje tem todas as sexta-feira tem reunião, mas só que não tem, não dá mais aquele grupão que tava antes, né? (...) Num existe mais aquela união que tinha antes. Então, é o que eu tava falando sobre a cooperativa, tudo isso eu atribuo à cooperativa, que deixou a associação hoje nessa situação aí (Sr. “B”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).⁴⁸

⁴⁸ Com vistas a realçar nossa análise cujo pano de fundo é a utilização da História Oral, gostaríamos de ressaltar que, no momento em que o depoente relatava esse assunto, sua esposa entrevistou na entrevista, falando baixo, para que sua voz não fosse gravada: “você entrou na área da cooperativa?!” e ele respondeu, impacientemente: “Ué, é a história que tá acontecendo hoje, que a cooperativa só trouxe danos pra associação!”. Esse acontecimento serve como um “prato cheio” para a análise da memória, uma vez que os silêncios são importantes para se compreender determinados fatos que, longe de estarem ausentes nas lembranças, marcam fortemente o tempo presente do grupo social.

Este assentado ressalta também a importância das reuniões, argumentando que:

E esses colega que passaram aí, né, os, por coincidência, porque o nosso mandato aqui é um ano, né, mas os quatro colega que passou, eles foram meio desmazelado e quando a gente viu, nem reunião tinha mais. E o forte nosso é reunir duas vezes por semana, terça-feira o conselho fiscal e sexta-feira a assembléia toda, né, com a companheirada. E eles tiveram mais de ano sem reunir e por isso as coisas, né, deu assim um prejuízo muito grande (Sr. "C", entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Uma outra depoente também enfatiza a importância de se reunir como força de integração e coesão do grupo:

Hoje, nesse momento, nós estamos até, porque tivemos uma decaída, né, da passagem de associação para cooperativa e isso trouxe um pouco de distanciamento, né, até porque aquela idéia de cooperativa, não precisa se reunir, né... (Sra. "A", entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Essa percepção de que "não precisa se reunir" está vinculada à metodologia de cooperativismo proposta pelo MST. De acordo com o SCA, a prática de reuniões não é algo descartado, e o que é proposto nesse sistema é a divisão espacial do assentamento pelas chamadas "glebas", onde cada uma delas seria formada por grupos de assentados localizados espacialmente próximos. Dessa forma, as reuniões ocorreriam no seio de cada gleba e aquilo que era tido como decisão e deliberado seria levado à assembléia geral, realizada quinzenalmente, pelo representante de cada gleba.

Vemos aí uma outra forma de dinâmica organizativa que, se por um lado foi bem sucedida em outros assentamentos rurais como, por exemplo, naqueles provenientes da luta pela terra na região sul do Brasil e em alguns municípios do estado de São Paulo, por outro, esse sistema não pôde ser aplicado à realidade e às condições existentes em São Domingos, mesmo este sendo uma grande referência de organização no estado do Rio de Janeiro. A partir das percepções dos depoentes, podemos concluir que a ruptura nas formas criadas de organização, desde o movimento de luta por terra, é um dos elementos que contribuem para o fracasso da cooperativa, da associação e do próprio grupo.

Assim, deixar de se reunir certamente contribui para a desmobilização, como também para a falta de união e coesão social. Complementando, essa ruptura pode ter contribuído ainda para que a organização que era mantida até então resultasse nos tensos momentos de conflitos

traduzidos pelo grupo, como agir com “falta de caráter”, “corrupção” ou “roubalheira”, o que, por conseguinte, levou o grupo à sua fragmentação máxima, percebida a partir da falência da cooperativa.

Longe de afirmar que a ruptura causada pela imposição de outra forma organizativa é o único fator que levou à falência da cooperativa, é necessário nos atentarmos para outras questões. A diminuição da frequência das reuniões não se deve somente à quebra da tradição inventada, mas pode ser compreendida também pelo processo de individualização trazido pelos problemas práticos do dia a dia, como a visão de que, com o título da terra, a participação nas tomadas de decisões e demais discussões não seria mais necessária.⁴⁹

No relato a seguir, a assentada ressalta essa falta de união dizendo que:

o povo tinha mais união, até pra Associação o povo tinha mais união. Hoje (...) o povo aparece muito quando tem um projeto, um dinheiro pra tirar, aí aparece muito. Naquela época não, o pessoal sem dinheiro, a Associação sempre cheia, né? Hoje o povo ficou mais individual, sabe? Aquela época era mais, o pessoal tinha mais união. (...) Hoje só tem um pequeno grupo, não tem aquela união, né, pra puxar o barco mesmo (Sra. “I”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Da mesma forma, a próxima depoente também traz para o presente lembranças de um tempo considerado próspero:

de primeira todo mundo plantava, todo mundo com disposição de trabalhar, hoje quase todo mundo trabalha fora, né, e também acabou aquelas reunião gostosa que tinha, (...) porque a maior parte vendeu também, né, procê ver que tem pouco dos nossos, né? Por que nós era quatrocentos e seis família, né, (...) o povo foi saindo, (...) era muito animado mesmo, o povo com aquela garra mesmo de querer lutar, sei lá, hoje desanimou muito (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Desse modo, vemos que os momentos de união são lembrados pelas expectativas e empolgações existentes no tempo em que a solidariedade e os laços sociais eram necessários como forma de manter defesas e estratégias diante das enormes dificuldades encontradas.

⁴⁹ Comerford (1996) também observou uma preocupação com a diminuição da frequência das reuniões por parte dos agentes que as promovem, a qual era interpretada por estes como um sintoma de crise. Para ele, a continuidade das presenças nas reuniões vai se somando a uma espécie de “créditos de sacrifícios pela associação”, que cada sócio tem, e que indica o seu compromisso com a Associação, o movimento e a luta.

Assim, a memória cumpre uma interessante função de fazer com que o desejo daqueles momentos positivos seja mantido, o que permite também aos depoentes estabelecerem relações entre passado e futuro, como veremos no próximo capítulo.

3.9. As contradições da representação política para a organização da memória

Mesmo diante da profunda crise gerada pela falência da cooperativa, de acordo com assentados ligados à Associação dos Trabalhadores de São Domingos, esta vem tentando se reorganizar assim como busca, aos poucos, a antiga adesão dos trabalhadores assentados à sua organização. Um membro da diretoria relata o seguinte argumento:

As pessoas que conhecem aí a nossa luta sabem que hoje nós temos aí um grupo de dez pessoas que vive à frente disso aqui e se não fosse essa vontade que a gente tem de fazer isso aqui, continuar, já tinha talvez, se acabado com muito assentamento aí, que começa e se acaba, não é? E a gente com esse entusiasmo que nós temos pra que isso aqui continue, a gente vai levando isso pra frente (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

A próxima fala também é de um componente da diretoria e liderança expressiva no assentamento:

Mas a gente voltou aí a, a companheirada voltou a segurar a bandeira, né, com mais vontade, né? (...) Então a gente voltou a essa política (...) E nós temos discutido, e aí sim, nós temos discutido que **é a associação que nós criamos é que hoje está reconstruindo tudo aquilo**. É tipo você quebra, né, uma parede, depois você vai pegando uns pedacinho e vai montando, é o que nós estamos conseguimos fazer, né, montando (Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Já o relato que se segue é de um trabalhador que tem participação constante nas reuniões promovidas pela associação:

A associação hoje, ela tá retornando, recomeçando, entendeu, quase que do zero. (...) Agora da parte financeira e a organização, tá tendo hoje aí uma prefeitura, né, que apóia. Então nessa parte de organização ta bem, mas em matéria de, daquelas reuniões que ficava aquele povo, né, casa cheia, não tem acontecido. É sempre aquele grupo de sempre mesmo, só uma minoria, né? (Sr. “B”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Uma outra assentada também reafirma a retomada de organização do grupo, concluindo que:

Aí, é... distanciou, mas tem aquele grupo, né, que tá sempre unido e agora a associação reativou, né, suas atividades, né, mas... Mas tem aqueles que não quer mesmo, né, não se une, né, não chega junto, mas tem um grupo, que na verdade, né, não deixa, né... (...) E há dois anos, né, já, já teve duas eleições, a associação retomou as atividades e eu acredito que agora está melhorando. Agora (...) tem aquele grupo, né, que sempre é unido, firme nas decisões, né, pra correr atrás, né? (Sra. "A", entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Frente a essas percepções, cabe-nos aqui fazer algumas observações. Nas duas primeiras falas, percebemos a importância das formas pelas quais a Associação dos Trabalhadores de São Domingos foi criada e construída, vez que os depoentes se referem a ela como a organização que "sobreviveu" e que está voltando a se fortalecer. Sua atuação ao longo da história do assentamento também é exaltada como algo legítimo e que merece reconhecimento por meio de sua memória.

Ainda assim, essa "volta às origens" do processo de construção da Associação pode ser vista como uma busca ao passado coletivo, de união e coesão do grupo. Dessa forma, a memória é um fenômeno construído no qual o grupo procura reorganizar o passado a partir de suas percepções sobre a realidade (Pollak, 1992).

Já nos outros relatos, podemos levantar elementos para refletir sobre a importância da participação em reuniões como forma de coesão social e união do grupo, de acordo com o que já foi analisado anteriormente. Quando os relatos afirmam que é o "grupo de sempre" que está participando das reuniões, sugerem questionar a legitimidade de representação da Associação frente à totalidade social. Assim, podemos nos indagar até que ponto a Associação é capaz de fazer com que os trabalhadores assentados a considerem uma representação de si mesmos.

Se a diminuição da frequência das reuniões é interpretada como um sintoma de crise e que coloca em questão a própria organização do grupo, podemos refletir que, de certa forma, é a própria representação que está em jogo, pelo fato de que o esvaziamento nas reuniões pode ser compreendido como um não-reconhecimento dos porta-vozes.

As falas a seguir são de assentados que chegaram a participar ativamente das reuniões e das atividades realizadas pela Associação, mas que hoje preferem não manter nenhum vínculo

com esta entidade. A primeira refere-se à resposta de uma pergunta que indagava os motivos pelos quais se desligou da Associação:

Eu nem quero falar desse assunto. (...) eu não gosto de tumulto, eu não gosto de tumulto. Eu gosto só de paz, não gosto de tumulto não (entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).⁵⁰

A outra fala é do ex-presidente da Cooperativa cuja falência ocorreu em sua gestão. Por este motivo, é alvo de acusações e outras críticas, fato que o levou a se afastar do grupo. Ele argumenta que:

Tem muita gente ali dentro que me malharam muito, entendeu, por causa disso que houve, eu não vou nem lá mais. Se na época eles juntasse comigo, entendeu, pra gente, (...) fazer, reforçar a coisa e trabalhar junto, eu acredito, entendeu, que a gente num chegava ao ponto que chegou, entendeu? Mas quando eles viram que a dívida tava nas minhas costa, eles tiraram o lombo deles da reta. (...) Então eu fiquei muito magoado também, resolvi tocar a minha vida independente outra vez, eu hoje não faço parte da associação e não quero fazer nunca mais na minha vida. (...) Quero viver a minha vida independente da associação. Não falo de associação, que pra mim a associação foi muito boa, a associação em si, pra mim foi muito boa, entendeu? (...) Eu falo do grupo de companheiro que na época, entendeu, me botaram na furada e depois tiraram o lombo da reta. Então eu não falo da associação. Se o cara falar que eu falei de associação ele tá pregando mentira, entendeu? (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

O relato acima enfatiza a falta de união e de companheirismo no momento em que o depoente, como representante do grupo, teve de assumir os problemas coletivos de forma individual, o que nos leva a refletir sobre a fragilidade existente nas relações sociais estabelecidas pelo grupo. Contudo, mesmo diante de todos os desentendimentos, o depoente não deixa de considerar a Associação como uma referência que também traz benefícios para ele.

Dessa forma, vemos que a necessidade de um porta-voz é fundamental para que o grupo possa fazer valer seus interesses e tê-lo como entidade de apoio cuja função perpassa os limites representativos. A manutenção da Associação é de extrema importância tanto para a representação do próprio assentamento em relação a outras entidades externas, como também para que os assentados sejam beneficiados de políticas públicas governamentais ou não

⁵⁰ Tal relato se refere à única fala desse assentado no momento em que a pesquisadora realizava entrevista com sua esposa, Sra. “G”. Ele esteve presente durante toda a entrevista e ocasionalmente opinava a respeito de alguns assuntos. Seguindo os propósitos deste trabalho, achamos interessante citar esse pequeno comentário a fim de enfatizar os conflitos medidos pela atitude de não querer falar.

governamentais, e até mesmo cumprindo papel mediador de auxiliadora para problemas pessoais. Para tanto, o reconhecimento da imagem da Associação como representante do grupo ainda é um elemento indispensável para as demandas e soluções que os problemas do assentamento exigem.

De acordo com Maresca (1983), o jogo da representação deve ser compreendido e problematizado dialeticamente, partindo do princípio de que esse jogo aponta para uma contradição: ao mesmo tempo que há um abismo que separa representantes e representados, em que os primeiros se diferenciam dos segundos por um processo de refinamento de técnicas e saberes, os representantes possuem propriedades sociais que os legitimam e os condicionam como um 'igual' aos demais. Assim, tais propriedades são capazes de fazer com que os representados efetivamente se reconheçam na imagem do porta-voz.

Além disso, reforçamos que a Associação e as reuniões por ela promovida são elementos centrais para a sua própria constituição como espaço no qual são construídos sentimentos de pertencimento e de união, bem como as identidades e os sistemas de classificação social incorporados. Estes, por sua vez, são muitas vezes criados a partir dos próprios organismos de representação que objetivam, sobretudo, alcançar determinados fins (Maresca, 1983).

A memória de São Domingos que até aqui procuramos construir a partir das falas e percepções dos protagonistas certamente abre um campo de possibilidades de análises e questionamentos referentes ao estudo dos assentamentos rurais. Pode também ser aproveitada no sentido de provocar novas indagações acerca das especificidades de nosso objeto de estudo.

Frente a isso, o próximo capítulo propõe estruturar essas questões a partir de um olhar voltado para o presente e o futuro, centralizando nossa discussão em elementos que possibilitem relativizar e ampliar os debates referentes à memória e sua relação com as especificidades do assentamento rural.

CAPÍTULO IV

São Domingos como ponto de partida: as especificidades da relação entre o trabalhador assentado e o significado da terra



Assentada e sua neta.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.

Neste capítulo procuramos sistematizar algumas questões trazidas, ao longo do trabalho, a partir da memória construída pelos assentados de São Domingos, em torno de problematizações referentes às peculiaridades da unidade social, política e econômica daquilo que encerra, em si mesmo, o assentamento rural.

Partindo do princípio de que o assentamento se constitui socialmente por movimentos de rupturas e discontinuidades, é relevante considerar os caminhos e as experiências percorridas ao longo da vida de seus protagonistas, o que possibilita compreender melhor as especificidades desse espaço como um marco de transformação nas trajetórias e nas identidades.

A experiência da luta pela terra e a construção de novas relações sociais e políticas geradas a partir dos desafios propostos pela condição de assentado revelam uma intensa gama de saberes e aprendizados que norteiam os processos de organização e manutenção da memória social.

Da mesma forma, as percepções a respeito dos significados da terra e as formas de reprodução nela encontradas se orientam por uma memória permeada pelas complexidades do assentamento. Por sua vez, estas fazem com que a relação estabelecida entre passado e presente também guie os projetos e as perspectivas para o tempo futuro.

Assim, esclarecemos que este capítulo significa uma tentativa de problematizar questões complementares para a análise da memória de São Domingos cujas respostas estão longe de serem aqui concluídas, deixando em aberto algumas lacunas para serem preenchidas em outros estudos posteriores.

4.1. As Trajetórias de vida como referenciais de organização da memória

Sempre sonhei com isso que eu tenho aqui, né? Eu trabalhava naquelas lavoura, quando chegava naquele leito lá em cima, eu encostava no cabo da enxada, olhava o mundo que Deus criou, eu ficava, pôxa, tanta terra, eu não tenho um palmo de terra! Se meu filho quiser um mamão tem que pedir... De tanto eu falava: olha, cês nunca apanha nada, pede! Eu não posso ter um pé de cana pra eles cortar uma cana!

(Sra. "F", entrevista realizada pela autora em outubro de 2003)

Grupo de Itaguaí

A trajetória de vida dos assentados de São Domingos até hoje é marcada por elementos que perpassam momentos da vida urbana e rural, considerando a dinâmica do Rio de Janeiro como um dos pólos mais urbanizados no Brasil. Mesmo para aqueles que jamais saíram de Conceição de Macabu, as formas de reprodução encontradas não estão relacionadas somente com as formas de vida agrícola tradicional.

Os assentados provenientes da ocupação da Universidade Rural em Itaguaí, marco inicial do processo de luta pela terra, apresentam, em sua maioria, a trajetória rural-urbano-rural, com origens de diversos estados brasileiros, tais como Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e

Paraíba.⁵¹ Dessa forma, o trabalho agrícola é algo sempre mencionado antes do processo de migração para a cidade, mesmo que este tenha sido desenvolvido por gerações anteriores.

Quando o trabalho rural é lembrado pelos mais idosos, percebemos que é ressaltado como algo marcante e valorizado nas histórias de vida relatadas. Em muitos casos, o percurso sobre o passado trouxe para o presente práticas e costumes de um mundo rural que parece estar longe dessa dinâmica “pós-moderna” na qual estamos hoje inseridos.

A prática dos mutirões com levantamento de bandeira, o uso de plantas medicinais e a religiosidade são alguns costumes mencionados nas entrevistas colhidas. Merecem destaque fragmentos do relato de uma assentada que traz à tona momentos de um passado rural retratando esse universo que parece ainda intocado pelas transformações que vêm ocorrendo no Brasil, especificamente ao longo do século XX, com mais intensidade, mas que, no entanto, não estão ausentes as dificuldades de sobreviver e permanecer no campo. No primeiro, ela registra a lembrança da roça como parte integrante de sua vida, desde o nascimento até a vida adulta:

Bem, eu nasci em Minas, (...) lá eu cresci, casei, desde pequena mesma eu fui criada na lavoura mesmo. Meus pais criou a gente trabalhando, apanhei café, plantando milho, é colhendo feijão, colhendo aipim pra fazer farinha, rapadura, tudo, né? Tudo que disse de lavoura, enfim, rural. Assim nós foi criado. Depois eu casei, continuei a minha vida, trabalhando mesmo na roça, em lavoura (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Já nas suas próximas falas, encontramos algumas práticas de trabalho em relação à terra e aos sistemas de moradia na fazenda:

(...) sempre trabalhava assim, mutirão, né? (...) juntava toda comunidade e ia, trabalhava, (...) matava porco, é galinha, fazia aquelas comida, muita comida, né?

(...) eles dava casa pra cê morar se cê tocasse a meia, (...) Aí eu tocava a meia, tratava, plantava, então ficava pra mim, ficava pra ele, aí eu tinha casa pra morar, né? (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

⁵¹ Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados origina-se do primeiro estado, considerando as relações de parentesco e de vizinhança estabelecidas.

No relato abaixo, ressaltamos a dificuldade de nossa depoente garantir seu sustento e a sobrevivência de sua família, uma vez que, no momento lembrado, seu marido já havia falecido e deixado com ela os filhos pequenos. Dessa forma, o trabalho se estendia por meio de outras formas que iam além do cultivo da roça e da produção de alimentos:

(...) eu pegava alqueire de café, pacote de café e levava pra casa estocava, torrava, socava o pó (...). Arroz, levava lata de arroz socado, pilava e levava pra elas. Levava saco assim de roupa, que hoje tanta roupa boa, joga fora, queima, né, não dá valor a nada. Aí elas pedia pra mim remendar, aquelas roupa de pião, mesmo, dos patrão, mesmo. Levava, né, galo cantava, olha, eu saía quatro hora pro serviço, porque antigamente não era que nem agora que ocê pega oito hora no serviço, quatro hora se sai do serviço. Inda reclama ainda! **Antigamente a gente pegava no serviço era seis hora, com estrela no céu ainda. E largava com estrela no céu também. Não era assim que nem hoje, que é tão bom** (...) Aí minha patroa (...) me dava uma rapadura, me dava um pedaço de toucinho, fubá, um toucinho. Ah, eu ficava tão feliz! Eu falava “graças a Deus, meus filhos têm o que comer!” E fui lutando, e vivendo, até eles puder me ajudar a trabalhar também... (...) E naquele tempo, não tinha carro também, era só tropa. E tinha aquelas bolsa, aquelas cangalha, né? Aí eu pegava e colhia mamona, punha no terreiro, e estourava, arrebentava, apanhava, tirava, socava, fazia aqueles tantos litros de azeite e vendia pros tropeiro passar na bolsa, na capa de boi, amaciar a cangalha, né, pra elas não ficar muitas horas apertada e com aquele dinheirinho eu comprava sal, comprava querosene, comprava as coisa pra dentro de casa (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Em relação às falas de outros assentados provenientes de Itaguaí, verificamos que a menção ao passado rural, mesmo que muito longínquo, jamais deixa de ter importância quando trazem para o presente lembranças de um tempo que tem peso legitimador para a memória da luta pela terra e sua condição atual. Nesse sentido, podemos afirmar que, como afirma Pollak (1992), há um trabalho de enquadramento da memória realizado pelos assentados de São Domingos a fim de reorganizarem o seu passado mantendo assim este valor vivo.

Ao migrarem para o Rio de Janeiro, alguns passaram por outros espaços da periferia e da baixada fluminense antes de se estabelecerem em Itaguaí.⁵² No que diz respeito ao tipo de atividade realizada na cidade até então, constatamos os trabalhos de empregada doméstica, vendedora ambulante, ajudante de obra, operário, operária, pedreiro, do lar, marceneiro, padeiro.

⁵² Podemos citar os bairros de Bangu, Campo Grande, na Grande Rio e municípios como São João de Meriti e Niterói e São Gonçalo.

Assim, podemos afirmar que, em todos os depoimentos colhidos, o trabalho urbano se mescla com o trabalho rural (ainda que este estivesse praticamente extinto no momento da entrada na luta pela terra), organizando a memória do grupo a fim de justificar e legitimar seu direito do acesso à terra.

4.2. O grupo de posseiros antigos

Para aqueles que jamais saíram de Conceição de Macabu, o trabalho rural sempre estivera presente em suas trajetórias e, desse modo, mesmo antes da Fazenda São Domingos se transformar em assentamento, a terra se já traduzia em um “*cantinho próprio para trabalhar*”. Essa percepção da terra está inteiramente relacionada com o trabalho, eixo fundamental para a organização do passado vivido na atualidade dos assentados com origens em Macabu.

Mesmo pesquisando grupos com trajetórias e origens distintas, foi possível encontrar, nos relatos de ambos, fragmentos que retratam mundos semelhantes e próximos entre si. A lembrança do rural permeia a história de vida de todos os depoentes do grupo de posseiros antigos, merecendo destaque alguns trechos daqueles que vivenciaram grande parte da história da Fazenda São Domingos e de suas transformações. O relato abaixo lembra a relação familiar, em que o trabalho pode ser visto como um eixo que a conduz:

E criança eu passei uma vidazinha meio impressada. Bem impressada mesmo. A minha vida impressada porque naquele tempo pai não dava (...) de maneira nenhuma liberdade a filho, né, ele garrava, mandava os filho trabalhar mesmo, **quase como escravo** naquela época, né, uma época dura. Chegava, tomava o café, acabava de tomar o café já tinha que fazer a obrigação que era procê fazer, tinha isso então. Porque o pai não dava colher de chá não. Ele não comprava brinquedo pra filho não. **O brinquedo do filho era a enxada**, (...) era fazer a lenha, apanhar a cana, pra moer (...) Agora pra trabalhar, agora é que eu vejo aí, o trabalho, filho não vai na roça, (...) tem criança que nem enxada sabe, né, tem gente que entende e outros que não sabe nem o que é enxada, porque naquele tempo, o negócio era feio, o negócio era enxada mesmo, não tinha esse negócio não, cê não podia faiá dali não, entendeu? (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Essa relação também é percebida como um processo que se transforma ao longo do tempo, uma vez que da mesma forma que no relato da assentada proveniente de Itaguaí, há a comparação na qual o trabalho de antigamente é ressaltado como algo que mudou e que vem assumindo outras formas nos dias de hoje. A “falta de disposição” e a “facilidade” encontradas nas formas de trabalho atuais são mencionadas nesta comparação para enfatizar assim a “dureza” da vida do trabalhador rural no tempo passado.

Por este trabalho não tratar especificamente a História Oral com o intuito de centralizá-la nas trajetórias ou histórias de vida, preferimos dar ênfase a fragmentos encontrados nas falas dos depoentes, uma vez que este foi um dos pontos incluídos no eixo temático do roteiro de entrevista (vide anexo).

Dessa forma, ressaltamos que um apanhado geral dos caminhos percorridos ao longo da vida por nossos entrevistados de ambos os grupos está sendo aproveitado aqui no sentido de propor uma melhor compreensão acerca de como eles percebem os processos de luta pela terra, reforma agrária e o próprio sentido do assentamento rural. Assim, é válido afirmar que as diferenciações nas trajetórias de vida geram percepções acerca da constituição do assentamento e do significado da terra cuja relação entre estes processos e os assentados se dá de maneira objetiva.

Como vimos anteriormente, o motivo inicial do ingresso no movimento de luta pela terra que o grupo de Itaguaí tinha era a fuga das precárias condições de vida provocadas pelos problemas das grandes cidades, como dar fim ao pagamento do aluguel e a possibilidade de mobilidade social. Diante disso, a memória tem um papel fundamental, visto que a incorporação e recriação de novas condições de vida são estruturadas a partir da reelaboração ou da reorganização das condições sociais vigentes no passado (Neves, 1997).

A memória da luta pela terra tem suma importância para a aquisição de novos saberes e do aprendizado de organização coletiva na medida em que questões de cunho político e ideológico, adquiridas ao longo da experiência de luta e resistência, passaram a fazer parte do cotidiano do grupo em geral. Uma vez criadas essas condições, um mundo novo é reconfigurado transformando também as percepções sobre si e sobre a realidade na qual os assentados estão inseridos.

Tanto para o grupo de Itaguaí como para o grupo de Macabu, a constituição de São Domingos é revivida como um processo de ruptura com o passado em que formas de relações sociais, de trabalho e relações em geral se transformaram, redefinindo assim as trajetórias e trazendo outras configurações para um novo modo de vida.

O grupo de posseiros antigos da Fazenda São Domingos percebe a implementação do projeto de assentamento de maneira diferenciada, uma vez que não participaram do processo de luta pela terra. Se no princípio a chegada dos sem-terra de Itaguaí foi uma ameaça à condição de trabalhador da fazenda, com a realização do assentamento, essa condição passou a se redefinir, transformando as percepções que estes tinham até então de si mesmos e contribuindo também para a aquisição de novos saberes.

Como vimos no capítulo anterior, o processo de reforma agrária gerou novas formas de sociabilidade, importantes para dar consistência à base organizativa de São Domingos cujos impactos estenderam-se para além do seu espaço físico. Além disso, vimos também que os debates sobre política e reforma agrária passaram a fazer parte do cotidiano do assentamento e também da cidade. O relato abaixo confirma essa experiência vivida por um trabalhador, hoje na condição de assentado, que foi aluno e, posteriormente, funcionário da FEEM:

Hoje a área de terra aí é minha, eu tenho toda documentação, me assentaram e graças a Deus, também não vou dizer que tô bem financeiramente, também não é pra isso que a gente quer terra, a gente quer terra pra sobreviver em cima dela, e viver como? Com dignidade, só que ao meu ver, a estrutura política do nosso país, ela não permite o assentado viver com dignidade em cima da terra, mesmo porque nós ainda temos ainda aí aquela risma de um capitalismo muito duro, que primeiro começou com os escravo, é... ainda tenta escravizar os índio até hoje, ainda tenta escravizar trabalhadores rurais até hoje, e essa estrutura, ela não gosta de assentados. Porque o assentado, ele pensa da seguinte maneira: “eu quero ser independente”. E essa independência assusta os latifundiário, entendeu? Então por isso que a estrutura política do nosso país hoje, ela não permite que o assentado vive com dignidade (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Dessa forma, os trabalhadores originários de Conceição de Macabu que foram assentados na Fazenda São Domingos passaram a se apropriar de estratégias de discursos e categorias referentes ao assentamento e à questão agrária com a ajuda daqueles que já tinham adquirido

essa bagagem política durante o processo de luta pela terra, e foram reconstruindo também os seus discursos, identidades e formas de reprodução social, política e econômica próprias.

A lembrança dos movimentos de luta pela terra e da constituição do assentamento cujas origens remontam tanto a situações de conflitos em Itaguaí como às polêmicas geradas no universo local da cidade de Macabu, parecem ser a tônica desse processo de conscientização e aquisição de saberes políticos.

Isso nos leva a afirmar que a apropriação de experiências vividas diretamente ou mesmo a transferência “por tabela” de saberes e aprendizados adquiridos a partir da constituição do assentamento são elementos que orientam também as percepções acerca da importância da permanência na terra e os significados que assume, como veremos adiante.

4.3. “O espírito voltado para a terra”: a importância de nela se permanecer

Desde o marco inicial do processo de ocupação, em Itaguaí, passando pelos momentos do despejo, do acampamento em Chaperó e em Conceição de Macabu, até a constituição do assentamento e da legalização da posse da terra, encontramos, em grande parte dos relatos, a evasão como um elemento inerente a todas essas etapas. Assim, este assunto sugere algumas reflexões que nos permitirão enriquecer o debate sobre as formas de reprodução encontradas no assentamento e seu significado.

De acordo com relatório produzido em 2003 pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), existem atualmente 131 famílias residindo em São Domingos. O universo pesquisado por nós certamente não contou com essa totalidade de famílias, visto que era necessário estabelecer uma rede de entrevistas limitando-se aos propósitos desta dissertação. No entanto, percebemos que, nos depoimentos colhidos, a evasão era algo sempre mencionado como fator negativo no momento em que a história do assentamento ia sendo reconstruída por seus protagonistas.

De acordo com alguns relatos, a maioria das pessoas que entrou no assentamento no momento de sua criação “passou” adiante os seus lotes, e esta atitude é percebida como algo

desfavorável que merece reprovação. Na fala que se segue, encontramos a posse legal da terra simbolizada no “papel” como um fator de abandono da terra, bem como a referência às reuniões como fator de coesão do grupo e de permanência na terra:

(...) Ah, minha filha, ali, ah, cê chegava ali era mais de cento e cinquenta pessoa, quando fazia reunião... cem pessoa, entendeu, na reunião. Agora por causa de terra dividido, o documento veio, né, entregaram o documento, que muita gente mudou com o documento. Por que quando o documento não veio, não tava na mão, nego ainda tava ainda esperando alguma coisa, mas quando o documento veio, nego foi e deu, pra variar um bocadinho (risos) (...), e o dinheiro veio, né, aí nego deu pra vender, naquela época num podia vender, né, não podia vender, mas (...) venderam a terra dessa comissão. E muitos venderam. E muitos venderam (“Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Esta assentada, por sua vez, enfatiza a crítica ao “negócio” que a terra representa para aqueles que venderam seus lotes:

Acho que eles não queria um pedaço de terra pra morar, eles queria uma coisa pra negociar, infelizmente. Porque eu acho que quando você quer pra morar, cê fica. Passa tudo quanto é barreira (Sra. “I”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Nas duas falas citadas anteriormente, encontramos percepções que se aproximam, na medida em que na visão dos depoentes, a terra legalizada aparece como objeto de especulação para aqueles que saíram do assentamento. No próximo relato, o papel da Associação como entidade que fiscaliza e orienta essas ações, por meio do Conselho Fiscal, também é ressaltado, uma vez que o autor da fala é membro da diretoria da Associação:

E tivemos muitos problemas aqui com vendas no sítio, no início do assentamento (...) Pra manter isso aqui é muito difícil! (...) No início nós chegamos a tentar interditar sítio vendido, chegamos a interditar alguns, sítio que foram vendido, a gente invadiu, tomou de quem comprou, e deu pra pessoa que queria. Então nós fizemos isso, conseguimos tomar o sítio vendido. Porque era complicadíssimo, **as pessoas só querem terra pra vender, ninguém pensa que isso aqui foi uma terra dada pelo Estado pra que a pessoa sobrevivesse nela.** As pessoas querem vender, apurar um dinheirinho e voltar pra cidade. (...) Infelizmente, mentalidade do pobre é essa: “Ganhei um pedacinho de terra, poxa, eu vô vender isso aqui e comprar um barraco lá perto da cidade”. Ora, é isso é que mata, no assentamento, não é? Então quando a gente vê um sítio ser vendido, a gente reza, pede que a pessoa que venha morar seja melhor do que aquele que saiu, entendeu? Só que a gente pede quando alguns sítio são negociado, vão pra Associação, pra que a Associação associe, ou autorize. A gente logo diz, olha o nosso desejo é que não fosse vendido, mas uma vez que foi vendido,

a nossa grande esperança é que a pessoa que comprou seja melhor do que aquele que tá vendendo. Porque se a pessoa tá vendendo é porque não presta como assentado. Então é melhor que vá embora logo. E deu muitos problemas, muitos problemas sérios aí. (Sr. “D”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

A fala de nosso depoente sugere algumas interpretações que vão além da questão da evasão no assentamento. Gostaríamos de ressaltar a percepção da terra como dádiva por parte do Estado e não como fruto de uma conquista realizada por meio da luta. Cabe destacar que este relato é de um assentado com origem em Conceição de Macabu que não participou do movimento de luta pela terra e que, diferentemente daqueles que ocuparam terra na periferia da cidade em busca de melhores condições de vida no campo, após vinte e oito anos morando na cidade, optou por voltar ao seu lugar de origem, trocando uma casa na cidade de Macabu pelo sítio onde vive atualmente.

Assim, a percepção que ele tem sobre a terra se traduz de maneira diferenciada daqueles cuja luta pela terra ou mesmo o trabalho rural estão presentes nas suas trajetórias. Contudo, a volta ao local de origem gerou novas formas de sociabilidade que foram oportunas para que ele também pudesse participar ativamente da organização política interna representada na Associação.

Seguindo o mesmo eixo, vale a pena citar trechos do relato de um outro assentado indicado anteriormente, cuja trajetória de vida fora percorrida, desde o seu início, em Conceição de Macabu. Sua percepção em relação ao abandono das terras se traduz da seguinte forma:

Mas na minha opinião, se a gente não **conseguir recurso pra trabalhar na terra**, não é todos que tem aquela cabeça firme, de dizer: “Não, eu vou até aonde der e não vou sair daqui”, (...) **porque tem aquele espírito voltado para a terra e eles tomariam em cima da terra e não sairiam mesmo**. Então tem muitos que não pensam assim e por outros motivo, ele se desfaz, né? Eu acredito até que é esse o comportamento que algumas pessoas tiveram. E acho que o que eu disse anteriormente que **a estrutura política do país não permite o assentado**. Então aqueles que não têm a cabeça muito forte, que não têm aquela amizade pela terra, aquele espírito voltado para a terra que veio pra ali pra viver, se eles não conseguiram viver, eles vão procurar a vida em outro lugar. Então me parece isso. Então eu não, eu não critico as pessoas que sai e nem as que vêm. É interessante que as pessoas possam viver, né, aí não sairiam não (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Encontramos em sua fala dois motivos merecedores de serem destacados, que o depoente considera como motivo de evasão para aqueles que saíram de São Domingos. O primeiro diz respeito à dificuldade de permanecer na terra devido à estrutura política do Brasil não ser favorável. Essas palavras sugerem pensar no processo do aprendizado, na aquisição de novos saberes e práticas e na apropriação desses elementos a fim de gerar um discurso consciente, crítico e político, importante para construção dessa memória e para se pensar nos projetos de reforma agrária no Brasil. O segundo ponto que gostaríamos de ressaltar é a forma pela qual a terra é percebida na medida em que a “amizade” e o “espírito voltado para a terra” também são elementos relevantes que impedem o processo de saída.

Dessa forma, o que pesa mais na hora de abandonar o lote e passá-lo adiante: a estrutura política do país ou uma relação distante do assentado com a terra? A primeira questão possibilita pensar em outras que nos aproximam da realidade dos assentamentos rurais: ausência de políticas públicas, falta de crédito, de infra-estrutura, etc. No entanto, a fala de nosso depoente se refere ao alicerce de toda a problemática da questão agrária no Brasil, que é a estrutura fundiária.⁵³

A afirmação sobre os assentados que deixaram seus lotes por não terem o “espírito voltado para a terra” também provoca discussões ambíguas e contraditórias. Será que o fato daqueles que ainda permanecem na terra está relacionado com a experiência anterior de trabalho rural? Analisando os depoimentos recolhidos, verificamos que há diferenças nas formas e nos significados que a terra assume, na medida em que estamos focalizando percepções de grupos distintos em suas trajetórias, considerando também as dimensões sociais e culturais.

No grupo de posseiros antigos, o trabalho rural percorre a maior parte das histórias de vida e, nesse sentido, a terra assume um significado que vai além do valor especulativo, objetivo ou mesmo da autonomia e da posse legítima. Percebemos então a importância desse passado nas formas de relacionamento do “posseiro” com a terra, uma vez que essa relação pode ser considerada como um elemento constituinte do *habitus* decorrente de sua trajetória de trabalhador rural.

⁵³ Martins (1994:12) assegura que “a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País”. Assim, essa estrutura não está relacionada somente com a questão agrária, mas com a própria problemática da cidadania e do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

Entretanto, afirmamos que essa relação não é o suficiente para se compreender as nuances existentes nas percepções dos assentados acerca do significado da terra e do assentamento. Mesmo reafirmando a “amizade” em relação à terra como determinante para a permanência no lote, essa condição é mais um fator que se soma e também reforça aqueles utilizados para alcançar determinados objetivos, legitimar situações e o próprio processo de construção de identidades, como veremos adiante.

Nos relatos recolhidos, verifica-se também que um dos motivos de evasão percebidos por aqueles que ainda permanecem é a “pressão” de alguns sobre aqueles que “não agüentaram” e foram embora. Dessa forma, relações sociais também são apontadas como motivos de saídas.

Por não se tratar de um estudo quantitativo, não foi possível realizar uma comparação visando apontar se o número de evasões é maior no grupo de Itaguaí, com perfil urbano, ou se o é no grupo de posseiros antigos, com laços mais sólidos em relação à vida rural.

Ao realizarem um estudo sobre as razões das evasões nos assentamentos rurais, Bruno e Medeiros (1998) constataram que a falta de infra-estrutura, a ausência de apoio técnico, de políticas públicas e recursos, a expectativa frustrada ao deparar-se com a realidade do pós-luta, a imposição de modelos organizativos e regras sem discussão, bem como as formas de sociabilidade desenvolvidas são algumas das razões que fazem os assentados abandonarem a terra. No entanto, asseguram que não há fatores de evasão determinantes e que são equivalentes para todos os casos estudados.⁵⁴

Além disso, a pesquisa mostrou que a trajetória urbana não implica em altos índices de evasão, uma vez que o perfil social e cultural dos assentados não é fator determinante para permanecer ou não na terra. Dessa forma, ao invés de nos prendermos às razões das evasões, é interessante indagar os motivos pelos quais os assentados permanecem na terra, como

⁵⁴ Bruno e Medeiros (1998:53) chamam a atenção também para a distinção entre saídas de famílias, sejam quais forem as razões, e o ‘fracasso’, quer dos assentados, tomados individualmente, quer das políticas que lhes dão origem. Asseguram que “na verdade, assentamentos com índices de produção significativos, integrados ao mercado e demais fatores do que seria o ‘assentamento modelar’ tal qual delineados pela burocracia pública, podem apresentar elevados índices de evasão. Ao mesmo tempo, assentamentos com baixo índice de evasão podem não preencher os critérios modelares”.

propõem Bruno e Medeiros (1998). Este é um desafio que merece investigações mais detalhadas, fugindo assim de nossos propósitos.

Contudo, podemos perceber que a permanência no lote está relacionada com as percepções do grupo em relação ao significado da terra e às formas de reprodução social, econômica e política, desenvolvidas como estratégias que visam garantir a sua própria estabilidade no assentamento.

4.4. As formas de reprodução como alternativas de trabalho, sobrevivência e “criatividade social”

Tendo em mente a transformação dos espaços em ‘não-lugares’ que a supermodernidade produz, redefinindo também as formas de relações sociais e relações em geral (Augé, 2001), o assentamento rural sugere uma compreensão ambígua em relação a essa transformação, na medida em que o objeto de estudo está vinculado ao caráter urbano do estado do Rio de Janeiro.

De um lado, como aponta Martins (2003a e 2003b), poderíamos levar em conta a capacidade dos beneficiários da reforma agrária de fazer com que, por meio do caráter residual de modos de vida rurais, os assentamentos sejam dotados de sentidos antropológicos fazendo desses lugares de memória que, de certa forma, resistiriam ao processo de desenraizamento gerado pela “supermodernidade”.

Por outro lado, neste lugar de memória, os modos de vida encontrados não estão isentos de sofrerem também essas transformações que o mundo globalizado produz, rompendo cada vez mais com as formas de vida tradicionais do mundo rural e produzindo modificações.

Essa dinâmica, por sua vez, repercute nas formas de vida e no cotidiano dos assentados que, ao combinarem atividades rurais com urbanas, diante da dificuldade de sobreviver da renda gerada pela terra (incluindo também a falta de apoio governamental, a ausência de políticas públicas e de incentivos à produção e comercialização), são capazes de reproduzir modos de vida contraditórios.

De todos depoimentos colhidos durante o trabalho de campo, verifica-se que, em apenas um, a renda familiar não era composta da combinação do trabalho rural com outras atividades ou benefícios, como aposentadorias e outras pensões. Neste aspecto, fica claro que a pluriatividade é a principal forma de reprodução encontrada para garantir a sobrevivência e ampliar o orçamento doméstico e familiar.

Percebemos que esta realidade também é, algumas vezes, traduzida em silêncios, uma vez que foi possível averiguar que a renda da terra não é suficiente para garantir inteiramente a sobrevivência das famílias assentadas, e as formas de organização de trabalho e produção que não se relacionam ao modo de vida rural aparecem muito discretamente nas falas dos depoentes. Talvez este fato esteja relacionado com o processo de construção de identidades que os assentados realizam a partir da categoria *assentado*, na medida em que seu sentido está relacionado a uma natureza de cunho estatal e político.

Considerando a conjuntura em que o assentamento São Domingos foi criado, é válido ressaltar o período de redemocratização e a animosidade dos debates sobre a questão agrária que resultaram na implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, no qual “seu programa básico era o de assentamentos, e a colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas das forças presentes no debate político apareciam como complementares” (Medeiros, 2002:31). Nesse sentido, ser assentado é estar o tempo todo de acordo com as diretrizes e propostas estabelecidas pelo governo, sendo o trabalho urbano um elemento excluído dessas regras.

Dessa forma, ao perguntarmos para os entrevistados se tinham outra fonte de renda que não aquela proveniente do trabalho rural, foi possível perceber algumas ambigüidades nas respostas, que não se estendiam além de poucas palavras, sem muito aprofundar este assunto.⁵⁵ Abaixo, seguem relatos que, em certa medida, apontam essa combinação de formas de trabalho rural com urbano. No primeiro, encontramos o seguinte argumento:

⁵⁵ Em uma conversa informal com uma assentada, ao tocar nesse assunto, ela assegurou, com muita cautela, que “quem diz que dá pra viver só da terra tá mentindo”, reafirmando a necessidade de se ter outras fontes de renda. Após essa “confissão”, ela me pediu que eu não comentasse isso com outras pessoas do assentamento.

Eu tenho uma pequena aposentadoria, como eu já disse a você. A minha família, toda ela, nenhum deles (...) têm assim, uma renda. Agora que saiu dois menino aí pra prestar serviço fora, **mas sempre nós vivemos daqui** (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Já este assentado afirma que:

(...) eu vivo da roça, a roça às vezes dá um resultado muito bom. Mas **eu vivo mais da aposentadoria**. (Sr. “E”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

E o relato de uma outra assentada justifica a necessidade de uma segurança maior:

É, a gente vai quebrando o galho, né? Porque terra, lavoura, tem essa coisa, se tem, você pranta, bem você gasta com ela. (...) O salário fixo da pessoa mesmo, que a pessoa pode fazer alguma coisinha contando com ele mesmo (...) é um salário que recebe. Que a gente é pensionista, recebe aquele salariozinho, né? Então tem que mais pensar nele, não pensar numa coisa que você, recolher amanhã, que cê só pode acreditar naquilo na hora que você tá colhendo e na hora que você tá vendendo porque **lavoura tem dessas coisa, engana, né?** Se o tempo não ajuda, né? (Sra. “J”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Percebe-se que, em todos os relatos, a menção ao trabalho rural é sempre ressaltada. No primeiro relato, a afirmação de que “*sempre nós vivemos daqui*” chama atenção para o fato de que o trabalho rural tem peso maior em relação ao fato de “*prestar serviço fora*”. No entanto, não esconde a necessidade de membros de sua família irem buscar alternativas de trabalho na cidade.

Na segunda fala, também há uma contradição: “*eu vivo da roça, (...), mas eu vivo mais da aposentadoria*”. Este argumento também explica com nitidez que o trabalho rural não garante uma renda suficiente sem a sua combinação com uma outra fonte. No último depoimento, a depoente deixa claro que a renda proveniente da lavoura não traz a mesma segurança que uma pensão, com qual se pode contar todo mês.

Do ponto de vista econômico, os relatos exprimem a importância de uma renda alternativa como estratégia de reprodução social mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Podemos afirmar que, mesmo não afirmando explicitamente, e embora integrados ao ordenamento social e econômico, os assentados

encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar, mesmo que implicitamente, como uma forma de organização do trabalho e da produção de características multivariadas (Schneider, 2001).

Somando-se a isso, Martins (2003b:9) percebe a pluriatividade como um recurso de ajustamento ao sistema econômico dominante, sendo também “um modo de vida que propõe e exige não só dinamismo econômico, mas também criatividade social e uma certa reinvenção da sociedade e até mesmo sua reordenação imaginária segundo os pressupostos da experiência social que acarreta”.

Nesse sentido, as formas de reprodução encontradas têm em si uma multiplicidade de elementos econômicos, sociais e culturais que reproduzem as peculiaridades de um assentamento rural. Mesmo contraditórias, representam ações e estratégias de sobrevivência e permanência no campo, quer em seu sentido mercantil, quer em seu sentido social e cultural.

4.5. Os significados da terra: respostas que se tornam perguntas

Depois de percorrermos, pelas falas de nossos depoentes, lembranças que antecedem e ultrapassam as duas décadas que o assentamento São Domingos está prestes a completar, conduziremos o trajeto para uma direção que não aborda unicamente o fim desse percurso, mas que simboliza e agrega a sua totalidade, constituindo-se também em um novo ponto de partida: os significados que a terra assume.

Se a percepção dos assentados entrevistados sobre aqueles que saíram é a de que o título da terra simboliza especulação, falta de amizade pela terra ou mesmo dificuldade para tocar a roça por falta de apoio governamental, para os que ficaram e permanecem até hoje no assentamento, a terra toma sobre si outros elementos, que estão diretamente relacionados às formas de reprodução social encontradas e principalmente aos objetivos iniciais da entrada na luta por terra.

Considerando a busca de melhores condições de vida, como sair do aluguel, a procura de um lugar mais sossegado, longe do tumulto da periferia do Rio de Janeiro, a qualidade de vida e

um futuro mais promissor que o da cidade para os filhos e netos, tais condições se traduzem efetivamente na posse do lote de terra.

É a segurança de ter, por um lado, um espaço que lhes pertence, uma propriedade, na medida em que encontramos nos relatos frases como “*um pedaço pra mim*”, “*pros meus filhos*”, “*sempre sonhei com isso aqui*” ou “*a minha vontade era muito grande de ter um pedacinho e sair fora do aluguel*” e, por outro lado, a qualidade de vida traduzida em “*um cantinho sossegado*” e principalmente na segurança de se ter alimentação e garantir um futuro que não seja incerto, como podemos perceber, na fala de uma assentada, no momento em que se referia ao fato de seu ex-marido querer passar o lote adiante:

(ele) lutou, fez tudo pra vender e eu também fui uma quase vítima de vender. Bati o pé no chão, que eu tinha que fazer, eu lutei, eu conquistei. Isso é conquista, não vou dizer que eu não lutei, mas só que ele queria mais era vender, (...). **Mas só que ele não pensa no dia de amanhã, ele pensa no hoje**, tá, ele tem que pensar no dia de amanhã, um dia vai ficar velho. Assim, na cidade é muito bom pra viver, mas lá (...) emprego é tudo contrato. Aqui não, cê vai lá e planta um aipim, (...), você sempre tem aipim pra você comer, você dá prum amigo que vem, pra você e pra sua feira vender, você dá pruma criação, você tem (Sra. “I”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

A autonomia também é um elemento nítido nas falas dos assentados. Efetivamente, a mudança nas formas de relações sociais de trabalho e produção tem um peso simbolizado na propriedade. Não ter que trabalhar para fazendeiro ou “pros outros” é algo de muita importância, principalmente para aqueles que, antes da constituição do assentamento, dependiam dessa relação para sobreviver, como no caso de posseiros antigos que prestavam serviços para fazendeiros da região. A venda do lote resultou, para uns, na volta para essa condição, como explicita o relato abaixo, de uma assentada proveniente de Itaguaí:

Teve muita gente que vendeu, e já falou comigo, teve gente de Macabu mesmo: “eu tenho arrependimento porque eu vendi”. (...) Por isso eu não tenho esse arrependimento porque eu não vendi e quero crescer cada vez mais. Mas quando eu ficar velhinha, eu vou dizer: “eu conquistei e valeu a pena”. E não é como esses aí que foi embora, gente mesmo que veio com a gente, vendeu e depois ocupou a Capelinha e quis ir pra Capelinha (...) Isso eu mesmo falo, (...) e muitos que vendeu, vendeu mesmo, agora está trabalhando no sítio de outro, posseiros daqui mesmo, ou até de fazendeiro, né, podia ter deixado o fazendeiro pra lá e investir no pedacinho de terra deles, foram vender... Hoje trabalha pro fazendeiro, outro trabalha mesmo tomando conta de posse aqui de dentro mesmo ou paga uma área que tem

ali, né, que eu acho errado (Sra. “T”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Novamente, na fala acima, a atitude de passar o lote adiante e depois tentar investir as energias ocupando outras terras é vista como algo que merece reprovação. Percebemos também que a permanência na terra conquistada é mencionada como vitória e motivo de orgulho, já que muitos daqueles que passaram pelos processos de luta pela terra não ficaram no assentamento e venderam seus lotes.

A partir dos relatos e das observações acima, a terra assume significados que também não podem ser vistos como possíveis de serem quantificados ou descritos objetivamente. Assim, salientamos que as formas pelas quais a terra é percebida também podem estar implícitas ao longo desta dissertação, nos momentos em que os assentados traziam, para o presente, as lembranças selecionadas reconstruindo, assim, sua história.

Além disso, mesmo citando trechos de relatos em que é possível identificar os significados que a terra assume, gostaríamos de deixar claro que estes podem tomar outras formas e sentidos, além de serem, simplesmente, traduzidos em propriedade, especulação ou espaço de subsistência. Esta é uma questão que não pode ser respondida sucintamente, exigindo assim uma maior investigação sobre o assunto, o que faz de sua resposta um outro questionamento.

Os significados que a terra assume e as formas de reprodução orientam também as percepções que o grupo tem de si mesmo, na medida em que simbolizam elementos de múltiplos sentidos, considerando também a dinâmica transformadora na qual está inserido. Dessa forma, veremos que o estudo das identidades no universo do assentamento rural se faz necessário no sentido de flexibilizar a condição social de assentado.

4.6. As identidades e as contradições da condição de ser assentado(a) rural

Analisar as identidades sociais exige um olhar bastante flexível sobre as formas de como as memórias são construídas pelos protagonistas de São Domingos. Nesse sentido, esta análise se traduz em tentativas de compreender as maneiras pelas quais o grupo organiza suas percepções em torno de si mesmo, o que de fato, não é um movimento linear e regular. Ao

contrário, deixamos claro que o estudo das identidades deve levar em conta não só as experiências de vida, mas principalmente os processos de ruptura e transformação, que são essenciais para gerar novos olhares e percepções de pertencimento e reconstrução de si.

Partindo da afirmação de Pollak (1992), em que há na memória coletiva elementos que efetivamente unem os indivíduos por meio do sentimento de coerência, essenciais na construção da identidade, é possível afirmar que estão em jogo situações diferenciadas que não se relacionam unicamente com a forma fixa e estática de coletividade e integração social.

Podemos afirmar que a construção social da memória e da identidade coletiva se realiza na medida em que os sentimentos de representatividade e pertencimento à totalidade social são consolidados a partir de relações de amizade, parentesco ou idéias e objetivos afins. Dessa forma, há, sem dúvida, uma identidade em comum, relativa à unidade social coesa e íntegra, cujos elementos de fronteiras de pertencimento, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência estão efetivamente presentes nesse processo (Pollak, 1992).

Entretanto, as transformações nas dinâmicas espacial-temporal, social, política e econômica ocorridas para além da Fazenda São Domingos, somadas aos processos de luta pela terra proveniente da Baixada Fluminense, implicam formas específicas de construção de identidades e sentimentos de pertencimento por seus atores. Nesse sentido, da mesma forma em que a memória vai sofrendo flutuações ao longo dessa dinâmica transformadora, o processo de construção de identidades também vai se modificando.

Considerando também as mudanças estruturais que vêm transformando as sociedades modernas a partir do final do século XX, devemos ter em mente que o processo de construção de identidades não deve ser levado somente para a questão da integridade social, como propõe Pollak. Compreender esse processo rompendo com a visão das identidades fixas, essenciais ou permanentes nos ajudará a tratar esta questão com mais consistência.⁵⁶

⁵⁶ De acordo com Hall (2000), esse movimento assume caráter de fragmentação das paisagens culturais que no passado ainda nos fornecia sólidas localizações como indivíduos sociais, provocando assim uma mudança nas próprias identidades sociais, abalando a idéia de que somos sujeitos integrados. Dessa forma, o autor argumenta que os sujeitos vêm sofrendo um processo de deslocamento ou descentração, o que constitui um processo de crise das identidades.

Diante disso, realizar um estudo das identidades em assentamentos rurais é um trabalho que exige olhares específicos e cautelosos. Como assegura Martins (2003b:47), “o assentamento nos fala de uma situação social de grandes discontinuidades e de demanda de enorme esforço de construir um mundo novo a partir de rupturas profundas, de desconhecidos e desconhecimentos”.

Dessa forma, a construção de identidades também passa por processos de discontinuidades e rupturas. Ser *assentado* é, como vimos, estar de acordo com os trâmites legais do Estado em relação ao uso e à posse da terra como fator que determina essa condição e, portanto, uma identidade vista como única e homogênea.

Se por um lado ela implica em sujeição às normas do Estado, o que faz com que muitas vezes esses atores se vejam na necessidade permanente de viver, trabalhar e produzir dentro dessa regra – e assim direcionar suas falas para essa posição, por outro, é vantajoso utilizá-la para angariar recursos que lhes são convenientes, como créditos, apoio técnico, participação em eventos e até mesmo utilizá-la com objetivos políticos. Neste caso, a Associação dos Trabalhadores tem grande importância para a forma pela qual os atores de São Domingos constroem suas identidades sociais e políticas.

Em relação ao uso da identidade de *trabalhador* ou *produtor rural*, focalizamos a idéia de uma construção que também se efetiva para a obtenção tanto de recursos materiais como de posições políticas que legitimam essa mesma condição, seja para o Estado, seja em relação a movimentos sociais ou entidades não-governamentais.⁵⁷

A mesma condição vale para a categoria *sem-terra*, cuja utilização se dá em momentos apropriados, como, por exemplo, para simbolizar a luta coletiva e o sentimento de unidade política dessa luta. Sua negação se traduz em percepções de estigma como, por exemplo, o fato de, no momento em que o grupo de Itaguaí chegou em Conceição de Macabu, serem taxados de bandidos e favelados. Além disso, ser *sem-terra* também é a negação de ser proprietário. A fala de uma assentada proveniente de Itaguaí relaciona a categoria *sem-terra*

⁵⁷ Um outro fato interessante foi quando eu perguntei a uma assentada, sem estar realizando entrevista, como ela se considerava: assentada, *sem-terra*, posseira, etc. Ela me disse que em alguns casos, utilizava o termo *produtora rural* para enfatizar a condição de assentada e obter reconhecimento político para as pessoas de fora, mas em outros, como, por exemplo, para seu marido obter certos auxílios de aposentadoria por invalidez, jamais poderia afirmar a condição de trabalhador ou produtor rural.

com o movimento de luta traduzido na ocupação, apontando para uma utilização política e ideológica:

que a gente tá na terra, tá na ocupação, tá ocupando, né? Tá ainda sem a terra, né? Eu no caso não sou mais uma sem-terra, eu sou uma com-terra. (...) Não sei se também continuou falando sem-terra, mas que não tem sentido dizer que eu sou sem-terra, né? (Sra. “T”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

O próximo relato é de um assentado originário de Conceição de Macabu, o qual enfatiza a condição de proprietário da terra, negando assim a identidade de sem-terra:

Eu hoje não posso falar que eu sou sem-terra, né, que hoje tenho terra né? **Que tem um pessoal que até hoje fala que é sem-terra, não é sem-terra, entendeu, e hoje eles tem o pedaço deles, não é** (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Como vemos, o grifo na fala acima está de acordo com a utilização da categoria sem-terra por aqueles que já foram assentados na terra, o que, para o depoente, ultrapassa o seu sentido literal da palavra. Na realidade, sua afirmação é utilizada quando a conotação visa alcançar um sentido político e militante, como dar continuidade à luta pela terra participando de outros movimentos de ocupação ou atos políticos, por exemplo.⁵⁸

A utilização da categoria *posseiro* remonta a uma expressão já utilizada antes da constituição do assentamento. Daí o fato daqueles que já trabalhavam naquele espaço serem chamados de “posseiros antigos”, ecoando a presença do passado ao tomarem para si esta identidade social. Além disso, ao perguntarmos a alguns depoentes qual seria a diferença entre posseiro e assentado, encontramos respostas que necessariamente não respondem diretamente a esta questão, mas que dão à mesma um sentido de complementaridade.

Para este depoente, assentado e posseiro soam como categorias comuns:

Acho que assentado posseiro é porque vem tudo no mesmo, não é? E acho que tem muita gente que fala: “ah, não, não sou posseiro, sou assentado”, né, quer dizer. (...) Então ele hoje pra mim é assentado e posseiro, porque

⁵⁸ Em setembro de 2004, época de campanha eleitoral municipal, uma liderança do assentamento era candidato a vereador e encontrávamos faixas, cartazes e adesivos com a seguinte referência juntamente com o número de sua legenda: “vote em *Fulano* dos Sem Terra” (vide ilustração 45, no Anexo III).

ele tá numa posse dum troço que é dele, né? Então eu acho que não tem muita diferença do assentado pro posseiro não (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Para outro depoente, é conveniente relacionar a posse da terra com a sua condição de ser posseiro, percebendo, na utilização da categoria assentado, o processo de intervenção externa no curso de sua vida:

Eu acho que você ter a posse da terra é melhor do que você ser simplesmente um assentado. **Você como posseiro, você é o dono da terra, isso aí que é, eu vejo assim. E como assentado, alguém assentou você, então você não é o dono da terra, né?** Então eu acho que tem essa diferença sim. Mas eu me vejo como assentado, que eu estou assentado na terra e sou posseiro da terra. (Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Percebe-se, nos relatos acima que o que pesa realmente é a derivação da palavra posse, ou seja, construir a identidade relacionando-a com a terra que se pode possuir e, dessa forma, *ser* um proprietário da terra, e não *estar* nela assentado.

Martins (2003b) sustenta que a condição de proprietário está relacionada com a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado, como a propriedade da terra que, no Brasil, criou um histórico referencial básico de identidades de todos, mesmo daqueles que não a possuem. Também afirma que, tardio como fonte de identidade social, o trabalho livre, de fato, nunca suplantou o referencial do rentismo. Dessa forma, ser proprietário é estar de acordo com o sentido especulativo da riqueza que a terra gera.

Em geral, as identidades configuram-se em múltiplas facetas e, muitas vezes, são construídas de acordo com o que lhes são convenientes em determinados momentos. Percebemos que a apropriação de categorias diferenciadas é válida para momentos específicos nos quais estão em jogo interesses e objetivos a favor de manter e dar continuidade às alternativas e às formas de reprodução que o universo do assentamento exige.

Isso também revela as peculiaridades de um assentamento rural na medida em que este não é base e nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa o curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência (Martins, 2003a).

Considerando também as especificidades de reprodução social, política e econômica dos assentados de São Domingos, de acordo com Hall (2000:88), em toda parte estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições, que retiram seus recursos, ao mesmo tempo de diferentes tradições culturais e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais, cada vez mais comuns num mundo globalizado.

Como nas formas de reprodução, a análise das identidades também não se define integralmente, uma vez que os processos de transformação assumem caráter de fragmentação nos modos de vida e também na construção de identidades sociais. Assim, o assentado se vê diante do desafio permanente de dar conta das novas necessidades geradas por essas transformações, tendo um marco de referência que não é fixo e nem interno, mas é senão a “situação cambiante” da sociedade na qual a família se insere (Martins, 2003b:161).

Esse desafio, porém, pode contar com o auxílio da memória no sentido de orientar as ações individuais e a organização coletiva do grupo. Da mesma forma, mesmo diante dessa dinâmica transformadora, a continuidade de sua história se faz na medida em que a permanência na terra é um fio condutor para as perspectivas futuras. A memória, então, cumpre função essencial nesse processo de elaboração e articulação de projetos.

4.7. São Domingos ontem, São Domingos hoje. E amanhã?

Eu nunca saí daqui, meus filho tá tudo fora daqui, porque Conceição não ofereceu recurso pra eles, tão tudo fora, mas, tá todo mundo sempre querendo me carregar, mas eu não, eu gosto de ver o galo cantar de manhã, como eu te falei, passarinho voar, limpar pé de planta... é disso que eu gosto. Então eu sinto, eu sinto uma força que ainda vai ter um alguém pra melhorar essa condição ainda, quero ver isso bonito ainda, é o eu quero ver, né?

(Sra. “J”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

As ligações estabelecidas entre passado e presente orientam também percepções dos assentados a respeito do futuro. A memória é um eixo que marca e delimita a via pela qual

percorrem o tempo e o espaço constituídos nas lembranças, que se atualizam no caminhar desse percurso e abrem caminho para traçar projetos e perspectivas.

Se as lembranças do passado até aqui se distanciaram ou se aproximaram, de acordo com as trajetórias ou histórias de vida diferenciadas, a mesma análise também pode ser aplicada nas perspectivas que os trabalhadores têm para o futuro de São Domingos.

Por um lado, a esperança de melhorias, vitória, fartura, viver com qualidade e a importância da coesão social são desejos de todos os nossos depoentes. Contudo, um olhar mais atento sobre questões e problematizações do cotidiano do assentamento, faz com que seus protagonistas associem o passado com o futuro no desejo de alcançarem objetivos e finalidades, tanto individualmente como também para a unidade coletiva do grupo. O relato abaixo expõe essa ligação entre passado, presente e futuro:

eu vejo o futuro muito bonito, lá atrás como já foi, fartura, recursos, é, esporte, que tinha muito, essa coisa e hoje em dia não tem nada. Então eu não perco a minha esperança não, a esperança é a última que morre. Eu tenho a esperança ainda que vai ter alguém que vai botar isso até antes mesmo de enquanto eu tô vendo bonito, bonito mesmo e com fartura, né? (Sra. "J", entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

A partir da fala acima vemos que a memória é um elemento importante nas perspectivas futuras, na medida em que o tempo da beleza e da fartura é trazido para o presente servindo também como referência para o amanhã.

Outro fato que merece atenção é o da memória da constituição de saberes e práticas organizativas, representadas principalmente no papel da Associação dos Trabalhadores e, mais especificamente, pelas suas lideranças formadas, orientando também projetos e desejos para o futuro.

Assim, o papel de um dirigente capaz de governar e executar as regras para manter positivamente a organização e promover melhorias gerais para a unidade social é um elemento presente em grande parte dos relatos a respeito do futuro de São Domingos. As percepções sobre o tempo presente e sua relação com o futuro permitem uma melhor compreensão dos projetos traçados. Segundo esta assentada, encontramos na sua fala as

dificuldades apontadas pelos depoentes de organização da produção, como apoio técnico e comercialização:

O que eu vejo assim, muito difícil, a dificuldade que nós temos na parte da comercialização. Você tem um coco, você vê ele estragando, secando no pé, cê não tem como vender... Você ver uma mercadoria, então, em matéria de comercialização, a gente fica na mão de atravessadores... Aí isso às vezes desanima um pouco, né? Acho que teria que ser um governante, né? Dar mais apoio, incentivo, né? A irrigação também, né, que faz muita falta pro assentamento e nós não temos, né? Na época de seca, né, e é tudo área montanhosa, né, morro, né, (...) (Sra. "A", entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

Outro assentado indica a necessidade de melhorias para o assentamento fundada também no papel de um governante:

Precisa de um Estado, de um governante, né (...) Porque o produtor, ele pra viver da terra, ele teria que ter mais apoio, entendeu? Não digo um apoio assim, por exemplo, de carregar ele nas costas, entendeu? Mas que teria que ter mais apoio, quer dizer, um apoio técnico. Cadê que o Estado contrata um técnico pra deixar dentro do assentamento? Não, não contrata. Vamos supor, se o Estado tivesse um técnico competente, entendeu, não é botar qualquer técnico que, cargo político, entendeu, porque o que acontece na maior, eu falo que eu sou meio contra política por causa disso. Que tem uns cargo político, quer dizer, o cara é, um político deve a ele, aí pega bota ele lá ganhando o dinheiro que um outro que tinha competência tinha que ganhar (Sr. "L", entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Essa afirmação chama atenção para os problemas políticos existentes dentro do aparato estatal, o que inviabiliza a melhoria desejada. A demanda de uma pessoa capaz de orientar a produção e organização interna também é apontada e a preocupação em relação ao futuro que se encontra na mão de filhos também é relevante, como veremos adiante.

No entanto, o que mais aproxima essas percepções é o fato de se apoiarem na necessidade de haver, no assentamento, alguém capaz de estar na vanguarda das tomadas de decisões e ações referentes ao corpo coletivo, simbolizado na figura de uma liderança ou mesmo da Associação como o porta-voz do grupo. Nesse sentido, um assentado exprime a esperança de continuidade e permanência no assentamento pelas próximas gerações:

Olha, a gente sempre espera a melhoria, sempre espera as coisas melhores. Por que pra isso temos uma associação, que você já conhece, temos a nossa sede, temos uma luta pra manter esse assentamento, uma luta ferrenha, que a luta pra manter isso aqui é séria, não é brincadeira, não. (...) Agora a

esperança da gente continuar é grande. Nós temos esperança de continuar realmente com isso aqui, esperar até melhoria, pra conseguir mudar, né? Várias melhorias já conseguimos... projeto de energia elétrica, agora nós tamo lutando aí contra a telemar pra conseguir um telefone, é difícil, mas a esperança, como diz o ditado, é a última que morre, né? (...) A tendência é a gente ir vivendo e fazer com que os filhos continuem. Eu tenho muita esperança que meus filhos retornem, tenho muita esperança... Por que essa é a pergunta que fica: o que será daqui a trinta anos, não é? (...) Daí a gente pergunta: que será desse sítio daqui há alguns anos, que a tendência são os velhos morrerem mesmo, não é? (Sr. "D", entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Os próximos relatos indicam a necessidade de um porta-voz, reforçando a condição de orientador e organizador da unidade social, política e econômica. As percepções diferenciadas entre a representatividade da Associação, entidade flexível, e a da liderança, companheiro de carne e osso, são apontadas da seguinte forma por um depoente:

Olha, pro futuro eu espero melhorias. E se nós temos alguma coisa hoje pendente, foi porque nós tivemos um companheiro aí que adoeceu e vários de nós tivemos de nos ocupar com o estado de saúde dele. Então aquilo ficou um tempo parado e aí muitas coisa que hoje podia tá produzindo não está. Só que a parte que me toca, eu não tô arrependido porque entre a Associação e a vida do companheiro, eu prefiro a vida do companheiro. Porque a Associação a gente pode montar e desmontar quantas vezes a gente quiser, só que a vida de um companheiro, depois que ela se for não tem volta. Então a parte que me toca eu tô tranqüilo. E graças a Deus nosso companheiro tá aí hoje no nosso meio de novo e era isso que nós queríamos. E aí algumas coisas ficaram pendente, mas já começou a engrenar (...). Então é graças ao esforço da Associação junto aos outros órgãos que pode ajudar, né? Então, é graças à Associação. Então eu acredito que o futuro, ele promete, e coisas boas, né? (Sr. "H", entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

Na percepção de outra assentada, a figura da liderança como algo essencial para dar continuidade ao passado e ao presente do assentamento também é enfatizada:

Que nem o fulano, né, de tanto trabalhar, (...) isso tudo que ele passou da doença foi de tanto trabalho, de tanto andar, tanto viajar, que às vezes saltava lá no trevo e vinha a pé, né. E lutava por todos, porque ele ia lá, (...) aí não era pra ele só, ele nunca buscou nada pra ele só, mas assim, pra todos. E ele trazia, né, aí o povo reunia, aí todo mundo tava lá, E ele foi cansando, cansando, (...) Mas Deus é tão bom, misericordioso, que ajude a ele muitos e muitos anos de vida pra ele ser sempre essa pessoa que é e gostar de trabalhar pra ajudar o próximo, ajudar o irmão, né? Que ele, se tivesse uns cinco que nem ele, lutador, interessado, que pudesse assim mesmo, podia ainda melhorar, mas ainda agora cê vê que ele tá mesmo sozinho, né, e ele não toma mais, não tem mais aquela, hoje ele não é mais um presidente, mas assim mesmo ele não deixa de tá correndo atrás, né,

procurando e buscando as coisa pra cá, e fazendo reunião e encontro pra melhorar, né? (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2004).

Vemos que as ligações estabelecidas entre passado, presente e futuro servem-se da importância de um porta-voz como eixo norteador dos projetos para o assentamento. Nas falas mencionadas, a relevância do representante (seja por meio da imagem da Associação, ou de uma liderança) permite pensar na importância da representação política para os processos de mobilização do grupo representado. Uma vez que os porta-vozes são capazes de impor ao grupo uma identidade à sua imagem, fazendo com que o grupo nela se reconheça, esta mobilização seria possível de se realizar (Maresca, 1983).

Retomando a idéia da dialética da representação política proposta por Maresca (1983), é válido mencionar um relato que possibilita acrescentar e ampliar nossa discussão. Dessa forma, a fala que se segue compreende o seguinte argumento:

Espero que, eu acho que já teria que tá acontecendo isso, que fosse entrando pessoas novas com idéias melhor, entendeu? E que o pessoal antigo lá de dentro não embarreirasse, igual fizeram comigo, entendeu? Eles só me embarreiraram, entendeu? Então, que eles desse espaço pro pessoal novo e deixasse o pessoal novo tentar ver se melhorava as coisa, não ficar amarrado nessa política que tem, entendeu? Que não devia achar que só eles pode tocar aquilo dali, entendeu? Se deixasse o pessoal novo ir entrando e vim ensinando tudo que eles sabem, entendeu, eles sabe fazer isso, entendeu, eu não vou dizer que eles não sabe, eles sabe muito, tem que respeitar isso, não é? Mas que eles deveria ir deixando o pessoal novo participar, o pessoal com a idéia mais elevada, né, entendeu? Procurar mais fundamento, né? Eu acho que teria e tem futuro sim, esse assentamento (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Percebemos que nesse caso, a imagem da associação, representada pela sua gestão, bem como de lideranças ligadas a ela não são tidas pelo depoente como um reconhecimento de si. A lembrança dos desentendimentos, brigas e intrigas ocorridas no grupo, certamente rompe com esse processo de reconhecimento, deslegitimando assim, a condição de representante das entidades citadas anteriormente.

Mesmo a percepção de que a necessidade de renovação e de substituição dos porta-vozes sendo considerada como um meio de garantir melhorias para o futuro de São Domingos, a idéia da importância da representação não deixa de estar presente em sua forma de

organização do grupo e do assentamento, como podemos ver a seguir. No entanto, o mesmo depoente do relato anterior assegura que:

Aprendi (...) acreditar num grupo, né, quer dizer, (...) a gente era assim muito (...) aquele negócio de eu sozinho, eu vou fazer sozinho, eu vou sozinho, entendeu? E aprendi que tem que haver uma liderança, né? Quer dizer, que sem uma liderança ninguém consegue nada. Então, quer dizer, eu aprendi essas coisa ali dentro (Sr. “L”, entrevista realizada pela autora em novembro de 2004).

Novamente, gostaríamos de ressaltar a importância da memória para os projetos futuros, que também se traduzem na responsabilidade dos filhos perante o desafio de permanecer na terra e dar continuidade à história, possibilitando assim manter essa lembrança viva para as gerações futuras. O relato de uma assentada ressalta a importância do valor hereditário presente na terra:

Pro futuro eu espero é ficar aqui porque eu creio, eu creio que no começo do nosso Brasil, foi assim, porque os meus pais, eles tinham terra, lá, meus avós, e eu creio que foi assim, negócio desse movimento que nasceu agora no nosso país. Aí eu fico lembrando, sabe, meu pai tinha herança (...), e eu creio que esse aqui também vai ser herança também, porque tá no documento (Sra. “G”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

O cuidado com os filhos em relação à possibilidade de abandono da terra é destacado por outra assentada, já que, para os jovens, essa é a alternativa mais fácil. Para ela, a memória da luta pela terra é exaltada como uma referência para o futuro:

Eu sou uma grande apaixonada pela reforma agrária, né, porque, aqui eu tenho, tô vendo meus filho, né, tá rapaz e moça mas eles também não pensa em jamais abandonar isso aqui nem vender isso aqui. Porque a gente conquistou e não foi pra venda, né? É pra gente morar e depois os filho, depois dos filho os neto, né? (Sra. “I”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).

E este assentado qualifica a vida na cidade como algo que pode ser prejudicial aos filhos e, portanto para o seu futuro:

nossos menino daqui não é melhor do que os menino da cidade, mas os nossos aqui tem alguns dever pra tá cumprindo. (...) É aquela preocupação, quer dizer, dos nosso menino ir pra lá e ser absorvido com muita facilidade pelos de lá, que, né, é muito mais fácil aprender a fazer o mal do que fazer o bem (Sr. “C”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2003).

A fim de finalizar as percepções dos assentados de São Domingos, gostaríamos de concluir que, o futuro melhor não depende apenas da atuação de um governante que oriente as ações políticas e sociais ou de um Estado que dê todo apoio e assistência com vistas a viabilizar a produção, comercialização e outras demandas.

Longe de nossa análise ser uma resposta para todas as questões aqui presentes, gostaríamos de ressaltar que o futuro melhor depende principalmente daqueles que nos possibilitaram, por meio de suas percepções, reconstruir sua própria história por meio da memória viva e presente.

É possível que a preservação dessa história pelos jovens do assentamento cumpra função de mantê-la viva e, de certa forma, possa fazer com que objetivem permanecer nesse espaço, rico em memórias.⁵⁹

Assim, é válido destacar a percepção de uma assentada de 76 anos, considerada “patrimônio do assentamento” cuja fala sugere deixar em aberto os questionamentos, possibilitando também interpretar outras questões propostas por nossos depoentes:

Eu acho que é isso que tá faltando: é união, é interesse, é querer lutar e querer vencer, né, porque começa, mas desanima, e a gente não pode ser assim, né não pode, se a gente começar, isso é que eu vou e falo: “não, Deus vai ajudar, que vamo melhorar e tudo vai dar certo!” (...) Eu acho que tudo isso depende da vontade de cada um, interessar igual. (...) Mas pra Deus nada é difícil, né? Ele é o alicerce de todas as coisas na nossa vida, e todos nosso pensamento, tudo é Ele. Pode reagir, de novo, o povo, fazer ele saber que é preciso lutar. Sem luta ninguém tem vitória, né? A gente, pra ter vitória, tem que lutar (Sra. “F”, entrevista realizada pela autora em outubro de 2003).

Em nossa última ida a campo, em novembro de 2004, encontramos um interessante acontecimento que permite finalizar este capítulo de maneira positiva. Algumas reuniões estavam sendo realizadas para discutir a possibilidade de reimplementar a cooperativa e, com isso, foi possível perceber uma agitação por parte de alguns e até mesmo movimentos de “focacas”, cujo assunto estava sendo, mais uma vez, alvo de polêmicas e controvérsias.

⁵⁹ Borges (2004) focalizou em sua análise os jovens de São Domingos, apontando para os desafios que enfrentam em relação à continuidade do assentamento de sua história de luta. Seu trabalho é rico para responder questões que surgiram aqui, contribuindo também para problematizar os dilemas e contradições deste e de outros assentamentos.

Assim, compreendendo o assentamento como processos de institucionalização da luta pela terra, de relações sociais, de integração de forças e racionalização do poder (Costa, 1998), o mesmo deve ser considerado a partir de seu caráter de organicidade, como algo que está sempre em movimento, jamais estático.

Dessa forma, acrescentamos que as perspectivas para o futuro de nossos depoentes também não estão isentas de serem incluídas na mesma dinâmica. De acordo com Velho (2003:104), “o projeto é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade”.

Nesse sentido, é possível afirmar que, da mesma forma que o passado, as percepções sobre o futuro também norteiam e orientam as maneiras pelas quais a memória é construída no presente. A possível volta da cooperativa pode ser encarada nos moldes desse movimento de reelaboração da memória, trazendo assim novas formas de organização do passado em relação ao presente e ao futuro de São Domingos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terra é como o sangue, sem o sangue ninguém vive. E a terra, ela tem o mesmo valor do sangue. Sem a terra você não consegue alimentação, não consegue água, não consegue um espaço digno. Você não consegue viver, a natureza nessas alturas já foi. Então a terra é como sangue, ninguém consegue viver sem a terra. Então não é pra mim, é pra todo o ser humano, pra todo o ser vivo
(Sr. “H”, entrevista realizada pela autora em agosto de 2004).



Assentado colhendo aipim.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.

A memória de São Domingos abordada nesta dissertação é aquela que procuramos interpretar a partir das percepções que os próprios trabalhadores desenvolveram nos momentos em que as narrativas orais eram construídas.

Seguindo esse eixo, tentamos constituir o trabalho de enquadramento de memória por marcos definidos pelos assentados, como a notícia dos movimentos iniciais da ocupação na Universidade Rural, o despejo, a intervenção de Leonel Brizola, a chegada na terra e sua

demarcação, o conflito político da chegada, a chegada dos sem-terra do Rio de Janeiro, a necessidade de união coletiva e organização para viabilizar condições de permanência e a falência da cooperativa.

A conjuntura política em que São Domingos foi implementado é de extrema importância para que pudéssemos compreender as maneiras pelas quais a organização política dos trabalhadores pôde ser consolidada e as relações sociais foram e ainda são estabelecidas. A capacidade de causar impactos políticos para além do espaço onde o assentamento foi criado deveu-se a circunstâncias que perpassaram as relações estabelecidas, naquele momento, entre movimento social e representantes do Estado, bem como ao aprendizado de estratégias coletivas que os momentos de resistência demandavam.

Nesse sentido, no momento de ingressar na luta, a união e organização coletiva também se faziam necessários na medida em que os objetivos em relação à terra se aproximavam, o que fazia com que os laços sociais se solidificassem em torno dessas finalidades. Contudo, reduzir objetivos e interesses comuns como condições simplificadas de coesão social não é suficiente para compreender o sucesso alcançado pelos assentados de São Domingos. Sem dúvida, haviam outros motivos que, não só alicerçados nas relações sociais, merecem ser aprofundados em estudos posteriores.

Os conflitos apontados por meio de palavras silenciadas também podem ser explicados como indícios de fragilidade nas relações sociais construídas. Se estas, num primeiro momento, se consolidavam a partir de objetivos comuns que demandavam a prática associativa, com o passar do tempo, o cotidiano foi tomando conta dos espaços de sociabilidade e ocupando lugar de relações de amizade, parentesco, brigas de vizinhos, etc., o que certamente foi propício para originar problemas no interior da organização social, representada na Associação e na Cooperativa.

A questão da representação política pode ser interpretada sob essa mesma ótica. A institucionalização da luta pela terra traduzida no cotidiano do assentamento torna inevitável o não reconhecimento do porta-voz por aqueles cujas relações sociais foram fragmentadas e modificadas com o tempo.

Por outro lado, a existência de um representante como agente mediador, colaborador e solucionador de problemas da unidade social autoriza essa representação, legitimando assim sua existência, o que também contribui para que identidades e sistemas de classificação social sejam cristalizados pelo grupo.

Outro aspecto silenciado se caracteriza nas formas de reprodução encontradas, o que repercute no significado da terra e no processo de construção de identidades sociais. As formas de reprodução não passam somente pelo espaço que é definido de fora pelas políticas públicas e pelas organizações como um espaço estritamente agrícola e rural.

Dessa forma, naquilo que não foi dito, encontramos a utilização da experiência da luta para que os trabalhadores pudessem alcançar determinados objetivos, traduzidos nas maneiras pelas quais buscam reproduzir modos de vida e de trabalho não rurais como alternativas estratégicas de sobrevivência. Como vimos, esse é um desafio que exige criatividade social e até mesmo possibilita reinventar novos modos de vida e de inserção na sociedade, o que faz do assentamento rural ser tão peculiar em sua essência.

Nesse sentido, as identidades também são construídas de acordo com determinadas condições que justificam posições variáveis. A memória assume papel importante nesse processo na medida em que o passado tem um peso legitimador nas circunstâncias em que as narrativas são realizadas no tempo presente, o que faz com que as identidades construídas não sejam fixas e cristalizadas. Considerando a dinâmica descontínua do assentamento, as formas de reconhecimento de si orientam-se para várias direções e são criadas a partir daquilo que lhes é conveniente – daí a criatividade social necessária para que a condição de assentado seja legitimada.

O significado da terra também assume diferentes percepções e é flexibilizado a partir de estratégias e de diferentes objetivos. A terra para morar, trabalhar, sobreviver ou mesmo vender está relacionada aos propósitos iniciais da vontade de ingressar na luta por terra, pelo grupo de Itaguaí, bem como ao benefício de ser proprietário do espaço de trabalho, no caso do grupo de Conceição de Macabu.

De uma forma ou de outra, a terra representa, acima de tudo, o acesso à qualidade de vida e um espaço próprio que possibilita garantir um futuro melhor para as próximas gerações longe das dificuldades que condicionaram a entrada na luta pela geração presente. Entretanto, a manutenção dessa lembrança é essencial e indispensável para que a história da luta e da conquista do assentamento permaneça viva nesse espaço de memória.

Esse processo também pôde ser visto nos projetos e perspectivas relatados pelos trabalhadores. A memória lhes permite articular os acontecimentos passados com o presente orientando também o tempo futuro e, ao ser enquadrada, tem um potencial interessante de conduzir as perspectivas para direções diferenciadas.

Tudo aquilo que foi possível analisar a partir das percepções de nossos depoentes representadas nas narrativas, percorrendo o passado por meio de acontecimentos situados num tempo e espaço não contínuos, foi reconstruído e atualizado, transformando-se em movimentos capazes de organizar e redefinir assim os lugares de memória para o tempo futuro.

Esperando que tenhamos contribuído para a produção de conhecimento sobre a realidade estudada, esta dissertação buscou trazer à luz algumas questões acerca dos movimentos de luta pela terra e de implementação de assentamentos rurais no Rio de Janeiro a partir da análise da memória social. Diante dos limites que encontramos no decorrer da pesquisa, aquilo que foi possível de ser sistematizado por meio dos relatos orais permitiu também focalizar o estudo da memória como eixo norteador das análises e observações conclusivas.

Como toda pesquisa científica, este trabalho também deixa algumas lacunas que podem ser preenchidas por outros que, certamente, se somarão às contribuições já existentes para nosso objeto de estudo, seja sob a ótica da memória social ou de outras linhas de pesquisa.

Para tanto, sugerimos que um estudo mais detalhado sobre o desafio permanente que a condição de assentado exige, pautada pelas formas de reprodução, pode responder às indagações e questionamentos deixados por nós ao longo do trabalho.

Outro aspecto que merece um maior aprofundamento é a análise das identidades sociais e sua relação com as trajetórias e histórias de vida que, se analisadas como eixo condutor de pesquisa, sugerem importantes elementos para o estudo das identidades no assentamento rural, considerando também as rupturas provocadas pelo processo de sua constituição.

Assim, esta dissertação nos conduziu não a um ponto de chegada, com respostas exatas para as indagações que surgiram, mas a um ponto de partida, onde desabrocharam muitas outras questões, o que, sem dúvida, são enriquecedoras para o estudo da memória e para as inúmeras discussões que a reforma agrária e os assentamentos rurais geram, tanto no sentido de ampliá-las como também no sentido maior de auxiliar a própria luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. 1997. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1997.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Geografia das lutas pela terra no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ed. o autor, 1998.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Rio de Janeiro: Papirus, 2ª ed., 2001.

BACHELET, Bernard. **L'espace**. Paris: PUF, 1998.

BORGES, Juliana de Melo. **Jovens Assentados: Projetos e Histórias de Vida. Um estudo psicossociológico de um assentamento rural - São Domingos/RJ**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)-Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social Rio de Janeiro: UFRJ, EICOS, 2004.

BRUNO, Regina, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Razões da evasão nos assentamentos rurais**. Projeto de Cooperação Técnica MEPF/INCRA/FAO. Brasília, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro**. 1995. 232f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

COMERFORD, Jonh Cunha. **Reunir e Unir: As reuniões de Trabalhadores Rurais como forma de sociabilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

COSTA, Icléia Thiesen M. **Memória Institucional e Representação: da árvore ao rizoma**. LEMOS, M.T.T.B, BARROS, J.F.P. de. (org). *Memória, representações e relações interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG, ITERNCON, 1998. p. 105-116.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO CIDE. **Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 2002**. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 2003.

GRYNSPAN, Mario. **Conflitos agrários e acesso à terra**. CARNEIRO, M.J, GIULIANI, G.M, MEDEIROS, L.S. de, RIBEIRO, A.M. (org). *Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 139-150.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAMMERSLEY, Martyn & ATKINSON, Paul. **Ethnography – principles and practice**. Second Edition. London/New York: Routledge, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IDACO. **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo de Assentamentos Rurais (versão preliminar)**. Rio de Janeiro: IDACO, 2003.

LAROUSSE CULTURAL. **Brasil A/Z**. São Paulo: Universo, s/d.

LINHARES, Elizabeth. [et ali] **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002.

MARESCA, Sylvain. **Les dirigeants paysans**. Paris: Minuit, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de, LEITE, Sérgio. (coord). **Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. Convênio FINEO/CPDA/UFRRJ Nº 41.96.0844.00 – Projeto de Pesquisa. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, s/d.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de, LEITE, Sérgio. (coord). **Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. Convênio FINEO/CPDA/UFRRJ Nº 41.96.0844.00 – Relatório Final. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, United Nations Institute for Social Development, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de, LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais e mudanças locais:** uma introdução ao debate. MEDEIROS, Leonilde Sérvo de, LEITE, Sérgio. (org). *Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional.* Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.13-52.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

MENEZES, Heloísa Regina Guimarães de. **Reforma Agrária e Identidade Social na Baixada Fluminense:** uma nova correlação rural-urbana. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1991.

MST. **História do MST.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/historico/historia1.html>. Acessado em: 22 de junho de 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em migalhas.** Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. **O Estado e a Luta pela Terra no Rio de Janeiro: Primeiro Governo Brizola (1983-1987).** Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1992.

NOVICKI, Vitor de Araújo. **Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987).** MEDEIROS, L, BARBOSA, M.V, FRANCO, M.P. ESTERCI, N, LEITE, S. (org). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo: UNESP, 1994. p. 69-86.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 10, p. 200-215, 1989.

PUREZA, José. **Memória Camponesa**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. SIMSON, Olga Von. (org). *Experimentos co Histórias de Vida (Itália e Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-42.

SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n.º3, p.35-47, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.º 16, p.164-184, 2001.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo Socioeconômico 1997-2001**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2002.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

ANEXOS

ANEXO VIII – ICONOGRAFIA



ILUSTRAÇÃO 1 - Ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 2 – Ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 3 - Ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 4 – Negociação durante ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 5 – Negociação durante ação de despejo na Universidade Rural, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 6 – Reunião em Chaperó, Itaguaí.
Fotografia cedida por Douglas França, outubro de 1986.



ILUSTRAÇÃO 7 – Paisagem do Assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 1998.



ILUSTRAÇÃO 8 – Paisagem do Assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 1998.



ILUSTRAÇÃO 9 – Paisagem do Assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 1998.



ILUSTRAÇÃO 10 – Família de assentados.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 11 – Casal de assentados.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 12 – Assentada selecionando bananas colhidas.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 13 – Assentada alimentando criação de aves.
Fotografia: Liza Uema, outubro de 2003.



ILUSTRAÇÃO 14 – Pesquisadora com filhas de assentados.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 15 – Porcalhão.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 16 – Colégio Agrícola Estadual, assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 17 – Paisagem da antiga FEEM, assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 18 – Paisagem da antiga FEEM, assentamento São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 19 – Capela São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 20 – Mutirão para a “vaca atolada”, dia de São Domingos, padroeiro do assentamento. Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 21 – Preparativos para a festa em comemoração ao dia de São Domingos, padroeiro do assentamento. Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 22 – Vista parcial da praça localizada no centro da cidade de Conceição de Macabu. Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 23 – Vista parcial da praça localizada no centro da cidade de Conceição de Macabu. Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 24 – Fachada de construção do século XIX, centro da cidade de Conceição de Macabu. Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 25 – Assentada colhendo alface para consumo familiar. Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 26 – Colheita de guandu.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 27 – Plantação de quiabo.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 28 – Armazém onde funcionava o mercado da cooperativa.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 29 – Construção de estufa no Colégio Agrícola.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 30 – Associação de Moradores de Vila Esperança.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 31 – Vista frontal de antigo pavilhão da FEEM, Fazenda São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 32 – Vista lateral de antigo pavilhão da FEEM, Fazenda São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 33 – Pavilhão atual da FIA.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 34 – Procissão no dia de São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 35 – Plantação de milho.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 36 – Assentado descascando coco.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÕES 37 e 38 – Produção de cocada.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÕES 39 – Produção de cocada.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 40 – Sítio “comprado” por novo morador de São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 41 – Sítio “comprado” por novo morador de São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 42 – Porteira em ruínas, Fazenda São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 43 – Plantação de coqueiros.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



ILUSTRAÇÃO 44 – Propaganda Eleitoral em São Domingos
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 45 – Propaganda Eleitoral em São Domingos
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 46 – Nova geração de assentadas.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 47 – Preparação para o II Estágio de Vivência, UFF.
Fotografia: Liza Uema, outubro de 1998.



ILUSTRAÇÃO 48 – Colheita de guandu.
Fotografia: Liza Uema, agosto de 2004.



ILUSTRAÇÃO 49 – Caminho de São Domingos.
Fotografia: Liza Uema, novembro de 2004.



IMAGEM 50 – Vista frontal da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos. Fotografia: Liza Uema, agosto de 2003.